SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública

Proponente

Koinonia - Presença Ecumenica e Serviço

Autor (s)

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Título da Pesquisa

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio de maconha, na região submédio São Francisco

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006

Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

KOINONIA
Presença Ecumênica e Serviço

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco

Brasil/Rio de Janeiro/Submédio São Francisco/dezembro/2005/
Senasp/Anpocs Conforme Edital de Licitação nº 07/2003

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco

Equipe

Responsável Técnico
Jorge Atílio Silva Iulianelli

Pesquisador Assistente
Paulo César Pontes Fraga

Assistentes de pesquisa
Maria Priscila Lisa Chagas
Quitéria Maria Ferreira

Colaboradores Técnicos
Priscila Silva
Ana Gualberto
Kátia Silva

Nota de reconhecimento e agradecimento
Esta pesquisa não seria possível sem o apoio do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco e dos jovens que participam do Departamento de jovens daquela instituição.

Agradecimento
A equipe de pesquisa agradece a todas as pessoas que prestaram serviço de apoio na busca de informações nas cidades de Delmiro Gouveia (STR de Delmiro), Água Branca (CPT), Rodelas, Petrolândia, Floresta, Belém do São Francisco, Orocó, Santa Maria da Boa Vista (para este conjunto de cidades, Pólo Sindical SMSF), Salgueiro (Prefeitura de Salgueiro), Conceição das Crioulas/Salgueiro (Quilombolas), Itabi (Associação de Jovens Agricultores).

Patrocinadora da Pesquisa
Senasp/Anpocs, conforme Edital de Licitação nº 07/2003

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco

Índice

Apresentação 4
1. Metodologia....14
2. O plantio da maconha e o Nordeste brasileiro: algumas considerações da história deste cultivo na região do Submédio São Francisco 18
2.1. Antecedentes Gerais 18
2.2. Plantio de cannabis sativa e o Submédio São Francisco 21
2.2.1. O efeito dos Grandes Projetos de Investimento na ecologia do SMSF 22
2.2.2. 1988, 1994, 1997, 2005 – plantio de cannabis e violência regional....28
3. Juventude Camponesa Sertaneja Nordetsinado Submédio São Francisco 33
3.1. Uma revisão das matrizes da literatura das ciências sociais sobre juventude 33
3.2. Juventude Rural: um tema pouco estudado 37
3.2.1. Contribuições a partir da análise dos títulos das teses sobre jovens rurais do sistema CAPES....43
3.3. Juventudes Rurais do Submédio São Francisco 46
3.3.1. Direitos básicos e condições de vida das juventudes rurais do SMSF – poder viver sem preconceitos. 49
3.3.2. Direitos de cidadania e as juventudes rurais do SMSF – educação, saúde, trabalho. 54
3.4. Representação social dos jovens sertanejos camponeses nordestinos a partir do 1o. Encontro de Jovens Agricultores, 2004, Paulo Afonso. 63
4. Juventude camponesa sertaneja do SMSF e o plantio da maconha....66
4.1. Condições de vida e trabalho do jovem camponês sertanejo do SMSF 67
4.1.1. Práticas sociais dos jovens camponeses sertanejos nordestinos do SMSF....67
4.1.2. Representações sociais do trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar no sertão do SMSF 76
4.2. Condições de vida e trabalho do jovem camponês sertanejo plantador de cannabis sativa no SMSF....80
4.2.1. Práticas sociais dos jovens camponeses sertanejos nordestinos envolvidos com o plantio de cannabis sativa no SMSF....80
4.2.2. Representações sociais do trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar qualificada como ilícita no sertão do SMSF....85
4.3. Análises sobre a violência relacionada ao plantio da maconha....96
4.3.1. Para uma análise da situação 99
4.3.2. Por uma análise da sociabilidade da violência 103
4.3.3. Considerações finais sobre o efeito da política de erradicação como mediação para superar a socialização violenta 107
5. Considerações conclusivas e recomendações....110
Bibliografia....117

Apresentação

O concurso de 2003, Senasp/Anpocs, regulado pelo Edital de Licitação nº 07/2003, aprovou a elaboração da de pesquisa *Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco*. Por motivos diversos concernentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública o início da pesquisa foi adiado para abril de 2005. Tal início ocorreu após a celebração de Seminário de Pesquisa, realizado aos 2 de maio de 2005, em Brasília, do qual, na impossibilidade de participação do responsável técnico, foi acompanhado pela assistente de pesquisa Maria Priscila Lisa das Chagas.

Os propósitos desta pesquisa eram:

- Identificar a situação e as condições de trabalho de crianças e jovens envolvidos com o plantio de substâncias qualificadas como ilícitas (maconha), nos modos camponeses da agricultura familiar e de trabalho assalariado – a iniciar pelo Submédio São Francisco.
- Conhecer as representações sociais sobre juventude, violência, trabalho camponês, droga, crime, plantio da maconha que as crianças e jovens envolvidos com o plantio de substâncias qualificadas como ilícitas possuem, distinguindo-as pelo classificador gênero.
- Conhecer as representações sociais que as autoridades públicas locais e a mídia regional têm das crianças e jovens envolvidas com o plantio de substâncias qualificadas como ilícitas.
- Construir propostas efetivas de políticas públicas, educacionais, culturais, laborais e de saúde, que permitam aos jovens optar por não ingressar nas atividades do plantio de substâncias qualificadas como ilícitas.

(Projeto aprovado cf. Edital 07/2003)

Deve-se destacar que esta pesquisa inclui-se nas atividades do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, de KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço que, a partir de 1997, faz diversas investigações sobre a relação entre campesinato e economia das drogas. Tais investigações conduziram à construção de uma rede de pesquisadores associados e colaboradores. Dentre estes, em relação ao Submédio São Francisco, destacam-se, sobretudo, duas pessoas: Profa. Ms. Ana Maria Motta Ribeiro (UFF, RJ) e Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga (UESC, BA). Neste sentido, é oportuno oferecer um sumário cronológico das ações deste Programa de KOINONIA em relação ao tema.

O Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, entre os anos de 1998 e 1999, realizou pesquisas de campo sobre a questão campesinato e economia das drogas na região do SMSF, e acompanhou os resultados da CPI do Narcotráfico. No ano 2000, lançou o livro *Narcotráfico e Violência no Campo*, por meio do qual se tornaram patentes três questões. Primeiro, no Brasil há uma presença da economia das drogas nas

regiões rurais tanto relativa à produção, quanto à indução de uso abusivo para fins produtivos e, também, como meio geográfico de rota do comércio de substâncias qualificadas como ilícitas – o Norte para a coca e o Nordeste para a maconha principalmente. Em segundo lugar, ficou patente em relação ao SMSF o efeito letal que a economia das drogas e a repressão a ela representam para a juventude rural. Finalmente, ficou destacada a pouca atenção acadêmica ao tema.

Em 2001, foi denunciado pelo Programa, na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, o aumento da incidência da morte de jovens de 15-24 anos, por homicídio, na região do SMSF. No ano de 2003, o Programa participou do *Seminário Nacional sobre Piores Formas de Trabalho*, promovido pela OIT, em Brasília, oferecendo um estudo sobre as condições de trabalho de crianças e jovens no plantio da maconha. No ano de 2004, realizou na região do Submédio São Francisco, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, 5ª. região, de Pernambuco, com as Delegacias Regionais do Trabalho da Bahia e de Pernambuco, e com o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, o *Seminário de levantamento da situação de direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais do SMSF*, no qual se pleiteou redução de danos penais para os camponeses envolvidos no cultivo ilícito da maconha. No ano de 2005, o Programa publicou uma análise da situação dos trabalhadores envolvidos no plantio da maconha no Caderno de Conflitos no Campo da Comissão de Pastoral da Terra (CPT) e coordenou a publicação trilíngüe do nº. 11 do boletim Drogas e Conflito, do Transnational Institute, sob o título *Uma guerra sem sentido*.

Com efeito, o tema da produção agrícola de substâncias qualificadas como ilícitas, no Brasil, permanece pouco estudado pela Academia. Existem alguns estudos relativos à geografia das drogas, em especial que especulam sobre os processos de lavagem de dinheiro – importante pesquisadora sobre o assunto é a professora Lia Osório, da UFRJ. Existem alguns poucos estudos sobre a circulação amazônica da cadeia econômica da cocaína – dentre os quais destaca-se o prof. Argemiro Procópio da UnB. Há alguns estudos sobre aspectos criminais da produção de cannabis sativa na região do SMSF, nada conclusivos, como o de Erika Macedo. Relativo aos processos sociais de produção e reprodução da cadeia produtiva da cannabis sativa no SMSF e seus efeitos os estudos têm sido conduzidos pelos autores deste relatório e pela profa. Ana Maria Motta Ribeiro

A situação brasileira relativa à produção agrícola de substâncias qualificadas como ilícitas é distinta daquela dos países amazônico-andinos. O Brasil de forma alguma é grande exportador de substâncias qualificadas como ilícitas. Por outro lado, não se pode desprezar a produção de substâncias qualificadas como ilícitas no País e seus efeitos sociais. Destacamos de partida que tais efeitos são muito mais produto do processo repressivo que do processo produtivo em si. Tal assertiva é verdadeira em relação à produção de coca epadu e ayhuaska no Norte do País, e para a cannabis sativa no Nordeste brasileiro.

Além disso, devemos destacar algumas diferenças entre o Brasil e os países amazônico-andinos. Naqueles países a principal substância qualificada como ilícita é a coca, no caso brasileiro é a *cannabis sativa*. Naqueles países, em especial Bolívia, Peru e Equador, e em menor escala a Colômbia, o consumo tradicional de coca remonta a origens pré-colombianas. A presença da cannabis no continente, como se verá, data do século XVI. Finalmente, conforme as indicações da UNDOC, o Brasil não é o principal produtor de cannabis na América Latina. Entretanto, a produção de cannabis é, em geral, associada às demandas de consumo interno, e há muitos anos está praticamente referida a uso recreativo e a uso abusivo desta substância.

Na verdade, existem poucos estudos em relação à produção da cannabis e suas conseqüências para a sociedade brasileira. Nos anos de 1980 a Associação Brasileira de Antropologia teve um grupo de trabalho que analisou a produção agrícola de maconha do povo indígena *Guajajara* – devido à repressão que a Polícia Federal empreendia contra eles no período. Sobre o Polígono da Maconha há apenas alguns poucos estudos, e em geral apenas parciais, como os do Prof. Perry Scott, da Ufpe. Efetivamente, são os estudos que empreendemos que mais identificam a situação de produção agrícola da maconha na região do Submédio São Francisco e suas conseqüências para a vida camponesa. A falta de maiores estudos nos deixa impossibilitados de visões mais acuradas sobre o fenômeno, suas relações com a violência regional e com os processos urbanos desta comercialização e o circuito de violência que ele compreende.

Este circuito da violência tem gerado taxas de morte por homicídio muito elevadas. Podemos constatar como isto impacta aquela região apenas observando o que ocorreu em algumas das principais cidades entre os anos de 1980 e 2001:

Tabela 1: Taxas de morte por homicídios de homens

Município/Ano	1980	1985	1990	1995	1997	1998	2000	2001
Floresta	24,82	58,86	43,31	92,20	112,63	114,73	68,74	55,63
Paulo Afonso	4,21	6,39	19,97	22,78	40,01	21,84	18,65	13,31
Petrolândia	21,09	17,91	59,60	43,67	31,08	52,87	80,52	71,58
Petrolina	11,50	9,51	36,81	57,59	51,40	56,24	53,53	51,06
Salgueiro	19,78	22,98	19,33	28,49	42,22	57,85	31,02	26,87

Fonte: DataSus

Note-se que podemos ter uma visão do processo histórico do aumento da intensidade da violência. Verifica-se que ela tem um incremento na segunda metade da década de 1980 e possui um declínio, que não restabelece os padrões dos anos de 1980, a partir do ano de 2000. Percebe-se que o ano de 1997 teve um incremento da violência no conjunto das cidades. Ao final daquele ano estabeleceu-se a operação Mandacaru, coordenada pela Senad, à época dirigida pelo General Cardoso. Justamente o ano de 1997 correspondia a uma taxa de homicídios por causas externas na cidade de Floresta superior à de Diadema.

A região do Submédio São Francisco, por onde circulamos para a realização desta pesquisa, é marcada por contrastes que lhe conferem uma beleza particular. O sertão estava verde. E isto tornava inusitada a paisagem, na maior parte do ano tomada pelo gris da seca. A população rural estava em época de manutenção de cultivos e criação. Era pleno ano letivo, embora estivéssemos em julho – porque, diferente do ciclo comum, no Nordeste o período das festas juninas – coincidente com a colheita do milho – implica em dilatação do ciclo escolar. Isto nos fazia encontrar os alunos em aula.

O trajeto da capital baiana para o sertão do Submédio São Francisco, de carro, é uma quase aventura. A opção pelo trajeto é marcada pelo conhecimento das estradas. A situação – que ainda permanece, ou melhor, que muito se deteriorou desde então – da BR 101 nos fez optar pela via Linha Verde – ou Estrada do Coco. Este caminho nos deixava mais de 100 km distantes no percurso entre Salvador e Paulo Afonso, porém era muito melhor. A entrada por N.S. Glória (SE), até Paulo Afonso é que nos colocava em outra aventura. A decisão entre seguir de Canindé até Paulo Afonso por Malhada Grande (SE) ou por Xingó (AL), depende das condições do motorista e do

conhecimento da *estrada*. Por Malhada, o trecho é repleto de grandes crateras, por Xingó há um menor número destas...

Chegamos em duas equipes de pesquisadores. De um modo mais ou menos independente e com destinos finais distintos, porém com trajetos semelhantes. Os veículos que alugamos nos faziam pensar o quanto à habilidade de direção urbana que temos nos qualificava para a inserção em algumas brenhas do sertão. O primeiro susto foi chegar até Petrolândia (PE), depois de uma viagem que durou quase onze horas – desde Salvador. O cansaço nos abate. Porém, apesar dele, as várias tratativas com os facilitadores locais para os contatos a serem realizados são refeitos. Escolhe-se um roteiro. Iniciar pela distância maior para a primeira equipe: Santa Maria da Boa Vista (PE).

O trajeto é pela BR 101. Sair de Petrolândia rumo a Santa Maria da Boa Vista, via Floresta. Decide-se que apenas um dos pesquisadores se dirigirá àquela cidade. Opta-se por quem mais conhece a região e as estradas locais. Segue-se dali de Petrolândia cedo. O veículo em bom estado e com tanque praticamente cheio. Tudo inspira segurança para a viagem. O acidente na estrada revela apenas algumas coisas. As crateras naquela estrada federal a fazem uma estrada de alto risco. O carro ter virado tem que ver com destreza do motorista, por um lado, e com as condições precaríssimas da estrada, por outro. Carro tombado, mundo virado, o pesquisador ali, e a pergunta: *porque não pensei em fazer um seguro de vida para este caso específico?*

A viagem interrompida permite um maior conhecimento das ações policiais. Verifica-se que está em curso interceptações de áreas de plantio pela Polícia Militar. O Batalhão de Petrolândia fizera na noite anterior ao acidente incursões em Tacaratu e Inajá. Houve troca de tiros, ao que foi relatado pelos agentes da lei: nenhuma baixa, muito susto. O clima é tenso. Converso sobre o tema da pesquisa com alguns deles. Tenho relatos destas tensões e conflitos, e a informação que o plantio é menos problemático, o problema mesmo são os assaltos aos carros, ônibus e caminhões na estrada. Quem passa a ficar tenso? Quem tem viagem a fazer.

Viagem retomada. Chega-se a Orocó (PE). O acolhimento das pessoas é intenso. Passa-se um período inserido numa comunidade rural. Há tempo para convivência numa família camponesa, fora do perímetro irrigado, e tempo para vivência no perímetro irrigado. Coleta-se um conjunto de entrevistas com informantes qualificados. Cancela-se para aquele momento Santa Maria. Essa descrição do iniciozinho da pesquisa de campo é para identificar alguns dos elementos que a irão perpassar. Há pelo

menos quatro elementos que devem ser destacados: estrada, polícia, acolhimento camponês e tensões.

Como ficou indicado uma das principais dificuldades encontradas pelas duas equipes de pesquisa de campo foi o deslocamento. Subir num carro sem tração nas quatro rodas morros como o de Água Branca (AL), é menos arriscado que circular na BR 101, quer no trecho Jeromoabo-Paulo Afonso (BA), quer no trecho Petrolândia-Cabrobó (PE). O perigo das estradas é duplo. De um lado, as próprias condições das estradas, elemento que prejudica o próprio escoamento da produção agrícola da região, torna a circulação intranqüila. Os horários dos ônibus estão modificados, o frete agrícola é mais caro, e o trânsito individual, por meio de veículo de passeio, é de todo modo, arriscado. O risco das condições da estrada é comparável ao risco de assaltos nas estradas. Este risco é maior no trecho Petrolândia-Cabrobó, porém o lado baiano não está menos perigoso. A permanência deste risco se dá há mais de dez anos. Um dos mais famosos guias de estradas do Brasil indica aquele trecho como muito perigoso e pede cuidado, também, para quem se dirige para Santa Maria da Boa Vista.

Em relação às atividades policiais, como se poderá ver em comentários constantes de outras partes de nosso texto, ocorriam ações da polícia federal – iniciadas em maio e que se mantiveram em curso até quase agosto – e das polícias militar e civil. Na passagem de Sergipe para a Bahia eram constantes no período as operações rápidas de vigilância (*blitz*) conduzidas pela polícia civil de Sergipe. Na Bahia, a Polícia Militar, de Paulo Afonso, manteve operações de vigilância. Em Pernambuco, a Polícia Militar estava conduzindo operações de erradicação de áreas de plantio – muito embora se saiba ser esta tarefa da Polícia Federal, não ficou claro se as ações estavam em acordo com esta ou não.

O resultado para a pesquisa destas operações policiais era uma certa insegurança e temor nas pessoas entrevistadas. Houve alguma desconfiança por parte de alguns informantes sobre o caráter policial da investigação que conduzíamos. Alguns dos relatos dependeram do estabelecimento de maiores laços de confiança entre pesquisadores e pessoas entrevistadas. As operações foram um peso maior para o enlarguecimento de informações diretas das áreas de plantio da maconha que qualquer outra coisa. Por outro lado, foi um cenário importante para discutir as condições de risco na ação de plantar maconha. Além disso, permitiu-nos alocar informações sobre as ações policiais para a superação da violência na região.

Nenhuma pesquisa social ocorreria sem o estabelecimento de relações humanas profundas, sérias e de confiança. As pessoas sertanejas que nos acolheram, algumas até mesmo franqueando seus simples, precários e muito humanos lares, nos deram, como sempre, aquela lição básica do acolhimento humano. Nas brenhas do sertão, numa casinha de ribeirinhos irrigantes; em alguma parte do perímetro irrigado, na casa de um reassentado, ou de um ocupante; em algum reassentamento sempre havia o *de comer* e a alegria de receber aqueles estranhos. Os estranhos logo eram incorporados, numa lógica quase antropofágica – no sentido do antropofagismo modernista. Esta incorporação apenas acentuava os *estranhamentos*.

Para a população sertaneja estar em diálogo, ser ouvido, ser perguntado, lhes confere a sensação de *cidadania*. A indicação que se tratava de uma pesquisa de interesse da SENASP/MJ lhes dava a impressão de existir uma preocupação governamental com eles e que isso poderia ser bom. Ser bom sempre significava alguma noção de melhoria nas condições de vida e trabalho. Então, de um lado, o acolhimento era um sinal da receptividade. Por outro, uma espécie de reconhecimento de haver nesta pesquisa-ação uma possibilidade de retorno em termos de superação de violações de direitos. Era uma relação entre uma quase natural hospitalidade e um desejo de atenção governamental – ainda que fosse intermediada por pesquisadores não-governamentais.

Finalmente, devemos registrar que fica aberto neste processo um conjunto de tensões. A tensão entre a realidade vivida pelos camponeses sertanejos nordestinos da região do Submédio São Francisco e o quadro regulamentar-normativo das atividades agrícolas. A erradicação do trabalho infantil, o uso de equipamento de proteção individual para aplicação de agrotóxicos, os meios de transporte para o trabalho agrícola e para a escola nas áreas rurais, estas e outras questões que possuem regulamentação específica, são comumente tratadas de modo particular. As normas são, em geral, conhecidas, porém não são aceitas. Este é um tema abordado no capítulo analítico. Porém, não poderíamos nos furtar de oferecer esta impressão aos leitores. Há uma tensão entre norma legal e vivência nas atividades de agricultura lícita. Muito porque as normas legais foram construídas *apesar* dos modos e estilos de vida estabelecidos, e sem diálogo com estes.

Uma segunda tensão que permeia a pesquisa é entre o aparelho de repressão do Estado, nas vias policial e judiciária, e o mundo da produção agrícola qualificada como ilícita. Trata-se de uma tensão estabelecida com muitos dilemas. O primeiro dilema é o do reconhecimento da magnitude da importância econômica da atividade econômica

para a região. Conforme Maia Gomes, citado por Abramovay, a economia da maconha faz circular no Polígono recursos da ordem de 100 milhões de reais. Conforme o Ministério Público do Trabalho, 5ª. região, nesta atividade havia, em 2003, 40 mil camponeses diretamente envolvidos. Esta é uma atividade econômica que afeta a vida naqueles municípios muito diretamente.

Considerando-se tal magnitude tivemos recentemente relatos que indicam que as operações policiais atendem a esta circulação de capital. Vale dizer que estas ações são dadas em meio a alguma tolerância ao fato do ilícito. Além disso, para os agentes policiais, especialmente os agentes da polícia militar, impõe-se o contato e o respeito aos usos e costumes da população: a raiz da maconha é usada como mistura na cachaça; é usada também para pessoas que sofrem de dores musculares lombares; a folha é usada para asma; o fumo é usado para diminuir o estresse de parturientes durante o parto. Portanto, para os agentes policiais se coloca a tensão entre a legitimidade e ilegitimidade da ilicitude.

Ainda em relação aos agentes policiais há que se considerar a tensão própria das operações de erradicação de áreas de plantio. Nestas áreas sempre há alguma forma de segurança do cultivo. Isto implica num enfrentamento direto, num confronto, entre as forças da lei e da ordem e os agentes da operação qualificada como ilícita. Muitas vezes estas ações se dão em descumprimento aos requisitos legais de sua execução – como constatado por Erika Macedo (2004). Esta é a mesma que perpassa os agricultores que se encontram na labuta da colheita da maconha – momento privilegiado das ações policiais. O medo e a insegurança que perpassa ambos os lados desta situação inspiram cuidados.

Uma terceira tensão se dá entre o mundo da produção agrícola qualificada como ilícita e os camponeses que não praticam esta agricultura. Neste caso o problema maior é o da arregimentação de mão-de-obra. Algumas vezes o modelo de arregimentação vai além da insistência, do convite. Relatos anteriores à pesquisa registram o seqüestro de camponeses para a atividade do plantio. Por outro lado, além da arregimentação há a questão do pacto de segredo. As áreas de plantio de maconha ainda que de conhecimento de agricultores de determinada região não devem ser reveladas a estranhos, sobretudo à polícia. Isto implica num processo semelhante ao da *lei do silêncio* que se impõe nos centros urbanos em comunidades nas quais há domínio territorial armado – conceito usado por Jailson Silva – que determinam a subordinação da comunidade aos *senhores do comércio varejista de substâncias psicotrópicas*. Fato

semelhante ocorre entre os agricultores que não plantam maconha e os que plantam, sobretudo entre aqueles primeiros e os que controlam a distribuição de insumos e as rotas de comércio.

Todas estas tensões sociais permearam a realização desta investigação. Durante os dias que estivemos em pesquisa de campo várias destas tensões, devido às operações policiais existentes, estiveram acentuadas. Esta pesquisa é fruto deste processo. Nosso interesse é de reconhecer as condições de vida e trabalho de crianças e jovens envolvidas na agricultura familiar nos cultivos lícitos e no plantio da maconha; bem como as representações sociais que as perpassam. No reconhecimento das práticas e representações sociais tais tensões jogaram um forte papel, como um filtro, por meio do qual as informações nos chegaram e por nós pode ser interpretada. A busca pela construção de recomendações de políticas públicas preventivas ao envolvimento de crianças e jovens com o plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco teve este processo de elaboração.

Este relatório de pesquisa está dividido em cinco capítulos. O primeiro oferece uma rápida consideração sobre a metodologia que foi seguida na pesquisa, enfatizando algumas das dificuldades para a sua realização, e os limites e alcances dos resultados. Em seguida, o texto oferece uma noção histórica da presença da cannabis no Nordeste, em especial na região do Submédio São Francisco. No terceiro capítulo, desenvolve-se uma reflexão sobre a consistência da identidade de juventude camponesa sertaneja nordestina do Submédio São Francisco, indicando uma postura *territorializada* na construção da identidade social das juventudes. Na seqüência, trata-se das condições de vida e trabalho dos jovens camponeses sertanejos nordestinos nas atividades qualificadas como lícitas e ilícitas da agricultura familiar na região. Este capítulo desenvolve considerações comparativas entre estas duas realidades que efetivamente encontramos naquele cenário. Finalmente, o quinto e último capítulo, oferece algumas considerações de encerramento da reflexão e propostas, recomendações, de políticas públicas preventivas ao envolvimento de crianças e jovens na economia qualificada como ilícita.

Esta pesquisa foi possível pelo apoio da Senasp/Anpocs que a aprovou em concurso público. O objetivo desta investigação é contribuir com a promoção de políticas públicas preventivas, na área da segurança pública, ao envolvimento de crianças e jovens no Submédio São Francisco. Ela foi possível apenas pelo apoio da população local. Por este motivo agradecemos aos que nos apoiaram diretamente na

realização das entrevistas: ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Delmiro Gouveia, na figura de seu Presidente, Antônio, e da educadora popular Nina; à companheira Celina, da CPT de Água Branca que teve a disponibilidade de nos acompanhar naquela região; a todos os diretores do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, que sempre nos apoiaram, especialmente nas pessoas de Rita de Cássia, Ademar e Eraldo; aos jovens que nos acompanharam nos vários municípios daquela região nas pessoas de Ana Cleide, Risonha, Lanilson, Edílson; aos jovens da Associação de jovens trabalhadores rurais de Itabi; à prefeita Cleuza, de Salgueiro e ao Pe. Remy. Todas as pessoas que não citamos e nos ajudaram queiram sentir-se agradecidas. Em especial agradecemos a tantos jovens, professores, juízes, sindicalistas, trabalhadores rurais, prefeitos, policiais, que cederam seu tempo e possibilitaram uma maior compreensão das realidades da economia das drogas na região do SMSF.

1. Metodologia

Originalmente, o projeto de pesquisa previa o envolvimento de 21 municípios am sua abrangência. Esta opção estava vinculada à definição geográfico do assim chamado Polígono da Maconha. Os municípios eram: Pernambuco (10) – Jatobá, Petrolândia, Serra Talhada,Tacaratu, Itacuruba, Belém do São Francisco, Floresta, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Salgueiro; Bahia (6) – Rodelas, Glória, Chorrochó, Macururé, Abará e Curaçá; Sergipe (2) – Canindé do São Francisco, Poço Redondo ; Alagoas (3) – Delmiro Gouveia, Água Branca , Piranhas. No entanto, a coincidência da operação da polícia federal na região para erradicação de plantio de maconha entre os meses de maio e agosto com o início do trabalho de campo obrigou-nos a rever a extensão deste alcance. Ao iniciarmos o trabalho de contato para a realização de entrevistas e de grupos focais com os jovens e determinados informantes, houve o cancelamento de vários compromissos anteriormente confirmados.

Contatos informaram que aquele momento não era propício para a realização de uma pesquisa devido à insegurança e ao medo de pessoas da região em serem confundidas com delatores. Havia grande desconfiança de que a equipe não estava realizando uma pesquisa científica, mas coletando depoimentos que subsidiassem a ação repressiva da polícia.

Esses acontecimentos nos obrigaram a rever a abrangência anteriormente definida. Havia, contudo, o receio da própria inviabilidade da pesquisa. Se a não colaboração de atores sociais se repetisse em todos os municípios a pesquisa estaria comprometida. Optou-se, então, como estratégia para viabilizar a pesquisa sem o comprometimento de seus objetivos, obedecer a dois critérios:

a) Focar os municípios onde havia uma rede de relação e de informantes sólida para o contato com pessoas que iriam nos fornecer os dados. Assim, reforçou-se a imagem de legitimidade institucional de Koinonia e seu trabalho com a juventude rural, que tem 10 anos na região. Buscando, desta forma, desfazer a preocupação de que as informações não fossem para fins científicos;

b) Garantir que os municípios nos quais há conhecido envolvimento com o plantio da maconha constassem de nossa investigação, tais são os casos d Rodelas (BA), Belém do São Francisco, Orocó e Santa Maria (Pernambuco). O município de Itabi/SE embora não estivesse

originalmente previsto na pesquisa foi incluído. A opção por sua inclusão obedeceu dois critérios: neste município existe uma associação de jovens rurais, que tem primado pelo protagonismo juvenil desta juventude; este município está na rota de saída para Aracaju, o que facilita ser espaço de circulação da economia das drogas. Ademais, como se poderá notar por meio da discussão histórico-descritiva proposta, partimos da noção de maior abrangência da região cultivadora de cannabis sativa no Nordeste, e, por conseguinte, identificamos uma maior abrangência da economia das drogas.

O público alvo da pesquisa era a juventude camponesa sertaneja nordestina do Submédio São Francisco (SMSF). Por isto, privilegiamos a representação social e as práticas dos e sobre os jovens na região. Era fundamental entrevistarmos jovens e outros atores sociais importantes na região ligados direta e indiretamente aos jovens, ao plantio de maconha e à promoção de políticas públicas. Assim privilegiamos quatro grupos de agentes sociais para as entrevistas:

1) os jovens, que foram divididos em subgrupos;
2) pessoas adultas que tinham importância no processo de socialização secundária (professores e autoridades religiosas) ;
3) agentes responsáveis por planejamento, elaboração e implementação de políticas públicas(prefeitos, secretários municipais, coordenadores de projetos); e sindicalistas
4) autoridades judiciárias e policiais;

Além de 10 grupos focais realizados com jovens trabalhadores, estudantes, nas áreas reassentadas e em municípios da área seca, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores; autoridades públicas locais; civis (prefeitos, presidentes dos STR, altos funcionários do judiciário, diretores das escolas públicas, e coordenadores de projetos públicos) e religiosas (padres, pastores evangélicos); e pessoas encarceradas por envolvimento com o plantio de maconha. Do grupo originalmente eleito para a realização de entrevistas, apenas não alcançamos os pais de jovens trabalhadores – ainda que em alguns grupos focais tivéssemos a presença de pais de alguns jovens.

Entendemos que as representações sociais que as crianças e jovens fazem de si e de suas atividades e que outros atores fazem dos jovens são frutos do conjunto de

interações que se estabelecem na realidade social. É factível que as visões que os atores possuem sobre a juventude e de seu envolvimento com o plantio de maconha sejam construídas a partir dos enfrentamentos, contradições e solidariedade que os grupos sociais estabelecem em seu cotidiano. De fato, o processo pelo qual as representações sociais de jovens plantadores são construídas responde a, pelo menos, duas dinâmicas. Em primeiro lugar, aos procedimentos de perseguição policial a estes jovens; e em segundo lugar ao empenho financeiro que os camponeses realizam para sobreviver.

Temos clareza que essa visão não esgotará o amplo campo de possibilidades que esses atores construíram (Velho, 1999). Tal limitação pode ser esclarecida, entre outras coisas, pela incapacidade da ciência construir uma visão incondicional da realidade. Nenhuma abordagem científica é neutra, como pretendia o positivismo cientificista (Minayo, 1999). Por isso, nosso interesse foi construir uma leitura a partir e em solidariedade com crianças e jovens envolvidos direta ou indiretamente no processo do plantio de cannabis sativa naquela região, ou que desenvolvem atividades consideradas arriscadas a sua saúde e a sua vida.

O conceito de representação social adotado nesta pesquisa buscou compreender, portanto, a realidade como conhecimento construído por atores sociais coletivos ou individualmente na sua dimensão cotidiana, de maneira a incorporar palavras, idéias e imagens que arrebatam, involuntariamente, pela sua ação prescritiva, num processo de introjeção e internalização (Berger e Luckmann). Esse fenômeno que influencia a ação dos atores na realidade é um ajuste da pré-existência de uma estrutura, conformada por regras, ideologias e crenças, que existem antes mesmo da construção do pensamento com a tradição de quem decide o que se deve ser pensado sobre determinadas coisas.

As representações sociais possuem como função, também, convencionalizar os objetos, dos atores sociais em suas práticas e das ações sociais compondo um ambiente de pensamento da vida cotidiana. Assim, há a conversão do não-familiar em familiar, fazendo com que reconheçam tudo o que o envolve, transformando as idéias e as palavras não reconhecidas em reconhecidas. O que ocorre, portanto, é a compreensão e a familiaridade das ações sociais e dos códigos que a cercam. Moscovici (2003) apresenta dois mecanismos de um processo de pensamento que se orienta a nessa transformação: ancoragem e objetivação.

Esses mecanismos são formas de agir com a soma de experiências que os grupos e indivíduos constroem cotidianamente e que oferece o fulcro para a captação de uma representação produzida, no caso específico desta pesquisa, o que se reconhece como

juventude e como as atividades de plantio de maconha e os atores envolvidos. Ancoragem é abreviar as idéias e concepções em camadas e imagens comuns, debelando-as num contexto familiar, compreensível. Significa, pois, qualificar, criar categorias, nomenclatura a um conjunto de comportamentos e regras socializados, dentro de um paradigma da memória. Objetivação é tornar sensível uma imagem abstrata, é dar concretude a um objeto abstrato, tornando-o materializado, como melhor apresenta.

Uma das técnicas que utilizamos com os jovens não envolvidos com o plantio de substâncias qualificadas como ilícitas foi a de grupos focais. E aos jovens envolvidos, somente foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, devido ao problema de segurança e ao fato de que os jovens não dariam depoimentos sob estas condições. Por grupo focal se compreende "uma determinada técnica de entrevista, direcionada a um grupo que é selecionado pelo pesquisador a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas". (Krueger, 1994 Apud Minayo, 1999). É, pois, uma conversa que tem os seus objetivos previamente definidos. A seleção dos participantes é criteriosa. E os grupos precisam ter a maior homogeneidade possível, o que torna necessária a sua segmentação por faixas etárias e situações sociais específicas. O referencial para a construção das representações sociais é socioantropológico (Moscovici, 1984). As representações sociais, construções coletivas, têm aquela função que Bourdieu atribui ao *habitus*, organizar e ser referência para os indivíduos orientarem a conduta no ambiente social, ideativo e material.

2. O plantio da maconha e o Nordeste brasileiro: algumas considerações da história deste cultivo na região do Submédio São Francisco

2.1. Antecedentes Gerais

Uma análise sobre a questão do cultivo da cannabis sativa na região do, assim chamado, Polígono da Maconha, não pode se furtar de uma breve caracterização histórica da região. Isto é devido a, na verdade, o cultivo da cannabis na região Nordeste ter uma história de longa duração que deve ser respeitada. Dessa forma, esta abordagem histórica terá dois momentos. Num primeiro, descreveremos a presença do cultivo da maconha na região Nordeste como o pressuposto que permitiu o avanço da escala de produção. Em seguida, caracterizaremos atores sociais recentes e suas relações com o cultivo da maconha para auxiliar na tarefa interpretativa que propicie políticas de segurança preventiva ao trabalho perigoso de crianças e jovens no cultivo da cannabis.

As origens do plantio da maconha no Nordeste, seus usos e costumes, imbricam-se com a própria colonização portuguesa do território do futuro Brasil, e, de modo especial, com o período da escravidão dos povos africanos trasladados para o continente. Até onde os atuais estudos da paleobotânica chegaram não há indícios que a cannabis sativa seja uma planta nativa. Ao contrário, os indícios são da concomitância entre as atividades escravocratas, especialmente a monocultura do açúcar, e o cultivo da maconha. Assim o indica Luiz Mott (Henman e Pessoa: 1986, 119), e antes dele, reiteradas vezes, Gilberto Freyre.

É necessário salientar uma diferença da presença da cannabis nas diferentes regiões da América. Segundo Robinson, em relação à América do Norte, haveria registros da cannabis na região de Mount Builders que remontariam ao ano 400 a.C. Porém, é no século XVI que várias expedições identificaram o cânhamo. Assim, Giovanni de Verrazano, em 1524, notou a presença de cânhamo na região da Virgínia, e Jacques Cartier, em 1535 e 1541 o certificou no Canadá. Em 1605, Champlain relata o uso do cânhamo para fabrico de anzóis pelos nativos do Norte. (Robinson: 1999, 77). Segundo este autor é possível que a presença da cannabis sativa a partir do século XVI tenha advindo de atividades dos colonizadores, mais que de desenvolvimento etno-biológico nativo.

No caso latino-americano, na América hispânica houve desde cedo a presença da cannabis sativa. Em 1532, a Segunda Audiência autorizava o cultivo da cannabis para

fins têxteis nas colônias. Os registros históricos indicam que havia presença da cannabis no Chile, México, Peru e Colômbia. O Chile e a Argentina tornaram-se importantes produtores de fibra de cânhamo durante o século XIX. A importância do cultivo de cannabis no Chile manteve naquele país um pequeno grupo de fazendeiros que produzem e exportam cânhamo bruto ainda hoje, isto é parte de um acordo comercial entre o Chile e os países da América Central, assim como com o Canadá.

J. Pernambuco, em seu artigo "A Maconha em Pernambuco" de 1937 já observava que a maconha, provavelmente, foi trazida pelos escravos de Zambese e os hotentotes da África do Sul e chamava a atenção que no Brasil, a forma do uso para o que denomina "fins narcóticos", segundo seus estudos, era diferente daquele observado na Índia. Neste país oriental, em relato de Garcia de Orta de 1536, o bangue ou amfião (outras denominações da maconha) era consumido juntamente com noz moscada e maça; com cânfora de Bornéo; faziam doce com mel e bolo. No Brasil, limitavam os usuários a fumar e a beber o cânhamo. Jarbas Pernambuco ressalta, ainda, que a maconha recebia em algumas regiões de Pernambuco o nome de 'fumo de caboclo', o que levava alguns a acreditarem sua origem nativa, porém para este autor, o hábito de fumar a erva foi adquirido pelo contato com os negros.

Em seu estudo, aponta que o hábito não era observado entre as classes sociais mais abastadas de Pernambuco, sendo, portanto, um hábito popular. Este autor menciona que as plantas existentes no Brasil não tinham a mesma rispidez das folhas que nativas da África. As cultivadas aqui eram de qualidade inferior, não chegando a mais de um metro e meio. Acreditava que era, por isso, que não se encontrava, em Pernambuco e no Brasil, caso de delírios entre os usuários, numa associação já existente da maconha com plantas alucinógenas. Afirmou ainda que, em seus estudos na Penitenciária de Recife, não observou forte presença de usuários de cannabis entre presidiários, sendo mais comuns o uso entre "malandros e vagabundos" do que entre criminosos que respondiam por crimes mais violentos. A origem da maconha usada em Recife na ocasião advinha de estados vizinhos.

> (...) A maconha vem, na maioria, de Alagoas e Sergipe, lugares onde há velhas que vivem de plantá-la, como nos informou um viciado pernambucano. (Pernambuco, 191)

As origens da presença da cannabis Sativa no Sertão do Submédio São Francisco não são precisas, mas há pelo menos um século de referências da presença da erva na região. O explorador inglês Richard Burton no Século XIX, ao realizar uma expedição por toda extensão do Rio São Francisco, observou como as condições climáticas e do

solo eram propícias para o cultivo da cannabis Sativa na região. Burton chama a atenção para o cultivo, não para a obtenção da maconha, mas devido à exploração do cânhamo (para fins da indústria têxtil).

Segundo Mott, existe documentação do uso da maconha no Brasil desde 1749 (Henman e Pessoa: 1986, 127). Todavia, ao que se pode notar pela ausência de referências dos viajantes, o seu uso não era muito alardeado. Em 1830, a Câmara do Rio de Janeiro proibiu o fumo de pango, em 1866 também o fez a Câmara de São Luiz, do Maranhão. Ambas as leis faziam menção aos escravos, a segunda determinava quatro dias de reclusão para aquele escravo que fosse pego fumando maconha. Deve-se ressaltar que combatido legalmente era o uso público de fumar maconha, isto indica a dificuldade em conter seu uso privado. Houve leis aprovadas no século XIX para o controle e a eliminação da demanda de cannabis sativa, sem ter um efeito comprovado.

Podemos ler do tropicalista em Casa Grande e Senzala um apelo a Manuel Quirino que identifica o uso da maconha (também chamado pungo, diamba, liamba) no século XIX, com a citada proibição datada de 1830, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em *Nordeste*, ao caracterizar o trabalho sazonal na monocultura açucareira, diz Freyre que este regime de trabalho facilitou:

> "... pequenas culturas úteis, favoráveis ao ócio, dentre as quais a maconha plantada, nem sempre clandestinamente perto dos canaviais – para os trabalhadores, para nos negros, para a gente de cor..." (Freyre: 2004, 41)

Nota-se, assim, que a presença deste cultivo, conforme o testemunho deste antropólogo, já estava presente durante a extensão dos canaviais, desde a colonização, especialmente na região de Pernambuco, mas não apenas. Aliás, ele indica:

> A terra mais macia do litoral e da "mata" do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os seus próprios senhores – como sobre as próprias plantas terríveis no tipo da maconha, importada da África – amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia (...) (Freyre: 2004, 52).

Isto é, a extensão geográfica daquele cultivo, já àquela época, ia do Recôncavo baiano ao Nordeste setentrional. E também mostra que o uso da maconha era um hábito que permaneceu no Vale do São Francisco, sobretudo entre as populações ribeirinhas, como indica:

> Muitos dos barcaceiros, como os jangadeiros, acreditam em Iemanjá, guiam-se pelas estrelas, conhecem os ventos de longe, fumam maconha para sonhar com mulher nua ou moça bonita. Mas, mesmo assim, o misticismo que os domina parece que é o cristão. E entretanto é grande entre eles o número de negros. (Freyre: 2004, 68)

Ou seja, o cultivo e a prática do consumo era e é de conhecimento daquelas populações. Trata-se, ao que parece das indicações destes autores, de prática cultural instalada entre as populações africanas e afrodescendentes, que se manteve e espraiou pelas regiões nas quais as populações bantas, sobretudo, se fizeram presentes. As leis de 1830 tinham um traço racista, anti-africano e anti-indígena. Além da proibição do fumo de pango, também se proibia, nas cidades, a existência dos *batuques* (religiões afro-brasileiras).

Conforme se pode ler no relatório enviado à ONU pelo Brasil em 1941, a legislação proibitiva do cultivo da cannabis sativa no Brasil data de 1938. Isto acompanhava a tendência mundial que tornava ilegal o cultivo do cânhamo – há fortes indícios de ocorrência de ingerência da Cia. Dupont, em especial devido a novas descobertas de têxteis e do uso da cadeia celulose para o fabrico de papel. O Decreto 891, de 25 de novembro de 1938 determina a destruição das áreas de cultivo de cannabis – até então vendido como *cigarros índios*.

No ano de 1943, desenvolveu-se a Campanha contra o uso da maconha no Norte. Ela visava interromper o ciclo produtivo na cannabis que se irradiava no vale do São Francisco, no Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe. Portanto, a economia da maconha, tornada ilícita a partir de 1938, manteve-se em toda a região. O que de fato se pode perceber pela manutenção, até o momento, da única política pública em relação ao fato agrário: a ação policial de erradicação das áreas de cultivo. Esta ação do Estado se mantém há 67 anos.

2.2. Plantio de cannabis sativa e o Submédio São Francisco

A região do vale do São Francisco, de Minas até a Bahia, como um todo, teve uma ocupação que variou de 3,13 milhões de habitantes em 1940 para 13,95 milhões em 1991. Grande parte da região do Vale está na área do Polígono das Secas, na qual o índice pluviométrico médio está entre 250-800 mm/ano. A maior parte da região do Submédio São Francisco (SMSF) se encontra nesse quadrante do semi-árido nordestino. O quadro indicado em 1994 por Menezes e Vianna é ainda atual:

> O vale da fome, do analfabetismo (50% da população com a idade de 14 anos é analfabeta), da mortalidade infantil e das secas é também o da geração de energia, das grandes barragens, dos perímetros irrigados exportadores de frutas nobres para a Europa. (Menezes e Vianna: 1994, 13).

A realidade ambiental, socioeconômico, política e cultural da região sofreu fortes abalos com as construções das grandes barragens, os Grandes Projetos de Investimento governamental para aquela região. A lógica do grande investimento subordina as lógicas das relações sociais locais e as substitui. O que resta em seu lugar? Este é o processo que torna a região do Submédio um espaço social eivado de contradições entre os cenários preexistentes às barragens e os cenários que foram construídos a partir delas. Precisamos ao menos mencionar que esta é a região da batalha de Canudos, no século XIX e do Cangaço na década de 1930, e estes antecedentes históricos são importantes para a compreensão do cenário regional.

Como foi dito na seção anterior o plantio da maconha já estava estabelecido na região antes da chegada das barragens. De fato, alguns costumes locais como a beberagem de cachaça e raiz de maconha, que se supõe afrodisíaco e curativo de doenças e a esfregação da folha nas costas para tratamento de doenças respiratórias ainda persistem na região, bem como as suas explicações. O que mostra a existência de usos e costumes desvinculados de atividades violentas e mesmo de ações criminosas. Não há nenhuma clara indicação da existência de uso recreativo ou ritual pré-existente que persista, mas há registros na literatura de uso ritual em cultos de tradições afro-brasileiras.

Para uma análise da presença do cultivo da cannabis sativa, na região do SMSF, e seus efeitos para a vida camponesa em geral é necessário abordar, em primeiro lugar, a construção da vida camponesa na região e sua relação com o fenômeno das barragens e, em segundo lugar, a conflitividade emergente com a possível ampliação da escala produtiva da agricultura da maconha. Nossa atenção se centrará no processo contraditório que levou à conquista do reassentamento de Itaparica, por um lado, e, por outro lado, ao aprofundamento de um modo de produção da maconha que inclui o aumento da belicosidade deste empreendimento.

2.2.1. O efeito dos Grandes Projetos de Investimento na ecologia do SMSF

Nesta seção Grandes Projetos de Investimento (GPI) e ecologia são expressão e termo com significados particulares. A expressão indica um modelo de intervenção econômica e político-social do Estado, caracterizada por ser uma apropriação territorial para o controle e a exploração dos recursos naturais das regiões. O efeito desta intervenção seria a mobilização de mão-de-obra e de exploração dos recursos em alta

escala e grande intensidade. Porém, longe disso significar um projeto de desenvolvimento regional – atendendo às demandas das populações locais – implica em atendimento a demandas alienígenas. Tais foram os projetos da megahidrelétricas. (Cf. Vainer e Araújo: 1992)

Ecologia aqui é compreendida como o complexo da vida biossocial. Assim, os impactos sócioambientais dos projetos é que estão sendo indicados quando se menciona os efeitos do GPI sobre a ecologia do SMSF. A região que se compreende por Submédio São Francisco tem que ver com a visão fragmentada do rio São Francisco e de seus vales. O rio São Francisco possui uma extensão cerca de 2.700 km. Ao seu longo vive uma população de 15 milhões de pessoas, com alta taxa de migração e êxodo rural. Uma grande parte da bacia encontra-se no *Polígono da Seca*.

Como indica em seu estudo Andrade, a fragmentação do rio teve por conseqüências dramas sócioambientais irreparáveis:

> A história da fragmentação do rio São Francisco tem suas origens na falta de consciência ecológica daquela época de grandes projetos de desenvolvimento hídrico. O declínio do surubim, considerado o "bacalhau brasileiro", símbolo da vida e da riqueza do rio São Francisco, é uma das partes da história da fragmentação do rio e da sociedade que vive dele. O comércio exportador deste peixe floresceu no início do século XIX até fins do século XX, quando seu declínio desde fins da década de 80 e quase extinção colocaram este peixe entre os mais raros e caros. É claro que o declínio do surubim não se deve somente à construção das barragens, também existe a questão da péssima qualidade da água, do aumento de número de pescadores, da pesca ilegal e técnicas inadequadas. Porém, neste novo século, cientistas de todo o mundo conhecem o problema da perda de habitat fluvial para peixes de piracema (no caso do salmão do Atlântico e do Pacífico) devido à construção de grandes barragens sem escadas e de canais de adução que dificultam a migração natural dos peixes para sua reprodução. Hoje não somente o surubim, como o dourado e o curimatã estão escassos no rio São Francisco, sinal de uma crise ecológica e social na bacia inteira. A escassez pode levar ao desaparecimento da ictiofauna e da cultura marginalizada de pescadores e das comunidades ribeirinhas. (Andrade: 2002,4)

Um dos efeitos graves do ponto de vista sócioambiental e também do próprio modelo gerador de energia hidrelétrica que a construção de barragens acumula é o *esfomeamento das águas*. Com efeito, as construções de barragens geram sedimento morto, que flui pelo rio, coopera com seu assoreamento e é remetido de barragem a barragem. Como analisa a hidróloga Andrade:

> O efeito de "águas esfomeadas" consiste numa intensa abrasão no leito e também nas margens do rio desprotegidas pela ausência de matas ciliares, por uma constante vazão de água (carregando somente sedimentos finos e nada de sedimentos mais grossos) maior ou superior ao regime natural – quer dizer, anterior à construção da barragem, provocando erosão e desestabilização das barrancas do rio. Esta desestabilização das barrancas e dos leitos é responsável pelo assoreamento do rio a jusante. Existe uma grande incerteza em relação à taxa de assoreamento do rio São Francisco na barragem de Sobradinho. De acordo com estudo feito em 1986 para o PLANVASF, Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o diagnóstico de sedimentologia

> realizado pela Chesf detectou que a vida útil de Sobradinho pode ser de cerca de 150 anos. Quer dizer, de acordo com o PLANVASF, levaria 150 anos para ocorrer o assoreamento do volume morto do reservatório de Sobradinho. Com o assoreamento do volume morto do reservatório, a garantia da produção de energia firme do sistema Paulo Afonso-Itaparica Moxotó-Xingó ficaria comprometida seriamente. Como este estudo foi realizado há quase 20 anos, lembrando as incertezas dos cálculos realizados, o assoreamento pode ocorrer em 80-120 anos. (Andrade: 2002, 9)

Por conseguinte, a recente história das construções de barragens implica num desastre sócioambiental, que precisa ser administrado com urgência – e tal é a perspectiva que orienta os reclames populacionais pela **revitalização do São Francisco** e contrários ao **projeto de *integração* de Bacias** – mais conhecido por **Transposição do São Francisco.** O que resulta de grave do processo de construção das barragens é o baixo nível de inserção das comunidades locais nos processos de desenvolvimento. Neste ponto a história social do SMSF tem um elemento diferenciador.

Dentre as diferentes reações recentes ao processo de construção de barragens destaca-se a formação nacional do movimento dos atingidos por barragens (MAB). Um dos seus fundadores foi o PÓLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SMSF (PÓLO). Entre 1979-1986, após os desastres sociais das barragens de Sobradinho e Moxotó, desenvolveu-se na região uma reação social ao processo de deslocamento compulsório que era produzido devido à construção das hidrelétricas. Naquele período o PÓLO foi construído socialmente.

Existem diversas descrições deste processo (Araújo *et al*: 1996; Menezes e Vianna: 1994; Iulianelli: 2000). De forma resumida e esquemática podemos dizer que o processo foi fruto de uma ação coletiva regional que dependeu principalmente dos atores sindicais e eclesiais (romano católicos, em especial a CPT). Este processo redundou em três novidades sociais. Do ponto de vista do sindicalismo rural, além da produção social da oposição sindical, gerou um Pólo que se articulava institucionalmente e que reunia bases municipais dos estados da Bahia e Pernambuco – ampliando com o modelo federativo de base estadual. Do ponto de vista da Reforma Agrária, resultou numa situação *sui generis* de reassentamento irrigado no sertão, conquistado de forma coletiva, em acordo entre trabalhadores e o ente público (célebre Acordo de 1986, firmado entre o PÓLO e a Chesf). Finalmente, a ação política desenvolvida pelos camponeses sertanejos nordestinos resultou na alteração de uma política do Banco Mundial, que a partir de 1986 passou a adotar como medida que interferia na liberação de recursos para grandes projetos hidrelétricos o item de reassentamento populacional, em substituição à política indenizatória.

Por meio da ação do PÓLO conquistou-se o reassentamento irrigado para 6 mil famílias de camponeses, que deveriam ter restabelecido, ou melhorado, conforme o Acordo de 1986, os padrões produtivos anteriores ao reassentamento. Esta conquista, entretanto, supunha uma ação governamental que não ocorreu, gerando, ao invés do restabelecimento ou da melhoria das condições de vida, durante um longo período, a deterioração da condições sociais de existência. Apenas para identificar o processo histórico da luta do PÓLO oferecemos o quadro que segue:

Quadro 1 – Histórico da luta do reassentamento de Itaparica

Período	Principais questões e modelos de ação do Pólo
1976-1978	Fase dos primeiros conflitos na área, bandeira: *terra por terra na beira do lago*. Pequenos proprietários lutando, até que em 1978 o movimento sindical assume mais a coordenação das lutas. Forte presença e apoio dos agentes pastorais da Igreja Católica.
1979-1983	Lutas mais abrangentes envolvendo infra-estrutura básica de produção. Em 1979 se forma o Pólo que congrega 12 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR´s) da região, nos estados da Bahia e de Pernambuco, sete destes STR´s da área do reservatório.
1983-1985	Luta pelo reassentamento vai das *ocupações*, mobilizações de massa em área externa, para os gabinetes. Há um ligeiro afastamento entre coordenação do Pólo e bases. Por outro lado, fortalecimento das relações com outras articulações nacionais de trabalhadores.
1985-1988	Muitas dificuldades de negociação. GT do MME sem propostas convincentes. Chesf fica com a imagem de *grande inimiga dos trabalhadores*. As bases do movimento exigem novas manifestações públicas. Em dezembro de 1986, grande ocupação/paralisação das obras da barragem pelos trabalhadores. Acordo de 1986 exigindo as mesmas ou melhores condições de vida para os trabalhadores reassentados em terra irrigada. Até meados de 1988, a participação do Pólo nas negociações contribuiu para o reassentamento dos trabalhadores. Lideranças sindicais vinculadas ao Pólo participam das eleições municipais. Conquista-se para os pequenos produtores a Verba de Manutenção Temporária, uma bolsa de valor médio de até 2,5 Salários Mínimos nacionais, que seriam pagos até o estabelecimento das condições produtivas.
1988-1996	Problemas de viabilidade da vida cotidiana nas agrovilas. Problemas internos no movimento sindical, manutenção do papel de *representação dos reassentados*. Negociações para a conclusão do reassentamento, nesse clima, se perde espaço com o governo – Chesf. Readquire força em 1995, a partir do processo de início de atividades produtivas em alguns projetos. Renovadas discussões sobre a relação coordenação do Pólo-bases.
1997-2000	No ano de 1997 há um conjunto de fatores novos. Projetos em produção conquistando patamares agroindustriais de negociação – Brígida, tomate. Situações diferenciadas dos projetos, demandas sociais diferenciadas. Em Pedra Branca inicia-se a fruticultura, sobretudo de banana; no Fulgêncio (Caraíbas) continua-se a produção de chuva. Discussão mais incrementada sobre o Polígono da Maconha, com Comissão Parlamentar na região e assassinato de Fulgêncio Manoel da Silva em outubro de 1997. Negociação com o Banco Mundial para a Instalação do Painel de Inspeção. Novo GT Interministerial que aponta que Itaparica é o maior investimento governamental no interior do NE. Criação do Grupo Executivo para o Reassentamento de Itaparica, GERPI, vinculado ao Programa Governamental Avança Brasil. Com a criação do GERPI, se articula o IRPAA, e se cria uma comissão para a gestão da ATER, com a participação do Pólo, que dura, praticamente, apenas em 1997. O GERPI, criado em outubro, fica estabelecido em Brasília, até o início de 1998, e se recusa a negociar com o Pólo. Acelera-se o processo de constituição de cooperativas de produção em todos os projetos, a partir de cursos oferecidos pelo IRPAA e Pólo, acompanhados pelo GERPI. Malogram as negociações com o Banco Mundial. O Pólo realiza manifestações de massa em 1998, "mela" as comemorações de 50 anos da Chesf.
2000-2002	O conjunto dos projetos em produção se mantém o mesmo desde 1998 (Pedra-Branca, Rodelas e Glória na Bahia; Fulgêncio – que entra em produção em 1998, Brígida, Icó e Bloco1 de Petrolândia, em Pernambuco). A partir de 1999 migraram das *monoculturas* para a fruticultura diversificada. Dependem sobretudo dos mercados regionais e da ação de atravessadores locais e regionais. Utilização intensiva de agrotóxicos. A partir de 2000 surge uma cooperativa de produtores orgânicos.O GERPI passa a construir canais de negociação com as cooperativas. Fica criada uma *confusão de representatividade*. O GERPI, durante 1998-2002 substitui a Chesf nas negociações, constrói processos de Contra-Reforma Agrária explícita. A partir de 2000 a atuação do Pólo com os STR´s da *área seca* inclui o Projeto 1 milhão de cisternas, da Asa – do qual o Pólo é unidade gestora em Pernambuco.
2002-2005	O governo Lula desfaz o GERPI. Compromete-se com a conclusão de Itaparica. A situação produtiva está praticamente inalterada. Criou-se uma situação social regional pior devido à indenização de reassentados promovida pelo GERPI. A retomada das ações no governo Lula iniciam-se em 2003. Criam-se GTs para estudo dos projetos que estavam quase descartados (Jusante e Itacoatiara, na Bahia). Iniciam-se obras de construção do reservatório do Bloco 2 de Petrolândia. Entre 2003-2005 deram-se discussões sobre a construção de gestão compartilhada pelos reassentados, ultrapassando o modelo do distrito, que é imposto pela Codevasf. Diversos problemas com a gestão da água nos projetos. A Chesf se compromete a solucionar as pendências estruturais dos projetos de reassentamento, mas não atua neste sentido. Em 14 de setembro de 2005 o Pólo faz uma ação coletiva em Jatobá, para exigir da Chesf o cumprimento das ações acordadas no ano de 2003. Em 28/11 o Pólo é recebido em cinco audiências em Brasília, dentre as quais com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, obtendo novas promessas de cumprimento das ações.

Como se pode notar, a história recente do SMSF tem um ator social na luta em favor dos direitos dos camponeses sertanejos reassentados por Itaparica que interfere na dinâmica sóciopolítica regional. Neste processo vários fatores interferem na manutenção da credibilidade do PÓLO e nas condições sociais da região. A observação do PÓLO nos propicia uma visão mais acurada da realidade regional. Este ator social provocou modificações no conjunto das relações sociais e de poder. Por meio dele as relações pré-estabelecidas de coronealismo e clientelismo foram questionadas. Durante um longo período o PÓLO foi assumido como o representante legítimos dos pequenos produtores reassentados.

O desgaste com a inconclusão de Itaparica, com a ociosidade de grande parte da mão-de-obra familiar reassentada – em especial dos filhos dos reassentados, mitigou este papel político do PÓLO. Por outro lado, a produção de alguns projetos gerou novas relações de trabalho entre os pequenos produtores reassentados e os outros camponeses do semi-árido, que em muitos casos se tornaram mão-de-obra barata. A principal atividade produtiva em toda aquela região do semi-árido que estamos analisando é a agricultura familiar. Podemos usar a seguinte definição de agricultura familiar fornecida por Abramovay:

> A agricultura familiar – definida não por uma certa extensão de área, mas pela gestão e, sobretudo pela presença majoritária do **trabalho** familiar no estabelecimento – responde por um terço do valor da produção agropecuária brasileira. (Abramovay: 2003, 11)

Observamos que este modelo de ocupação da terra e de produção tem uma grande importância no cenário nacional. Não obstante, é importante a avaliação que o próprio Abramovay desenvolve sobre a situação deste setor da economia:

> [*Esta*] informação – *do peso econômico relativo do setor* – só adquire todo o seu sentido quando se observa que praticamente metade dos estabelecimentos familiares gera uma renda monetária praticamente irrisória. Os 2,8 milhões de estabelecimentos correspondentes aos segmentos mais pobres são 56% das unidades produtivas, produzindo, entretanto, apenas 7,7% do valor bruto da produção agropecuária. (...)
>
> É no Nordeste (e, sobretudo no semi-árido) que se concentram os segmentos mais pobres dos agricultores familiares do Brasil. Ao mesmo tempo é aí que as políticas de geração de renda encontram maior dificuldade em sua implementação. No caso do PRONAF, por exemplo, mesmo os bancos estatais operando na região recusam-se a correr os riscos da relação estável com uma população desprovida da possibilidade de oferecer-lhes garantias e contrapartidas em suas operações de financiamento. Ao mesmo tempo, a idéia de que a agricultura no semi-árido é tecnicamente inviável (contra a qual se insurgem inúmeras ONG's e a própria EMBRAPA) contribui para a precariedade das condições em que os pobres que vivem nos estabelecimentos agropecuários enfrentam o desafio da geração de renda. (Abramovay: 2003 ,11, 12) – em itálico inserções compreensivas.

Como se pode observar estamos analisando a situação socioeconômica da região com os mais pobres agricultores familiares, porém em nada inviável economicamente. Os ingressos advenientes das atividades agrícolas no SMSF são compostos de forma diferenciada:

- as populações ribeirinhas mantêm produção irrigada por bombeamento mecânico à base de combustível fóssil. Cultivos principais: milho, feijão, cebola;

- as populações reassentadas irrigantes – dos perímetros irrigados da Codevasf – possuem situações dissimiles:

a) no eixo Petrolina-Juazeiro há a fruticultura irrigada para exportação, com uso intensivo de agrotóxicos, alta taxa de desemprego no entorno;

b) no eixo Petrolina-Juazeiro encontram-se médias e grandes agroindústrias irrigantes assentadas em fruticultura.

c) no perímetro de Itaparica:

I. Apolônio Sales e outros – produção irrigada de fruticultura;

II. Reassentamento de Itaparica – produção irrigada de fruticultura, início de produção irrigada orgânica;

- as populações das *áreas de seca* (sertão, semi-árido): atividade pecuarista de pequeno porte (ovino e caprinocultura), existem algumas experiências de aproveitamento da vegetação nativa (umbu).

- pequenas e médias agroindústrias localizadas na região, comprometidas sobretudo com fruticultura.

Alguns resultados desta situação são a existência de um alto ingresso por meio de repasse governamental (Bolsa Família, Salário Maternidade e, sobretudo, Aposentadoria Rural). Além disso, há um alto índice de desemprego. Havia a suposição que a implementação do reassentamento de Itaparica implicaria numa absorção da mão-de-obra local muito maior que o caso de Juazeiro-Petrolina. A inconclusão do reassentamento até o momento impede a verificação disso. Todas estas circunstâncias sócio-econômicas acentuam a inseguranças das pessoas e das famílias naquela região.

Como mostra Abramovay há autores que ao comparar o ingresso de renda *não-produtiva* com o ingresso produtivo identificam que o segundo é mais dinâmico, e num determinado período impregnará as relações sociais e produtivas implicando em maior renda circulante na região. Certamente, as estratégias de superação da pobreza não podem desprezar os aspectos mercadológicos. Porém, também não devem desprezar

os fatores que geram insegurança e diminuem a intensidade com a qual as populações podem se apropriar de importantes tecnologias de desenvolvimento do capital humano.

Dentre estes fatores geradores de insegurança na região não pode ser desprezado o histórico das brigas interfamiliares. Algumas mais recentes que outras. Todas de um potencial *contagioso* ímpar. Destas a peleja mais antiga é entre as famílias Ferraz e Novaes, de Floresta. Esta história traslada no tempo ainda para o século XIX, em disputas políticas regionais. A família Ferraz estabeleceu-se em Floresta e entre o início do século XIX até 1965, quase ininterruptamente teve a liderança política na região. Fez vários prefeitos e deputados. É uma peleja de raízes tão profundas que, ainda em 1992, levou ao assassinato do prefeito Francisco Ferraz Novais.

Na cidade Belém do São Francisco desenrola-se outro conflito entre as famílias Araquan e Gonçalves com os Benvindos, Nogueiras, Russos e Cláudios. Entre 1988-2002 foram causadas 150 mortes devido a esta *guerra*. Embora o epicentro seja Belém, esta peleja estende-se pela região de Cabrobó e dirige-se até Petrolina. Tanto no primeiro caso, o de Floresta, como no segundo, o de Belém, os mitos etiológicos alegam romances que deram origens às disputas. Num e noutro caso, com maior ou menor evidência, estas brigas se emaranharam com a presença do controle comercial da atividade produtiva do plantio de cannabis na região.

Fato é que as disputas foram deixando de ter o embate com o uso de armas de pequeno calibre, ou armas brancas, e passaram a ter o recurso de armas leves, como a submetralhadora AR-15, ou a carabina 12. O resultado desse processo de disputas é a elevação do nível de insegurança na região.

2.2.2. 1988, 1994, 1997, 2005 – plantio de cannabis e violência regional

Há um registro na pesquisa Fundaj 1987-1996 sobre a apreensão que os reassentados de Itaparica tinham em relação à segurança. O que se pode notar é que há um processo de maior atenção à produção da cannabis no Submédio São Francisco após 1986. O ano de 1986, em relação à repressão ao cultivo de cannabis sativa no Nordeste, foi empenhado, sobretudo, em ações no Maranhão, contra a população Guajajara (Cf. Henman e Pessoa: op. cit.). Isto nos leva a supor que, como analisa Manuel Castells, referente a outras ações delituosas ilícitas, o combate oficial pelas forças de repressão do Estado gera o fenômeno da migração de atividade – ao invés da atividade *a* que é

combatida, os atores delituosos passam a realizar a atividade *b*; ao invés de atuarem na região *x*, passam a atuar na região *y*.

Isto nos faz crer que o combate às regiões maranhenses tornou menos imprópria a ação nos interiores do sertão de Pernambuco e Bahia. Ademais, como foi falado anteriormente, o cultivo da cannabis no Nordeste se espraia por todo o vale do São Francisco, e se estende, conforme Freyre, do Recôncavo baiano até o Nordeste setentrional. Por conseguinte, não é surpreendente que a atividade tenha crescido ao longo dos anos de 1980-1990 na região do Submédio São Francisco. De fato, a explosão produtiva da cannabis na região levava à crença do abastecimento dos grandes centros consumidores de maconha no Sudeste por meio deste canal.

De todos os modos, o que se dá na região é a construção de uma situação social de insegurança para as pessoas que se encontram no perímetro das áreas de produção e não querem se integrar a ela. Além disso, registra-se que ficou ampliada a atividade de roubos de automóveis, caminhões e cargas, em especial no trecho da BR 101 entre Floresta e Santa Maria da Boa Vista. Isto foi de tal monta que durante anos um guia de estradas registrava a necessidade de muito cuidado pelos motoristas que trafegassem por aquela região. Nascia, assim, a nova versão do Polígono da Maconha, fruto dos anos de 1990. É interessante notar o curso geométrico. A região era tratada primeiramente como triângulo, depois quadrilátero, até a definição de polígono. Além disso, ao invés da multifacetação da figura geométrica significar ampliação da área territorial, significa sua diminuição.

Notemos como nos registros sintetizados da Fundaj é apresentada a sensação relativa à questão da segurança a partir dos reassentados:

SEGURANÇA

1987/1988

- O medo da fome e do futuro desconhecido ameaçava os meeiros e os pequenos agricultores, sem bens e sem poupança.

1989

- São registrados sinais de violência na área, sobretudo no Projeto Caraíbas.

1994

- Diversificação e ampliação do quadro de violência na área.
- Problemas sérios concentravam-se nos projetos: Caraíbas, Pedra Branca, Icó-Mandantes e Rodelas.

- Crimes mais freqüentes: assalto à mão armada, roubo de carros, assalto a ônibus, furto de animais, brigas, assassinatos e tráfico de maconha.

1995

- Persiste a violência.
- Aumento da violência no Projeto Brígida, após a instalação do sistema de irrigação.

Como se pode notar há uma evolução nos problemas de segurança e na sua percepção. Quando do início, durante o primeiro ano do reassentamento a principal questão de segurança era a da garantia dos meios de subsistência. Porém, desde o segundo ano, na região de Santa Maria da Boa Vista, área tida como de tradicional cultivo de cannabis sativa nos anos de 1980, a questão começa a impactar localmente. Na década de 1990 a questão é percebida com maior extensão geográfica e isto se mantém. De fato, Menezes e Vianna (1994) notam entre as principais preocupações dos STR´s da região, em 1994, a questão do narcotráfico.

Em pesquisa realizada pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, de KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, durante o primeiro semestre de 2005, também se verificou que a questão da segurança se mantinha com o mesmo perfil, não apenas entre jovens filhos de reassentados, porém entre jovens da região de área seca:

Tabela 2: Lembranças de ato violento sofrido por jovens no SMSF

Evento	Freq	%N=720	%N=176
Homicídio	88	12,36	50,00
Arbitrariedade policial	18	2,53	10,23
Estupro	16	2,25	9,09
Briga de jovens	15	2,11	8,52
Assalto	8	1,12	4,55
Suicídio de jovem	6	0,84	3,41
Uso de Drogas e Alcoolismo	5	0,70	2,84
Briga entre famílias	3	0,42	1,70
Tentativa de homicídio	2	0,28	1,14
Briga doméstica	2	0,28	1,14
Outros	43	6,04	24,43
Não lembra	145	20,37	82,39
Não respondeu	364	51,12	206,82
Não sabe	19	2,67	10,80
Inválidos	8	1,12	4,55

Fonte: Pesquisa KOINONIA/PÓLO, 2005

Nesta pesquisa sobre percepção da violência na região foram consultadas 720 pessoas das cidades de Macururé, Rodelas, na Bahia; Jatobá, Floresta, Belém do São Francisco. Orocó e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco. O que se notou é que a

questão da segurança é muito preocupante, em especial para os jovens. A tabela acima é referente a uma questão semi-aberta que permitia respostas múltiplas. A ausência de respostas e lembranças é muito grande. O que também pode ser um indicador de insegurança. Entre os que lembram de ações violentas sofridas por jovens a metade das pessoas registram a memória de homicídios e o segundo evento é a arbitrariedade policial.

Questionados se havia violência na região 92,4% responderam que sim. 66,7% das pessoas afirmam que em seus municípios ocorre arbitrariedade policial. Foi perguntado às pessoas sobre a ocorrência de 15 tipos de eventos, em geral consideradas como violência, e com qual freqüência se apresentavam: intensamente, esporadicamente ou se inexistiam. Para nenhum deles houve um registro de ocorrência intensa superior a 38,9% - assalto fora de casa. Os que têm ocorrência esporádica a maior indicação foi de 62,9% - agressão física em casa. Para nenhuma ocorrência a maior indicação foi de 52,2% - trabalho forçado na roça de maconha.

Tabela 3 – Três principais eventos conforme a ocorrência

Ocorre muito		
Assalto fora de casa	277	38,9%
Agressão física fora de casa	255	35,8%
Homicídio/Assassinato	246	34,6%
Ocorre às vezes		
Agressão física em casa	448	62,9%
Assalto à casa	409	57,4%
Agressão física fora de casa	397	55,8%
Não ocorre		
Trabalho forçado na roça de maconha	372	52,2%
Expulsão da terra	353	49,6%
Trabalho forçado na roça	319	44,8%

Fonte: Pesquisa KOINONIA/PÓLO, 2005

Pode-se observar que as pessoas entrevistadas indicam que a região não se caracterizaria por alta freqüência de violência a indivíduos. Porém os crimes que ocorrem com alguma freqüência são ações contra as pessoas. Há uma indicação de violência doméstica. Isto poderia ser agregado ao fato das indicações de percepção de freqüência esporádica de estupro de crianças por 46,5% dos respondentes e estupro de mulheres adultas por 39,5% - se considerássemos a totalidade das indicações de ocorrência elas seriam respectivamente: 51,8% e 43,4%. Isto é um indício de violência doméstica nas comunidades rurais dessa região do sertão. Parece que esta violência dirige-se mais contra as crianças que contra às pessoas adultas.

Não haveria nenhuma circunstância que permitisse a inferência direta da situação de violência na região do SMSF corresponder à existência do plantio de cannabis sativa. Porém, o conjunto dos registros de violência, em especial a morte de jovens por causa externa – homicídio, naquela região, tem uma relação direta com os períodos de operações de erradicação de plantio. Com efeito, após às ações de erradicação de plantio segue-se um momento de *calmaria*, seguido por ações delituosas contra as pessoas.

3. Juventude Camponesa Sertaneja Nordestina do Submédio São Francisco

3.1. Uma revisão das matrizes da literatura das ciências sociais sobre juventude

O tema da juventude retornou à baila nos estudos da década de 1990. No Brasil, isso tem estado mais vinculado à procura de compreensão das interações juvenis urbanas. Essa preocupação foi retro-alimentada pelo fato da violência social e criminal da qual os jovens são atores e principais vítimas. Porém, explodiu uma série de identificações das *galeras*, dos *bondes*, das *tribos* juvenis espalhadas pelas cidades. O recorte priorizado foi o dos hábitos estético-culturais. As notações se vinculavam a uma luta social por tornar esse segmento da sociedade visível, e fazer com que as políticas públicas levassem em consideração o processo que os demógrafos têm chamado de onda jovem. Isso tudo contribuiu para que a abordagem hegemônica sobre a juventude, também no Brasil, fosse enfaticamente urbanocêntrica.

O que se fala quando se diz juventude? Os discursos acadêmicos sobre juventude, como afirmamos em outro lugar (Iulianelli: 2003, 54-76), entre os anos de 1950-1980 oscilavam entre dois modelos analíticos. Havia aqueles que procuravam interpretar o fenômeno da delinqüência, do comportamento desviante, um pouco inspirados pela Escola de Chicago. E havia um outro grupo que oferecia análises para o fenômeno da atitude transformadora, revolucionária, inspirados, sobretudo, pelos estudos europeus a respeito da juventude de 1968. Em ambos os casos, a caracterização dessa personagem, juventude, era tomada como um bloco de classificação etária – com variações diversas, de características singulares psico-bio-sociológicas, que a diferenciava de dois outros grupos etários: a infância e a vida adulta.

Os estudos sobre juventude têm avançado desde então. A grande concentração está na realidade urbana do fenômeno juvenil. Construiu-se, com aqueles dois modelos, depois de fortes empenhos na discussão sobre os direitos das crianças e adolescentes nos anos de 1980, o tema dos estilos culturais, ou das *tribus*, como proposto, por exemplo, por Mafesolli. De fato, essa abordagem levou a consideração das constituições étnicas, de classe e genéricas no interior dos grupos juvenis. Além disso, se avançou no discurso sobre a construção das ações locais dos jovens, com as características particulares, escapando do senso comum sociológico e politólogo da dicotomia alienado ou revolucionário.

A literatura latino-americana, e brasileira, tem crescido. Com efeito, a ONG *Ação Educativa* fez um levantamento das teses e dissertações produzidas no Brasil sobre o tema juventude e identificou mais que 490 teses e dissertações. Essa produção, entrementes, no caso brasileiro, como observamos junto com Paulo César Pontes Fraga, não tem se transformado, ainda, em políticas públicas e práticas sociais que beneficiem à maioria dessa juventude (Fraga e Iulianelli: 2003, 9-17). Cabe ressaltar, em todos os casos, que a presença de estudos sobre juventude rural, até onde conseguimos alcançar, na literatura sociológica e pedagógica no Brasil, é ainda muito rarefeita. Persiste o fenômeno identificado por Durston (1997) e Cangas (2003, 3): a invisibilidade identitária. Ou seja, se hoje o tema da juventude toma um novo fôlego e oferece um campo de preocupações, observações, o resultado em termos de ações de Estado e práticas sociais diversas, especialmente no que se refere à juventude rural, é ainda muito tímido.

Podemos ter uma rápida revisão das principais construções teóricas sobre juventude rural construídas nesse campo das ciências sociais. O problema que orienta essa revisão é o da invisibilidade da juventude, como ator social relevante e como sujeito de direitos atendidos pelas políticas públicas. Nos apoiaremos no trabalho de Cangas (2003). Segundo ele, essa invisibilidade seria explicada, sobretudo, por uma contradição entre os dois termos da expressão juventude rural. Juventude se refere a uma personagem moderna – e da modernização que urbaniza. Assim como a figura da infância, a juventude, também, seria uma construção da modernidade e do Capitalismo mercantilista. Pessoas jovens – em relação à faixa etária – sempre existiram. Porém a construção de uma identidade juvenil e de uma atenção social à juventude diferenciada, que interfere na conformação societária, esse seria um fenômeno moderno.[1] Por outro lado, o termo rural se refere a um mundo pré-moderno. O mundo do tempo sincopado, ritmado, absolutamente regido pela natureza. Assim, o primeiro termo é o da *máquina a vapor* e o segundo do *tradicional*.

> Desse modo, se constata que as tradições de investigação sobre juventude, provenientes da micro-sociologia urbana (Escola de Chicago e Escola de Birmingham) e da antropologia (Escola de Cultura e Personalidade, por exemplo), focalizaram sua atenção nas fricções sociais intraurbanas, provocadas pelas nascentes culturas juvenis, ou ainda em fenômenos como a inculturação e o trânsito para a maturidade – vida adulta – nas sociedades não-ocidentais (Cf. Whyte, 1943; Monod, 1968; Hall e Jefferson, 1976; Mead, 1985). Todos esses programas não abordaram, nem remotamente, a juventude rural.

[1] Philippe Arriés seria um dos principais fautores dessa tradição.

Então, a literatura mais geral sobre o tema da juventude não oferece uma abordagem a respeito da juventude rural. Essa é a invisibilidade da qual Cangas e Durston (1997) nos falam. No caso das ciências sociais rurais, nos anos de 1930 aparecem os primeiros estudos sobre juventude rural, num quadrante muito distante da América Latina: a Polônia. Há um estudo de 1938 que procurou oferecer uma interpretação do fenômeno do êxodo rural. A juventude deslocada e perdendo os projetos tradicionais do mundo rural, a tensão modernidade-tradição, era essa uma das principais preocupações.

Nas décadas que se seguiram, os estudos sobre a realidade rural, na América Latina, estiveram majoritariamente dirigidos ao tema do desenvolvimentismo e seu correlato: a tendência ao desaparecimento de um modo de produção camponês. Para esses estudos a questão geracional tinha pouca contribuição a oferecer. No muito, o tema aparecia relacionado ao envelhecimento do campo devido ao êxodo rural. Cangas mostra-nos que na década de 1980, conquanto a abordagem sobre juventude seja retomada, há uma tímida discussão do tema no campo da sociologia rural. Ele enumera 17 autores/títulos entre os anos de 1986-1997 que tratam do tema. E chama a atenção para o início da Rede Latino-Americana de Juventudes Rurais, após o Congresso Latino-Americano de Juventude Rural, em 2002.[2]

Segundo Cangas, esses estudos têm uma perspectiva estrutural e macrosocial. São interpretações a partir de um recorte desenvolvimentista, ou a partir de questões referentes aos processos de Reforma Agrária. Porém, ainda conforme este autor, nos anos de 1970 se iniciam formulações a partir do tema do *protagonismo juvenil*.[3] Ele observa que esses estudos imputavam aos jovens identidades que não eram fruto da pesquisa empírica. Isso fazia com que esses estudos indicassem que a juventude rural era uma *promessa*, que realizava determinados *estilos de vida*. O suporte referencial para a construção da juventude como objeto era a ênfase urbana.

Há um problema na conceituação de juventude. Por um lado, se apresenta o modelo de forte ênfase biologista que a caracteriza a partir dos elementos etários e das mudanças físicas somáticas. Isso gerou um certo *frisson* pela confusão com o próprio

[2] No sítio eletrônico de Relajur, também se pode encontrar uma bibliografia sobre juventude rural, entre os anos de 1997-2003. São mais de 20 títulos disponíveis em formato eletrônico.
[3] Também notei isso num estudo sobre o tema do protagonismo juvenil, muito embora minha cronologia aponta para uma distância dez anos a frente da proposta por Cangas. Ou seja, o tema se iniciaria no início da década 1980 (Iulianelli: 2003, 59).

período da adolescência. Por outro lado, se estruturou uma definição de jovem nessa perspectiva que não é unívoca. Assim, a ONU considera jovens na América Latina a população entre os 15-29 anos; a OIT, por sua vez, entre os 15-24; para a OMS e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), a faixa é entre 10-20 anos. Esses limites são questionados por muitos autores, e não cooperam muito para uma compreensão e análise da juventude.

Essas análises, nos informa Cangas, foram complementadas por outras abordagens. Nos anos de 1960, a partir os estudos de Parsons, adveio a ênfase no papel *desajustado* da juventude. Parsons argumenta que as rápidas transformações da sociedade moderna deixam os jovens numa situação "problema". Também as obras do psicólogo social, Erik Erikson, trarão uma contribuição definitiva à temática com o conceito de *moratória psico-social*. Segundo ele, essa *moratória* seria o período intermediário e juvenil, no qual o indivíduo ensaia o futuro papel por meio de experimentações funcionais. Assim a juventude é uma busca pela identidade individual, em meio à confusão identitária provocada por diversos fatores.

No decorrer dos anos de 1980, as categorias socioculturais e econômico-políticas foram se tornando mais relevantes para os estudos. Isso nos leva até o ponto em que Bourdieu indica que "a juventude e a velhice não estão dadas, mas são construídas socialmente na luta entre velhos e jovens" (Bourdieu: 1990, 164 *apud* Cangas: 2003, 9). O contexto sociocultural passa a ser considerado com um papel definidor para a situação de juventude, em relação ao lapso dessa moratória psico-social. A situação ou o espaço da juventude, conforme Bourdieu, não é gratuitamente conquistado pelos jovens, mas lhes é imposto pelo mundo adulto da sociedade que participam. Essa moratória estaria ligada ao tempo de não-trabalho e não-constituição de família. Porém, na América Latina, nos setores das classes subalternas urbanas e rurais essa moratória é mínima.

De qualquer forma, essa abordagem levou à consideração da juventude como sujeito. Como nos diz Cruz (2000), a juventude é compreendida como *sujeitos de discursos*, com capacidade de mobilização e apropriação dos objetos sociais, tanto simbólicos quanto materiais, eles são agentes sociais. Como se vê, ela identifica o mesmo que Cangas, quando esse faz-nos perceber a notação de Bourdieu. Com isso, ela mostra que há uma análise quase *etnográfica* dos espaços juvenis nas sociedades latino-americanas. Essa *quase-etnografia* mergulha numa prospecção da história cultural das juventudes. E isso permite que Cruz nos ofereça três enfoques

metodológicos para a compreensão da juventude, o que também poderemos pautar numa discussão sobre a juventude rural:

> a) O grupo juvenil e as diferentes maneiras de entender e nomear sua constituição, o que faz referência ao peso outorgado pelos analistas à identidade como um fator chave para entender as culturas juvenis;
> b) Um segundo tema importante é o da alteridade, os "outros" em relação com o projeto identitário juvenil;
> c) O que poderia denominar-se projeto e as diferentes práticas juvenis ou formas de ação, constituem o terceiro eixo importante.

Poderíamos afirmar, quase sem medo de desacerto, que os estudos no Brasil, especialmente após o já clássico *Cenas Juvenis* (Abramo: 1994), tem essa direção. Na verdade, há um contexto no qual se abre o debate público no Brasil sobre a necessidade de se considerar a juventude como um ator social relevante, e um sujeito de direitos que demanda do Estado políticas públicas conseqüentes. Já existe no Brasil uma literatura abundante sobre o tema. Remetemos os leitores para o sítio eletrônico Protagonismo Juvenil, no qual se encontra citada uma grande parte desta (www.protagonismojuvenil.org.br). Também o número de especialistas têm crescido e várias organizações têm construído ou setores que lidam com juventude, ou tornado-a um tema de discussão. Citamos apenas alguns nomes para as nossas consultas: Paulo César Pontes Fraga, Marilia Sposito, Regina Novaes, Marcelo Olimpio, Hermano Viana, Mônica Pelegrino, dentre outras e outros.

3.2. Juventude Rural: um tema pouco estudado

O tema da juventude rural, como propõe John Durston (1997), sofre de profunda invisibilidade e exclusão. É excluído duplamente, da preocupação dos analistas das ciências sociais e dos formuladores e operadores das políticas públicas. Sofre de invisibilidade porque como se trata de uma categoria variável, instável, transitória, o mundo acadêmico tende a não observá-la. É invisível porque nas áreas rurais impera uma gerontocracia, que exclui os jovens, sobretudo as jovens. Finalmente, é invisível porque, em geral, é a juventude quem migra, e só compreendida como migrante, é considerada sob a condição de autora do êxodo rural.

Existe sobre a juventude rural, no Brasil, uma rarefação de trabalhos acadêmicos e investigativos. Isso nos leva a iniciar nossas observações a partir de algumas leituras e das discussões que temos acompanhado mais diretamente. Creio que os trabalhos de José Roberto Novaes, sobre o tema do trabalho infanto-juvenil na agricultura oferecem

relevante contribuição. Vale indicar que dos estudos de Novaes incidem, sobretudo, na questão dos camponeses canavieiros. Há várias publicações de artigos sobre esse tema desse autor, dentre as quais, ao menos, um na revista Tempo e Presença.

Nesses textos o autor não trabalha o conceito de juventude rural. Ao invés, investiga determinadas ações sociais às quais os jovens rurais estão subordinados como participantes das classes subalternas. No texto de Novaes (1999), das observações realizadas seguem notações a respeito da condição de sujeitos de direitos dessas crianças e jovens, e da relação social que se estabelece no campo como negadora desses direitos e desses sujeitos. Há, então, um questionamento do papel do conjunto da sociedade em fazer valer o *direito de todos*, e do papel das instâncias do Estado, em fazer cumprirem-se as leis – como a da erradicação do trabalho infantil, de ter lugar para todos no sistema público de ensino, e de fazer valer os direitos das crianças e jovens conquistados por meio de instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, os direitos das crianças e jovens no campo, são direitos da família camponesa. E não haverá cumprimento desses direitos se as trabalhadoras e trabalhadores rurais não gozarem dos seus direitos. Assim, a reflexão de Novaes nos traz para a questão nodal da relação família-terra-jovens rurais-reprodução social camponesa.

Um autor que tem se destacado nos estudos sobre o tema da juventude rural é Ricardo Abramovay. Ele possui alguns estudos considerados, por organizações como a Unesco, por exemplo, de especial relevância para a compreensão dessa juventude rural no Brasil. O tratamento que ele oferece contribui para identificar a condição da juventude que está associada à agricultura familiar. Assim, o desenho que ele propõe parte dessa notação que identifica a agricultura familiar, como espaço da autosustentação, unidade de produção familiar, com inserção diferenciada no mercado. É nesse contexto que ele observa a juventude rural.

Vamos rapidamente analisar um desses estudos, aquele sobre o desafio dos processos sucessórios, como visto no Oeste de Santa Catarina (Abramovay: 1998). Abramovay e seus colaboradores identificam a questão sucessória no centro do tema da permanência no campo, do processo de reprodução da unidade familiar de produção. Para eles, o conjunto familiar precisa realizar uma série de opções – um processo seletivo – para definir como a unidade familiar de produção se manterá. Eles indicam que essa manutenção depende de um sucessivo processo de exclusões: excluem-se as filhas mulheres, os filhos maiores. Ficavam eleitos, na maior parte desses casos, os

filhos menores, entre os anos de 1930-1960, o padrão foi alterado a partir dos anos de 1970, permanecendo a exclusão feminina.[4]

Na seqüência eles identificam que o processo sucessório tem o desafio da construção da identidade de agricultor, no passado era um fato que: "filho de agricultor, agricultor é". O processo de definição do papel social de agricultor pelo jovem não era uma opção do indivíduo, porém uma imposição externa, a partir do gerontocracia patriarcal. Assim, cabia ao filho menor se submeter a essa ordenação do destino e às outras filhas e filhos seguirem o destino do êxodo rural – ou do casamento de conveniência que pode mantê-los no campo. Na maioria dos casos, engrossam as fileiras das e dos migrantes. Cabe ainda algumas outras considerações: os que permaneciam não tinham outras possibilidades de estratégias de sobrevivência.

Então, qual o desafio dos processos sucessórios? A sucessão profissional, a posse da propriedade da terra e a aposentadoria são os temas que se entrelaçam ao lidarmos com o problema dos processos sucessórios nas unidades familiares de produção camponesa. Com essas questões, entrelaçam-se outras, dentre as quais, se pode destacar – como o fazem os autores – a escolarização, as tensões nas relações de poder entre os gêneros, as estratégias de sobrevivência, os campos de possibilidade de uma produção coletiva a partir do conjunto familiar. Eles ainda se deparam com um resultado dessa questão: o envelhecimento e a masculinização do campesinato – no Oeste de Santa Catarina.

A pesquisa de Abramovay e seus colaboradores identificou que há uma forte correlação entre os níveis de renda dos pequenos proprietários e o freio de processos migratórios. Bem como verificou que, ainda que o processo sucessório não se caracterize atualmente pelo minorato, sempre se procurou uma alternativa de posse de terra para os filhos não contemplados com a sucessão. Foi verificado que a atividade agrícola ainda desperta enorme interesse entre os rapazes, e nem tanto entre as moças.

Até os anos 60, no Sul do Brasil, o minorato e diferentes formas de garantia de reprodução social dos camponeses, permitia que a atividade agrícola fosse muito valorizada, a ponto de constituir uma ética da continuidade – os filhos permaneciam, e com orgulho, na atividade agrícola. A educação dos filhos para a atividade de agricultor era fortemente valorizada, era uma verdadeira formação profissional, objetivando

[4] Ainda sem uma pesquisa quantitativa que confirme, parece que na região do SMSF, segundo entrevistas de diversos camponeses (30 indivíduos, maio 2004), o que se dá naquela região é a sucessão a partir do *filho mais velho*, seria um *maiorato*, para brincar com o termo.

construir competências que habilitassem os filhos que não tivessem a posse da terra à estratégia de vida de reprodução social como agricultor.

> Em suma, o processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores parece obedecer a uma espécie de automatismo: a agricultura familiar produz, gera novos agricultores familiares. As possibilidades de aquisição ou de ocupação de novas terras oferecem base objetiva para a força de laços comunitários em que se valoriza a manutenção da casa paterna (Woortman, 1974), mas sobretudo a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola.
>
> Esse ambiente explica em grande parte a própria dúvida a respeito da existência de uma juventude rural neste período [1930-1960]: se é verdade, como diz Mannheim (1968, p.74), que a puberdade nas sociedades modernas caracteriza-se antes de tudo pelo *caos das valorizações antagônicas*, então têm razão os sociólogos alemães dos anos de 1920 e 1930 que discutiam a própria existência de uma juventude no meio rural. Seu argumento é que há uma transição direta da infância para a vida adulta pela incorporação do indivíduo no mundo do trabalho e, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária – o que já não existe entre jovens urbanos. (Abramovay: 1998, 35-36)

Então, a observação dos autores é que o processo de um *continuum* da tradição – para rapazes e moças – sustentou um modelo de reprodução da agricultura familiar no Brasil nesse período. Porém, a partir dos anos de 1970, no Sul do País, a agricultura familiar sofre dois rompimentos. Nem há mais grandes possibilidades de constituição de novas pequenas propriedades, nem os jovens querem mais seguir o roteiro de vida dos pais – cada vez mais isso é questionado no interior das famílias. Isso é que faz emergir, propriamente, a questão sucessória: as estratégias de reprodução passam a estar comprometidas.

Durston notou a necessidade de distinguir a permanência no campo e na atividade agrícola, para os jovens, como escolha ou impossibilidade de realização de um projeto pessoal. A pesquisa, com os jovens no Oeste catarinense, identificou que, para eles, a permanência no campo e na atividade agrícola está no universo dos desejos. Eles desejam ser agricultores, embora alguns considerem que seja difícil realizar este sonho. Entre os rapazes, da atual geração, essa opção não é uma ética de continuidade. Trata-se de uma opção dentre outras, o campo de possibilidades é muito amplo, inclui opções urbanas. Para as moças é o oposto. Há uma minoria que desejaria ser agricultora. Muito embora, uma boa parte das entrevistadas – 7 entre 16 – considere que, em relação às condições atuais de estudo e competência profissional, o meio rural confere uma melhor oportunidade – precisam, mas não gostariam de permanecer na roça.

Os jovens que desejam permanecer no campo consideram a atividade agrícola incompatível com um baixo nível de escolaridade. Isso indicaria, nesse caso, uma

negação da hipótese de Durston, em relação a uma menor valorização dos estudos pelos jovens que poderão ter acesso à propriedade da terra. A valorização da atividade agrícola está vinculada, também, a uma bem querência do espaço regional. A migração não é uma opção desejável. A maioria quer permanecer na própria região. Isso mostra que, nesse caso, mesmo o impacto desestruturador de planos econômicos sobre a agricultura familiar, não resultou numa desilusão dos jovens com a atividade agrícola e a permanência no campo. E no caso brasileiro, diferente da Europa, por exemplo, isso tem, até o momento, implicado na manutenção da exploração das propriedades rurais pelos camponeses.

Atualmente, o padrão sucessório, no sul do Brasil, já não responde mais ao minorato. A maioria dos pais entrevistados, relatados por Abramovay e seus colaboradores, indica ter o propósito de dividir igualmente a terra entre os filhos. Muito embora, ainda exista um recorte de gênero nessa decisão, que desfavorece as mulheres. A transição continua, entretanto, a ser uma decisão paterna. Ainda que os pais aceitem propostas dos filhos, na maioria das entrevistas se verificou que o pai é quem controla as atividades, ele é quem decide. Um risco que se apresenta, então, para a sobrevivência das unidades produtivas, é essa concentração do poder decisório das atividades agrícolas – além da transição – nas mãos das figuras paternas. Todas essas questões acabam tornando a migração a possibilidade mais exeqüível para as mulheres. Isso, por fim, masculiniza e envelhece a região.

Uma outra autora que, também, trabalhou o tema foi a professora Maria José Carneiro (2004)[5]. Para ela, essa invisibilidade não corresponde aos fatos. Pois, essa juventude rural é a que mais sofre as conseqüências da crise da agricultura familiar e "dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola" (Carneiro: 2004, 1). Assim, a crise da agricultura – a falta de perspectivas, no dizer da autora – afeta ainda mais diretamente a esse segmento social do campo. Para ela, como para Durston, a juventude rural é marcada por essa moratória entre o fim da infância e a constituição da autosustentação e de uma nova família agrícola. Essa moratória psico-social torna possível a identificação desse grupamento que cria projetos de futuro marcado por estratégias marcadas por forte *idealização*.

[5] A autora, professora do CPDA/UFRRJ, coordenou a pesquisa do CNPQ "Transmissão do Patrimônio, Etnicidade e Reprodução Social", concluído no ano de 1996.

A pesquisa de Carneiro se desenvolve em duas regiões, Nova Pádua, no RS, e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, município do RJ. Em comum se percebe que os jovens têm o projeto de "melhorarem de vida", em relação ao padrão estabelecido pelos pais. Porém, ambiguamente, isso se articula com lealdade e compromissos com a unidade familiar. O que se quer, conforme a autora, é uma inserção no mundo moderno, urbano, sem a perda dos vínculos originários. Querem ser "ao mesmo tempo, diferentes e iguais". Os jovens buscam *pontos de fuga*, espaços nos quais estão dentro do quadro, mas sem integrar-se absolutamente. Isso é demonstrado na busca pela escolarização, como estratégia de melhora da qualidade de vida. Essa melhora não tem implicado, ao que se indica na pesquisa, em Nova Pádua, a venda de propriedade e a quebra de processos sucessórios.

Houve, também, num período de três décadas, entre os anos de 1930-1960, uma mudança na relação da composição do conjunto familiar. Antes eram formadas famílias extensas, que garantiam a sobrevivência coletiva de até quatro gerações num mesmo patrimônio. O novo padrão – que passou a ser o atual – é majoritariamente composto – nos dois espaços pesquisados – por famílias nucleares. Também a rigidez comportamental, da obediência dos mais novos aos mais velhos, tem sido substituída por relações mais igualitárias. Os filhos que decidem permanecer na terra, constroem suas casas ao lado daquelas dos pais. O número de filhos também tem diminuído, nas gerações dos pais a variação era entre 7-12; enquanto na geração dos filhos essa é entre 1-3, ou no muito acima de 4.

Uma outra característica dessa juventude é apresentada por meio do conceito de pluriatividade. Segundo a autora, na medida em que a pequena agricultura familiar se encontra em crise aguda, aparecem novas atividades, tais como "cuidar de um jardim", ou "ser empregado". Para alguns, o choque está entre viver com uma mentalidade agrária (casar cedo, ter atividade agrícola, etc.) e receber insumos advindos da presença dos *turistas* – como numa entrevista citada, com a fala de um jovem friburguense. A presença do turismo trouxe outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho para os jovens rapazes, na construção civil, no comércio e no transporte, e, em menor proporção, na agricultura. Assim como entre as jovens moças, atividades como comércio, serviços de telefonia, trabalho doméstico para outras famílias, ou trabalho com os pais, são atividades concorrentes. Em muitos casos, conforme Carneiro, essa pluralidade de ofertas de emprego, advinda como fenômeno urbano, implica na

subalternação da atividade agrícola, como geradora de renda complementar – e não como atividade principal.

Deixando de lado outras questões – como migração, escolarização, negociação com a modernidade – tratemos da re-elaboração da *tradição* pela juventude rural, como visto pela autora. Para ela, essa intensa comunicação entre campo e cidade rompe com a dicotomia tradicional/moderno, rural/urbano. No caso da região fluminense, se notou que o desejo de romper com o rural é muito mais forte naquelas e naqueles que não são filhos de proprietários de terra. Nestes últimos, há um desejo de, a partir de uma releitura dos valores urbanos, elaborar uma síntese desses com os valores rurais – muito embora, ela observa, faltam estudos para se verificar a composição dessa síntese. Porém, "mesmo que a terra permaneça como propriedade familiar, dificilmente a associação entre terra-família-agricultura permanecerá como um valor estruturante da ordem moral, econômica e familiar" (Carneiro: 2004, 18). Áquela síntese, com maior ou menor força para a tradição, a autora conceitua por *rurbanização.*

3.2.1. Contribuições a partir da análise dos títulos das teses sobre jovens rurais do sistema CAPES[6]

No sistema Capes o tema juventude rural tem apenas 4 teses e dissertações. Se, ao invés dessa expressão, indicamos jovens rurais, este número sobe para 29 teses e dissertações. Elas foram produzidas entre os anos de 1988 e 2001, a maioria entre 1999 e 2001. Vou registrar na forma de tabelas os temas e subtemas – conforme minha arbitrária eleição; anos de produção; regiões estudadas e local de produção e defesa da tese; departamentos nos quais foram defendidas e os nomes reincidentes de orientadores. Com isso, estamos pretendendo abrir uma porta de apreciação para essa outra produção.

[6] Esta análise foi realizada para o Grupo de Experiência com Juventude Rural, do Submédio São Francisco. Essa é uma rede de organizações que tem projetos político-pedagógicos com jovens rurais naquela região. Participam dessa rede como parceiros: KOINONIA, IRPAA, EQUIP, Pólos Sindicais de Trabalhadores Rurais do SMSF (BA e PE) – Departamento e Coletivo de Jovens – e do Alto Sertão (AL), PJR-AL, Coopabacs, Pastoral dos Reassentados, Pastoral da Juventude da Diocese de Floresta (PE). Acompanha, também, essa rede o Projeto Amanhã, da SR5 da Codevasf.

Quadro 2 – Analítica da Temática Rural

Conjunto de Temas e Subtemas		
Temas	**Subtemas**	**Quantidade de Teses/Dissertações**
Educação Rural	Casa familiar/Escola Rural/Alternância	5
	Assentamentos	4
	Crítica ao urbanocentrismo	2
	Formação de magistério entre os Sem-Terra	1
	Formação de Empresariado Rural	1
	Educação Ambiental	1
	Mulheres	1
	Total de Teses	15
Trabalho Rural	Trabalho Infanto-Juvenil	3
	Artesanato	1
	Trabalho doméstico	1
	Perfil da mão-de-obra	1
	Total de Teses	6
Saúde	Agrotóxicos	1
	Potência aeróbica	1
	Total de Teses	2
Política/Mobilização Social	Guerrilha Ribeirão Preto	1
	Transformação do Rural	1
	Movimentos Populares	1
	Total de Teses	3
	Total Geral de Teses	26

Fonte: Sistema CAPES, 2004.

Como se pode notar, esta tabela identifica que os temas mais trabalhados foram educação rural e trabalho rural. No primeiro caso, os três subtemas que receberam mais atenção foram escola familiar-casa familiar agrícola-pedagogia da alternância, crítica ao urbanocentrismo e assentamentos. Percebemos por esses títulos um interesse na construção de um projeto de Educação no Campo que destoa da realidade atual, o que é bastante interessante na perspectiva do reforço à cultura de resistência no mundo camponês. Em relação ao trabalho rural, o tema mais analisado foi o do trabalho infanto-juvenil. Isso também marca uma preocupação com as normatizações mais recentes, que pleiteiam a erradicação do trabalho infanto-juvenil, e suas matizações em relação aos processos de reprodução social da agricultura familiar.

Em todos os casos, vale notar as ausências de temas abordados. Não há nenhuma tese sobre relações de gênero, nem sobre a agricultura familiar, ou agronegócio, ou movimento camponês. Também é particularmente interessante nada em relação aos movimentos sociais tradicionais no campo. Certamente, isso não indica que inexistam relações nesses espaços políticos e nessas questões de relações de poder envolvendo a juventude. Porém, indica uma desatenção da academia para esse campo de relações. Até mesmo, em referência à mobilização política e social, estes temas não aparecem explicitados nos títulos[7], assim como nada aparece em referência aos diferentes modelos de organização da juventude rural.

Quadro 3 – Divisão territorial sobre a temática Rural

Regiões	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Estudadas	∅	6	1	6	7
Local de Defesa	∅	2	∅	17	7

Fonte: Sistema Capes, 2004.

Nota-se que a maioria das teses foram defendidas na região Sudeste, e dentre estas a maior parte no estado de São Paulo. Em relação às grandes regiões estudadas, vemos que há um certo equilíbrio entre as três que receberam maior atenção. O que causa um certo espanto é não haver nada sobre a região Norte, palco de tanta migração interna nos últimos anos, e das maiores incidências de conflito social no campo, até então. Bem como a região Centro-Oeste ter apenas uma tese causa espanto, pois é a região na qual mais cresce o agronegócio, e, conforme o relatório de conflitos sociais agrários, da CPT, de 2004, onde mais cresceu em 2003, proporcionalmente, a violência contra os camponeses.

Tabela 4 – Histórico da temática Rural

Ano de Defesa	1988	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Quantidade de Teses Defendidas	1	1	1	1	1	3	10	8

Fonte: Sistema CAPES, 2004.

[7] Observe-se que essas anotações referem-se exclusivamente sobre as informações disponíveis no Sistema Capes. Não foram apreciados os conteúdos das referidas teses. Não há aqui nenhum juízo de valor sobre esses conteúdos.

Percebe-se a concentração da atenção ao tema a partir de 1999. Anteriormente não havia maiores preocupações da academia. Isso comprova, de certo modo, as hipóteses de Durston sobre a invisibilidade do tema.

Quadro 4 – Temática Rural na Academia.

Faculdades/Departamentos	Educação	Economia Doméstica	Geografia	Desenvolvimento Regional	Outros
Quantidade de Teses	13	2	2	2	7

Fonte: Sistema CAPES, 2004

Há uma quantidade de 11 departamentos nos quais se defenderam teses e dissertações sobre jovens rurais. O espaço acadêmico, conforme essa amostragem, que tem maior incidência de defesas sobre juventude rural é a Pedagogia. Certamente, porque o tema da juventude é pensado dentro daquela moratória psico-social, na qual tem a escola importante papel, como uma agência de socialização. Bem como as ações educativas e os espaços educativos, são considerados como espaços formadores dos indivíduos, de seus projetos e estratégias de vida – ou inibidores dessa formação. Vale notar, uma vez mais, que, dentre essas 13 teses defendidas na área de Educação, cinco abordam o tema da pedagogia da alternância. Isso pode indicar que há uma preocupação com a construção de um projeto pedagógico apropriado ao modo de vida camponês.

3.3. Juventudes Rurais do Submédio São Francisco

Dirigir nossa atenção para um território implica em notar a vida própria de uma região, o seu tecido social, a malha das relações sociais e políticas que foram construídas historicamente, formando uma diversidade de identidades. Territórios, assim como mercados – para fazer uma analogia com a perspectiva econômica – não são espontâneos. Brotam de processos complexos de interações humanas, tem que ver com as dinâmicas dessas. Há uma série de condicionantes naturais na conformação dos territórios – relevo, hidrologia, índice pluviométrico, pedologia, etc. Porém, esses condicionamentos são muitas vezes – ou quase sempre – superados pela capacidade mobilizadora e organizativa dos grupamentos humanos que ocupam e constituem esses territórios.

Em geral, quando se fala do território do Submédio São Francisco se toma por base a divisão geográfica do vale que acompanha o famoso rio. A bacia do rio cobre 10

estados da federação, incluindo o Distrito Federal. A divisão de estágios da bacia indica o trânsito das águas, da nascente à foz. Assim, esquematicamente, o Alto está na nascente, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, pelo segue; o Médio segue de Minas e adentra pela Bahia, incluindo no vale Goiás e Brasília, também o Piauí; o Submédio corre pela Bahia e Pernambuco, tendo ao final Alagoas e Sergipe, e incluindo no vale o Piauí, o Ceará e a Paraíba; finalmente o Baixo, chega à foz, entre Penedo (AL) e Neópolis (SE), desaguando no Atlântico, incluindo no vale a Paraíba.

Nesses imensos vales formaram-se cidades, com uma diversidade cultural e uma riqueza ecossocial, uma biodiversidade magnífica. Uma pesquisa sobre a composição humana de todo o vale foi feita em 1956, pelo cientista social estado-unidense Donald Pierson. Isso resultou numa bela obra de três volumes sobre o homem do Vale do São Francisco (Pierson: 1956). Os diferentes costumes da população ribeirinha, naquela época, quando o rio ainda não era tomado pela presença das Barragens, construídas durante o surto desenvolvimentista nacionalista da ditadura militar.

Sobradinho e Itaparica, e os seus efeitos socioambientais para aquelas populações sertanejas não deixam dúvida sobre quão nefasta é tal política. A primeira dessas Barragens, resultou na construção de um êxodo compulsório. A segunda, foi palco de uma conquista de Reforma Agrária *sui generis*, conduzida pelos trabalhadores rurais, articulados numa organização criativa, o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco – que nasce como Centro de Defesa dos Direitos Humanos, com a assessoria da Comissão de Pastoral da Terra. Ambas provocando, juntamente com as ações no sul, a formação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem – MAB.

Ao iniciar uma reflexão sobre as juventudes rurais no Submédio São Francisco (SMSF) precisamos caracterizar as condições dessa presença juvenil. Nossa estratégia será de ir além das cidades que são articuladas por meio do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF. Iremos tratar de um conjunto um pouco maior de cidades. Porém, também não nos fixaremos nas cidades escolhidas pela Polícia Federal e a Secretaria Nacional Anti-Drogas para comporem aquelas que constituiriam o chamado Polígono da Maconha – todas de Pernambuco. Vamos fazer uma eleição, meramente indicativa, de 26 cidades – que poderiam ser algo como 47 ou 50 – dos

estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas que estão no entorno de uma mesma complexidade.[8]

O elemento aglutinador básico, na nossa perspectiva, é a presença das barragens de Itaparica e Xingo, além do caráter de semi-árido da região, e os impactos socioambientais que provocaram. Há ainda uma série de fatores que aglutinam essas cidades desses estados: a história do Cangaço, nos anos de 1930; Canudos, no século XIX. Mais recentemente, a implantação das agroindústrias de fruticultura nas pontas de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com repercussões em Pernambuco (Belém do São Francisco e Santa Maria da Boa Vista, por exemplo). Mais outro elemento, é que nessa região a principal atividade econômica é agrícola, e conduzida pela agricultura familiar, pelos camponeses sertanejos. Um outro fator aglutinador, a nosso parecer, é a disseminada pobreza naquele meio rural e a presença de uma violência criminal latente, que provoca perdas significativas de vidas, principalmente, de jovens.

Nosso olhar será dirigido ainda mais precisamente para a população rural dessa região e para as condições de vida das juventudes rurais. Assim, o que estaremos fazendo nessa parte do texto é uma descrição diagnóstica da vida das juventudes rurais. Nossos indicadores privilegiados são, em termos abrangentes e gerais – isto é, considerando os 26 municípios – a presença dessa população juvenil, sua escolarização, sua sexualidade, sua relação com o mundo do trabalho rural. Há indicadores que não estamos privilegiando e precisariam ser investigados, porém não temos condições de fazê-lo aqui, como a questão da migração interna e do êxodo rural. Há indicadores que apenas podem ser avaliados, pelos dados que temos disponíveis neste momento, apenas para um grupo muito restrito de cidades, a questão da incidência de mortes por homicídio.

Esse território composto nessa análise possuía, no ano de 2000, uma população total de 971.358 pessoas, das quais 345.804 viviam nas áreas rurais.[9] Isso é uma porcentagem de 35% da população total encontra-se nas zonas rurais. No caso da

[8] Em ordem alfabética: Abaré (BA); Belém do São Francisco (PE); Cabrobó (PE); Canindé do São Francisco (SE); Carnaubeira da Penha (PE); Chorrochó (BA); Curaçá (BA); Delmiro Gouveia (AL); Floresta (PE); Glória (BA); Itacuruba (PE); Jatobá (PE); Juazeiro (BA); Macururé (BA); Nossa Senhora da Glória (SE); Olho d'Água do Casado (AL); Orocó (PE); Paulo Afonso (BA); Petrolândia (PE); Petrolina (PE); Piranhas (AL); Poço Redondo (SE); Rodelas (BA); Santa Maria da Boa Vista (PE); Serra Talhada (PE); Tacaratu (PE).

[9] Todos os dados usados nessa parte do texto, referentes a esse conjunto de municípios, indicam a situação no ano 2000 e foram construídos a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano, do PNUD. Exceto nos casos em que outra fonte for explicitada.

presença dos jovens, considerada a faixa etária entre 15-24 anos, a região possui, no total, 21% da população nessa faixa etária. No caso da área rural essa porcentagem sobe para 32%. Ao redor de 180 mil pessoas, dessa população rural é constituída por aquelas e aqueles que têm entre 15-24 anos de idade. As seis cidades com maior contingente absoluto de jovens rurais são, em ordem decrescente: Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Paulo Afonso (BA), Serra Talhada (PE), Delmiro Gouveia (AL) e Santa Maria da Boa Vista (PE). Quando se considera a população rural, as dez cidades com maior concentração percentual de jovens rurais são, em ordem decrescente, respectivamente: Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Santa Maria da Boa Vista (PE), Serra Talhada (PE), Poço Redondo (SE), Piranhas (AL), Delmiro Gouveia (AL), Paulo Afonso (BA), Glória (BA), Canindé do São Francisco (SE).

Considere-se que há uma presença maior de pessoas de mais que 25 anos na região, totalizada em 428.018, maior que o conjunto de toda a população rural. Destes estão no campo 35%, e essa população com mais de 25 anos é maior em 60% que a população entre 15-24 anos. Considere-se ainda que dos mais que 149 mil pessoas, de mais que 25 anos, que vivem nas áreas rurais, apenas 36 mil têm mais que 65 anos. Porém, se consideramos a população feminina entre 15-17 anos temos que ela é de 11.934 pessoas, para um total de 33.615. Podemos inferir daí que a população rural dessa região é majoritariamente masculina e adulta.

Certamente, as dificuldades e as sucessivas crises da agricultura familiar, bem como a inconclusão do reassentamento de Itaparica – que diretamente afetou 6,5 mil famílias – responde por grande parte desse fenômeno. Um outro fator que pode ser considerado responsável é a alta incidência de violência e sua seletividade vitimaria, que assassina, sobretudo, aos jovens do sexo masculino. Esses três fatores combinados à insegurança hídrica da região tornam as alternativas para as juventudes bastante complexas. Realmente, a permanência na área rural do semi-árido, no Submédio do São Francisco, como uma escolha, é, nesses termos, uma difícil opção.

3.3.1. Direitos básicos e condições de vida das juventudes rurais do SMSF – poder viver sem preconceitos.

Em 1998, notávamos (Fraga e Iulianelli: 1998, 11) alguns elementos referentes ao difícil acesso dos direitos de cidadania para as juventudes em todo o Nordeste. Isso

permanece, infelizmente, um fato, e se confirma para as juventudes rurais do Submédio São Francisco. Assim, permanece o fenômeno da clandestinidade civil, ou seja, a pouco utilização do registro de nascimento pela população.[10] Isso se deve, também, ao fato das distâncias entre as localidades de residência – nas áreas rurais – e os cartórios, nos centros e sedes dos municípios. Além disso, a falta de existência e a precariedade de transportes públicos respondem por essa situação. Registramos que a gratuidade para esse registro é uma contribuição social de extrema relevância.

Uma outra questão é o registro de mortes de nascituros e de mulheres em idade fértil. As informações, em especial sobre o estado de Pernambuco, são da existência de sub-registro desses casos, acompanhado da existência de cemitérios clandestinos. Como nos informa o Diário de Pernambuco, em reportagem de 13 de agosto de 2002, persiste a existência de cemitérios clandestinos para aquelas crianças que, muitas vezes, nascem em partos nas casas de famílias. Bem como, nos mostra a Justiça Global, com o seu relatório sobre execuções sumárias entre 1997-2001, que muitos desses cemitérios clandestinos são usados para esconder corpos de pessoas assassinadas por grupos de extermínio. Com efeito, não temos informações específicas sobre a região que estamos tratando a respeito desses casos – documentalização, sub-registros de mortes de nascituros e mulheres em idade fértil e a existência de cemitérios clandestinos. Porém, não podemos desconsiderar a pertinência dessas situações para a região em apreço.

Em relação à mortalidade infantil, até cinco anos de idade, dentre as 26 cidades que estamos tratando, os cinco mais altos percentuais: são Chorrochó (BA) – 105,97 – é a que apresenta o maior índice, seguida por Poço Redondo (SE) – 101,91 –, Macururé (BA) – 98,83 –, Abaré – 98, 83 – e Carnaubeira da Penha (PE) – 94, 84. Dessas cidades, e entre todas as demais, Chorrochó é a que apresenta o quarto maior índice de indigência (69, 93), superada apenas por Poço Redondo (75,98), Olho D'Água do Casado (71,36) e Piranhas (70, 14), que ocupa essa primeira posição. Isso mostra que não é tão direta a relação entre mortalidade infantil e alta vulnerabilidade social, situação de elevada pobreza. Muito embora, em relação a Poço Redondo exista essa coincidência.

Apenas seis cidades apresentam um índice de indigência inferior a 50%. Todas as outras 20 encontram-se numa situação de grande proporção populacional em indigência. Isso compromete, entre outras coisas, a segurança alimentar dessa

[10] O Nordeste tem a segunda menor taxa de crianças de até um ano com registro, essa varia entre 60,83%-68,7%, conforme a UNICEF, dados de junho de 2003.

população. Uma visão sobre a composição da renda dessas pessoas ajudará a compreender isso. Não temos os dados para todas as 26 cidades, porém os dados de 13 delas foram por nós analisados. Cabe ressaltar que, no Nordeste, o rendimento médio mensal em 2000 era de R$ 144,90 – o menor do País. Na região que ora analisamos, com os dados dessas 13 cidades, podemos afirmar que as médias das cidades não chegam a isso para 12 dos 13 casos, e ultrapassa isso no caso de Paulo Afonso (R$ 170, 05).

Sabemos que nas cidades pernambucanas, da microregião de Itaparica (Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu), exceto Carnaubeira da Penha, cidade na qual se identifica que apenas 31,62% da renda provém do trabalho; todas as outras indicam que mais que 50% da renda provém do trabalho. Em torno de 20% da população dessas cidades recebe renda proveniente de transferências governamentais. A renda média nesse grupo de sete cidades é de R$ 97,12 – a cidade com a maior renda média no grupo é Itacuruba (R$ 116,72) e a de menor é Carnaubeira da Penha (R$ 41,32). No caso das cidades da microregião de Paulo Afonso (Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas), a renda média regional é ligeiramente maior, R$ 98,00. Porém, os extremos desse grupo são muito maiores que o outro, a maior renda é de Paulo Afonso (R$ 170,05) e a menor de Macururé (R$ 67, 30). Notemos que, nesse grupo, em média, ao redor de 40% da renda provém do trabalho. Em torno de 20% da população da região vive de renda proveniente de transferências governamentais.

O que se nota é uma composição da renda que valoriza o trabalho. Esse trabalho é em grande parte agrícola, e em unidades de produção familiar. O fato de existir um percentual de 20% da população que vive da transferência de rendas governamentais, indica que uma grande maioria depende da super-exploração capitalista, que, também, se manifesta nos modelos da autoexploração do trabalho familiar, incluindo nesse caso o trabalho infanto-juvenil. Vemos, também, que a indigência elevada em várias cidades na região não é uma causa exclusiva para a explicação de fenômenos como a mortalidade infanto-juvenil. Isso implica em considerar a falta de acesso aos serviços dos sistema público de saúde, bem como em deficiências do sistema público de ensino.

Uma questão ainda pouco trabalhada em relação ao comportamento infanto-juvenil e às relações sociais do mundo adulto com a infância é referente à sexualidade. Com efeito, nessa região, em comparação com o restante do Nordeste, há uma incidência semelhante de gravidez na pré-adolescência e na adolescência. Em

relação às crianças, do sexo feminino, entre 10-14 anos, os indicadores são em quase todos os casos percentualmente menor que 1. Os cinco piores são: Cabrobó (1,56); Canindé do São Francisco (0,89); Delmiro Gouveia (0,78); Macururé (0,70) e Santa Maria da Boa Vista (0,67). Note-se que há incidência em todas as cidades. Note-se ainda que Nossa Senhora da Glória não tem registros desse fato; e Poço Redondo, Belém do São Francisco, Floresta e Glória apresentam o segundo percentual mais baixo (0,01).

No entanto, em relação ao segmento de jovens do sexo feminino entre 15-17 anos, que tiveram registrado o nascimento de filhos no ano de 2000, os dados são bem outros. Não há nenhuma cidade com menos que 4% dessa população em situação de mãe-adolescente. No conjunto das 26 cidades por nós investigadas há 10 dentre elas com índices superiores a 10,27%. Os cinco maiores são: Canindé do São Francisco (21,67); Curaçá (18,09); Poço Redondo (17,85); Piranhas (13,71) e Juazeiro (12,76). Não são cidades que apresentam generalizadamente problemas graves referentes a indigência.

Se olharmos esses dados em relação à população que tem entre 10-14 anos, vemos que as maiores incidências não correspondem nem aquelas cidades que têm as maiores populações desse grupo; nem as que têm o menor contingente populacional desse segmento. Na verdade, a única coincidência entre a quantidade do grupo populacional e a incidência ou ausência de incidência é Nossa Senhora da Glória, que tem a menor população desse contingente – 217 crianças – e nenhum incidente registrado. Não podemos desses fatos estatísticos retirar nenhuma conclusão significativa. Fica apenas registrada a necessidade de aprofundarem-se as discussões sobre sexualidade infanto-juvenil e comportamentos sexuais da vida adulta. Discussões atinentes tanto aos sistemas públicos de ensino, quanto aos responsáveis pela saúde pública.

Em relação à questão étnica e racial entre a juventude camponesa dessa região temos nenhum dado significativo. Precisamos registrar duas questões para serem analisadas. Primeiramente, o relacionamento das juventudes rurais com as juventudes rurais indígenas no SMSF. Podemos registrar, ao menos, a presença de cinco etnias indígenas naquelas áreas: Pankararu[11], Pankararé, Tremembé, Truká e Tuxá. As relações entre camponeses e indígenas são deveras muito complexas, e isso precisaria

[11] Recomendamos a dissertação de José Maurício Andrion Arrutti para uma compreensão mais detalhada do caso dos Pankararu na região de Petrolândia.

ser analisado mais amiúde em relação às juventudes rurais. Porém, não detemos informações significativas para essa análise.

A questão racial[12], e os problemas referentes ao racismo, necessitam de outra discussão. Os dados nacionais indicam que as crianças e adolescentes pobres (pessoas que têm renda familiar inferior a ½ salário mínimo) são de um total de 45% no País, e entre os negros os pobres são 57,7%. Na região Nordeste, a concentração de crianças e adolescentes pobres varia entre 54,5-75,2, as mais altas taxas nacionais. Depois dos indígenas, é entre os negros que há a maior taxa de não alfabetização de adolescentes entre 12 e 17 anos (6,1% desse grupo). Novamente, o Nordeste tem as mais altas taxas de não alfabetização desse grupo, sendo que o estado de Alagoas é o campeão dessa modalidade (entre 13,4-15,9% desses adolescentes). Segundo a Unicef, comparativamente às crianças brancas, no Brasil, as crianças negras são duas vezes mais pobres, duas vezes têm uma menor freqüência escolar e três vezes não são alfabetizadas – nos grupos de 7-14 e de 12-17. Conforme Marcelo Paixão, o Índice de Desenvolvimento Humano da população negra do Nordeste é o pior do Brasil, e um dos piores do mundo (0,704; 107ª. colocação, equivalente à Argélia, país do norte da África).[13]

Uma última questão geral que afeta à vida da juventude rural do SMSF, e que não será objeto de um tratamento específico nesse estudo, é a dos efeitos do plantio da maconha para a vida camponesa.[14] Nesse caso, cito apenas a referência que faz o Ministério Público do Trabalho de Pernambuco, que estima a participação de 10 mil crianças e jovens no plantio da maconha no SMSF. Esse era uma estimativa apresentada no final da década de 1990. Não existem levantamentos empíricos que nos permitam, com algum rigor, inferir um determinado dado em relação a esse contingente. Em relação a isso, sim, sabemos que existe o recurso a mão-de-obra infanto-juvenil para esse cultivo. Até onde nossas entrevistas nos levaram, isso se dá a partir dos 12 anos de idade.

Conforme um jovem, da cidade de Floresta, que se indica como tendo sido plantador de maconha, o ingresso, para ele os amigos que o acompanhavam naquela atividade, lá mesmo, nos arredores de Floresta, não se deu por nenhum tipo de

[12] Esses dados são da UNICEF.
[13] Texto disponível em www.comciencia.br/reportagens/negros/12.shtml
[14] Recomendamos sobre esse assunto que se consulte aos estudos produzidos pela profa. Ana Maria Motta Ribeiro e pelo autor (2000; 2003). Indicamos ainda que a profa. Ribeiro está em fase de conclusão de sua tese de doutoramento que trata especificamente do tema da sociabilidade gerada nesse contexto.

constrangimento. Ao contrário, no período em que se dava o plantio, sabendo por meios diversos dessa atividade, ele e os amigos procuraram os responsáveis e solicitaram a possibilidade de participar na atividade. O motivo: a atividade do colheita da cebola pagava R$ 7,00/dia e a do plantio-colheita da maconha R$ 50,00 – essa era uma informação de 2001. Porém, como observamos no Seminário da OIT, em 2002, a respeito das piores formas de trabalho infantil, verificamos que há ingresso forçado nessa atividade e, até mesmo, como no caso de Petrolina, associação entre as áreas de plantio e a exploração sexual de crianças – que como toda exploração de crianças é ignominiosa.

Precisaríamos ainda falar sobre as sociabilidades engendradas por meio dessa atividade. Fiz isso num outro estudo, que pode ser acessado on-line, e que foi apresentado em Cartagena, na Colômbia, durante o Fórum Social Temático sobre Democracia, Violência, Drogas e Direitos Humanos (Cartagena, 2003 – Iulianelli: 2003a). Nele, fizemos menção a três modelos de sociabilidade: da violência tradicional; da violência moderna e *alternativa e superadora da violência*. Finco pé apenas sobre essa última, que já notávamos no estudo anterior (Iulianelli, 2000a). Trata-se das ações que as juventudes realizam para formular e assegurar os seus direitos. Nisso, parece-nos, há, também, uma grande contribuição de organizações tradicionais, como as igrejas e o sindicalismo rural. Porém, é necessária uma compreensão mais aprofundada da atividade laboral na cadeia produtiva dos psicotrópicos, porque, como observa Fraga, ela é geradora de mais-valia (Fraga: 2003, 117ss).

3.3.2. Direitos de cidadania e as juventudes rurais do SMSF – educação, saúde, trabalho.

Essa análise na perspectiva dos direitos de cidadania nos auxilia em coordenar os dados em função de ações que visem defender, promover e reparar violações de direitos. Isso tem duas orientações. Uma é aquela da contribuição nos processos organizativos das classes subalternas. Trata-se de identificar como parte dos processos de mobilização e luta social a apropriação de saberes sociais significativos, geradores de competências políticas. Numa outra direção, permite que se articulem ações sociais em vista da elaboração de políticas públicas que possam tornar efetivo tais direitos.

Assim, essa não é uma reflexão descompromissada. Ao contrário, ela brota de um compromisso efetivo com várias dessas e desses jovens do Submédio São Francisco.

Um comprometimento que tem mão dupla e muita afeição. Sem isso, essa reflexão seria uma coleta, talvez significativa, de informações sobre as condições de vida dessa população. Nosso interesse é, ao mesmo tempo, mais restrito e mais amplo que isso. É mais restrito, porque nós queremos chegar a identificar um pouco mais dessas identidades juvenis rurais com quem atuamos na região do Submédio São Francisco. Assim, não é uma coleta que permite ter uma visão regional das juventudes rurais. É, porém, paradoxalmente mais amplo, pois está compromissado em dar continuidade às reflexões por meio de ações coletivas e compartilhadas.

3.3.2.1. Educação e juventudes rurais

A questão educacional se apresenta sempre relacionada ao tema da juventude. Na verdade, quando se pensa nessa moratória psico-social de ruptura com o espaço familiar e inserção em outros espaços, até a realização da autosustentação e constituição de uma nova família, a escola é uma agência de socialização cada vez mais considerada indispensável. Assim, o direito à escolarização muitas vezes é confundido com o direito à educação. Os processos sócioeducativos ultrapassam os muros e as paredes das escolas. Elas, entretanto são muito relevantes para a construção daquelas competências sociais que são identificadas como necessárias para a reprodução social e a transformação da sociedade – em vista da melhoria da qualidade de vida.

Assim, como chamávamos a atenção em outra ocasião (Fraga e Iulianelli: 1998,14), a preocupação com educação não deve deixar de lado a discussão e o cuidado dos patrimônios culturais – tangíveis e intangíveis – das comunidades. “A cultura popular, a música, as danças, as festas, o modo de organizar as famílias, o modo de vestir, o modo de falar,tudo isso é educação” (p.14). Deixar de considerar as relações sociais e culturais como processos educativos pode ser um grande equívoco. Infelizmente, não temos aqui condições de fazer uma análise da satisfação dos direitos culturais das juventudes rurais sertanejas do SMSF. Porém, fica indicada a necessidade de retomarmos esse assunto em outro espaço.

Embora não enfatizemos aqui a questão da relação da infância rural com a escola, vale notar, uma vez mais, que o problema relativo às vagas escolares permanece. Como notamos em 1998, há um grave problema relativo ao acesso das crianças ao sistema público de educação básica, em especial nas zonas rurais. Nem vamos abordar a questão referente ao ensino multiseriado ou outras questões como a contextualização do

currículo. Por isso mesmo não estamos fornecendo dados substantivos relativos ao tema.

Em relação às questões relativas ao direito à escolarização estaremos observando exclusivamente os indicadores referentes aquele grupo de 26 cidades, e à faixa etária entre 15-24 anos. Esses dados se referem ao conjunto de jovens dessas cidades, não exclusivamente aqueles rurais. Segundo o Unicef, quem está na área rural, em média, é 4 vezes mais não alfabetizado que quem vive nas cidades. A média percentual geral de jovens entre 15-17 anos não alfabetizados é de 11, 29. A mais alta de todas é a taxa de Olho D'Água do Casado, 23,29. A menor de todas é de Jatobá, 5,09. Assim como, o acesso ao ensino médio – o antigo 2º. grau – é bastante restrito para essa faixa etária. A média geral é de 15,08. A pior situação é da cidade de Olho D'Água do Casado, 2,16. A melhor situação é de Petrolina, 27,56.

A quantidade de jovens, entre 15-17 anos, que têm menos que quatro anos de estudo é elevada: 34,05. A cidade que menos tem essa situação é Petrolina, 18,57. E aquela que apresenta a pior situação é Olho D'Água do Casado, 64,59. Porém, o percentual de jovens entre 15-17 anos com menos que oito anos de estudo é ainda mais elevado. A média geral é de 83, 67. A cidade que apresenta a maior incidência desse fato é Chorrochó, 93,82. E a de menor é Petrolina, 70,34. O que se pode perceber é que está sendo subtraído a essas e esses jovens o acesso à possibilidade de construção de oportunidades.

Embora as taxas de não alfabetização sejam menos acentuadas, o acesso ao processo que conduz ao ensino médio é muito dificultado a esses jovens, como percebemos pelas elevadas taxas médias referentes ao tempo de estudo, e a diminuta taxa média referente ao estudo no ensino médio. Como veremos em seguida, o quadro é um pouco pior para os jovens entre 18-24 anos. Os não alfabetizados correspondem à média geral de 17,20. A cidade de maior índice é a de Olho D'Água do Casado e a de menor Petrolina, confirmando ser uma trajetória dessas cidades nesse caso. Ao se considerar, nesse grupo, a quantidade daquelas e daqueles que têm 12 anos de escolarização, os índices são muito baixos. O mais elevado é 3,45; Petrolina e o menor é 0,01, Olho D'Água do Casado.

Considerações sobre a freqüência ao ensino superior, dos jovens que têm entre 18-24 anos, são interessantes. Na região, existem dois *campi* da Uneb (Juazeiro e Paulo Afonso). Há várias instituições privadas de ensino superior, como, por exemplo, na

cidade de Belém do São Francisco -PE. As ofertas locais não são muitas. Neste ano de 2004, portanto não contemplado nessas observações, foi criada a Universidade do Vale do São Francisco. As Universidades Federais ficam localizadas exclusivamente nas capitais. Isso tudo ajuda a entender a média geral; 1,55. Novamente, Olho D'Água do Casado tem o pior percentual, nulo. Porém, o melhor índice está em Belém do São Francisco, 4,51; seguida por Petrolina e Juazeiro, respectivamente 3,89 e 3,22. Paulo Afonso, na qual se encontra um campus da Uneb, tem o percentual de 2,97 – menos da metade que Belém do São Francisco.

Em relação à situação da escolarização e seus efeitos sobre a juventude rural temos um quadro bastante aflitivo. Primeiramente, as baixas taxas de permanência no estudo, nos dois segmentos, permitem que nos preocupemos com duas questões: o acesso ao sistema público de ensino e a valorização da escolarização para a vida de jovens rurais. Efetivamente, este último ponto tem sido objeto de discussão em diversos espaços no SMSF. Até mesmo, KOINONIA e o PÓLO SINDICAL realizaram um Seminário sobre Educação no Campo e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), em 2003. São, também, alarmantes os altos índices de jovens não alfabetizados. A questão da educação de jovens e adultos para o mundo rural, nessa região, precisa ser urgentemente enfatizada pelas autoridades públicas competentes.

3.3.2.2. Saúde: acesso ao sistema e condições de superação de doenças – desafios para juventudes rurais.

A questão da saúde não é menos preocupante. Acima indicamos os dados relativos à mortalidade infantil até cinco anos de idade. Em relação ao primeiro ano de idade, a taxa média é de 48,11. Os maiores e menores percentuais são, respectivamente, os de Carnaubeira da Penha (78,79) e os de Paulo Afonso e Glória (29,99). A expectativa de vida ao nascer, também, não é muito elevada, chega a 60 anos – nacionalmente a idade é de 68 e para o Nordeste 65. O IDH-Longevidade municipal é médio, fica entre 0,5 e 0,8. O menor é de Poço Redondo: 0,566. O maior é de Floresta: 0,758.

Em relação à ausência de médicos que residam nas cidades, a maioria (17) das 26 cidades não conta com esses profissionais entre os seus habitantes. Em nenhuma o percentual por habitantes é superior a 0,85 – Piranhas. Em Paulo Afonso essa taxa é de 0,44. Piranhas tem um posto de saúde público, e Paulo Afonso tem um hospital.

Naquela é poça, Piranhas era uma cidade de 26 mil habitantes, e Paulo Afonso de 96,5 mil. A menor taxa de médicos residentes dentre aquelas cidades que têm alguma é de 0,23; Juazeiro, que tinha, em 2000, uma população de 174.567. Há uma ligeira alteração quando se trata de enfermeiros com curso superior residindo nas cidades. As taxas indicam que esse é um contingente presente. As menores presenças estão em Nossa Sra. da Glória, Delmiro Gouveia, Santa Maria da Boa Vista e Canindé do S. Francisco (0,01; 0,03; 0,04; 0,05 respectivamente). Outras quatro cidades apresentam taxas menores que 1,0. As três cidades com maior presença desses profissionais são Belém do São Francisco, Petrolândia e Juazeiro (39,48; 32,06 e 31,62 respectivamente).

O que esses dados nos dizem sobre o acesso à saúde das juventudes rurais? Apenas indicam que esse público, como os demais cidadãos, tem um acesso precário ao sistema. Uma decorrência disso vimos acima, com as observações sobre a gravidez na adolescência. Há duas outras questões relevantes e pouco abordadas. A primeira é a questão das doenças decorrentes dos usos indevidos e impróprios dos venenos agrícolas, os agrotóxicos. Eles trazem uma série de problemas de saúde para os usuários, de problemas dermatológicos até síndromes depressivas – capazes de provocar surtos suicidas, como no sul do Brasil, devido os ingredientes benzodiazepínicos de alguns desses produtos. Segundo foi indicado no Seminário sobre Direitos dos Trabalhadores Rurais do SMSF, promovido por KOINONIA, o Ministério Público do Trabalho-5ª.região e o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF, não há naquela região um sistema apropriado para exames sangüíneos identificadores de elementos dos agrotóxicos.

Uma outra questão é a da incidência das doenças sexualmente transmissíveis, em especial a disseminação do vírus HIV, que provoca a AIDS. Há pelo menos dois casos notificados no município de Glória. Há algumas centenas no município de Paulo Afonso conforme informações de companheiros ligados ao Serta na região. Não temos informações mais concretas sobre as situações recentes em relação a esse processo. Vamos lançar mãos de algumas poucas informações. Conforme a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, em relatório enviado para a OPAS, no ano de 2001, não há notificações no norte do Estado. Em todo o estado a taxa epidemiológica para a AIDS é de 4,61/1000 habitantes.

Conforme o Boletim Epidemiológico AIDS, de jan/dez 2003, todo o estado teve um máximo de 120 notificações no período 1980-2003. Esse número vem decrescendo a partir de então, e em 2002 se aproximava de 70 no total. Isso para um total máximo de

3000 notificações em todo o Nordeste no mesmo período considerado. Em sendo assim, a postura de construção de padrões de comportamentos sexuais que permitam cuidar da saúde de crianças, adolescentes e jovens, evitando o crescimento da gravidez na adolescência, e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS, é desejável.

Em relação ao estado de Pernambuco, a mesoregião do São Francisco – o submédio São Francisco – tem apresentado uma manutenção nas taxas epidemiológicas relativas à AIDS, conforme a Secretaria de Saúde daquele Estado. Nessa região, que conta com 13 municípios, houve um total de 13 notificações entre os anos de 1987-1998. No total dos casos do estado, entre 1983 até o ano de 2000, 3398 homens e 973 mulheres notificaram casos de contaminação pelo HIV. Houve no mesmo período 2179 óbitos causada pelas doenças oportunistas decorrentes da infecção.

No caso Pernambucano, há um predomínio de infecção masculina, na faixa etária compreendida entre 20-44 anos (esse é o grupo de maior incidência de casos notificados). Entre as mulheres a faixa etária na qual se apresenta a maioria das notificações é a mesma. Chamamos a atenção para uma intensa incidência, para o grupo masculino na faixa de idade entre 45-54, e para o grupo feminino para a faixa entre 45-49. O fato de uma menor incidência entre crianças e adolescentes inspira ações educativas que façam permanecer ou reduzir a zero o número de casos nessas faixas etárias.

Em relação às formas de transmissão, o perfil tem se alterado. Entre 1983-1986, a transmissão principal era pela via sexual entre grupos homossexuais e bissexuais, ocorrendo alguns casos pela via da transfusão sangüínea. Entre 1987-1990, a transmissão entre homossexuais e bissexuais ainda era expressiva, ocupava 78,2% dos casos. Porém, as vias de transmissão já se diversificavam muito: relações entre heterossexuais, drogas, hemofilia, transfusão e perinatal. Entre 1991-1994, conquanto permaneçam sendo o maior grupo, a transmissão por meio de relações homossexuais e bissexuais se reduz bastante, 65,2%. Os outros grupos crescem em participação, especialmente os heterossexuais. Nesse período se nota a transmissão via a drogadicção endovenosa. No período entre 1995-1999, a participação dos heterossexuais na transmissão da epidemia aumenta substancialmente, passando para 43,6% dos casos. Preocupa, também, a transmissão via perinatal que chegou no último período citado a 4% dos casos.

3.3.2.3. Trabalhos rurais e juventudes rurais

Assim como o tema da educação rural, como vimos da relação das teses da Capes, um outro tema que recebe algum interesse da academia é o da atividade laboral da juventude rural. Especialmente, naquele caso relativamente ao trabalho infanto-juvenil. Observamos alguns dados referentes ao conjunto daquelas 26 cidades da região do Submédio São Francisco, a partir das referências do PNUD. Outras são as informações a partir do Censo Agropecuário, do IBGE.[15] Nelas há apenas referência direta sobre a população até 14 anos em atividade. Porém, podemos, a partir daí e de outras informações referentes às populações rurais das cidades em questão falar das juventudes rurais no trabalho agropecuário.

Entretanto, queremos fazer uma pequena digressão a respeito do tema da *pluriatividade*. Esse conceito, ao que entendemos, proposto por Carneiro (2004), indica que nos espaços rurais, atualmente, há uma série de outras atividades que podem ser compartilhadas com a atividade rural. Até mesmo, em vários casos, sendo a principal fonte de ingresso de renda para os agricultores e seus filhos, em lugar de complementar a renda familiar provinda da atividade agrícola. Uma observação feita por Taciana Gouveia, nota a questão de gênero envolvida nessa pluriatividade. Segundo ela:

> Analisando os dados para além da subrepresentação que parece ocorrer com o trabalho feminino na produção agrícola, tem-se que as mulheres, especialmente na condição de mães, estão majoritariamente presentes nas atividades agrícolas/piscícolas, domésticas, magisterial e estudantil. Isso as torna multifuncionais para a agricultura familiar (...). (...) Ainda que os dados apresentados não façam referência direta à pluriatividade na agricultura familiar, pode-se fazer inferência sobre quem são as pessoas que, com mais freqüência, atuam para além do especificamente rural. (...) São as mulheres – independente da faixa etária – e, em certa medida, os jovens que fazem esse movimento, levando consigo a subvalorização da sua contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar. (Gouveia: 2003, 46).

As afirmações de Gouveia indicam a condição juvenil – e das mulheres – na agricultura familiar, na pequena produção camponesa. Como observou o estudo de Abramovay que citamos acima, a presença dos jovens rurais não é notada, nem assumida, pelos pais como uma contribuição significativa no processo produtivo. Porém, essa mesma contribuição lhes é cobrada como elemento necessário ao processo

[15] Essas observações são referentes aos dados sobre pessoas ocupadas na atividade agrícola, em 31/12/1995, disponível na Internet em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/27

de autoexploração que a família camponesa precisa exercer, dadas as duras condições da reprodução social da vida. Menos que contribuir para ampliar o excedente, a contribuição da mão-de-obra familiar é condição sem a qual as condições de sobrevivência se encontram comprometidas.

Isso, também, implica na busca de outras atividades além daquelas exclusivamente agrícolas. A renda familiar passa a receber desses insumos, na maioria dos casos trazido pelos mais jovens, como um agregado indispensável à família. Não é um complemento, mas é a parte do leão. Isso tudo deve ser levado em consideração, quando observamos que o número de jovens que vivem nas áreas rurais e que estão diretamente envolvidos com as atividades agrícolas não coincidirem. Com efeito, se não temos as cifras exatas, podemos ao menos dizer que, recentemente, num encontro com 63 jovens rurais do Submédio São Francisco, dentre eles a presença dos jovens agricultores era de 33.[16]

Em relação ao ano de 1995[17], em dezembro, havia em Pernambuco, naquelas 10 cidades que estamos acompanhando, um total de 83.461 trabalhadores rurais. Dentre estes, 11.057 homens com idade inferior a 14 anos. Dos 46 mil homens maiores que 14 anos, ao redor de 30 mil têm entre 15-24. No estado da Bahia, a situação relativa aos rapazes era a seguinte no momento analisado: nas oito cidades analisadas, havia um total da população ocupada na agricultura de 59.727, dentre os quais 4.090 meninos de até 14 anos. Dos 33,7 mil homens ocupados na agricultura, em torno de 10 mil são jovens entre os 15-24 anos. Em Sergipe, nas três cidades que apreciamos, o total de lavradores ocupados era de 20.640, desses 1637 eram meninos de até 14 anos. Eram 12,3 mil homens maiores que 14 anos, ao redor de 4 mil tinham entre 15-24 anos. Finalmente, em Alagoas, nas três cidades observadas, o total era de 7997, dentre esses 809 meninos até 14 anos. Em Alagoas, o total de homens maiores que 14 anos era de 3,8, dentre os quais em torno de mil tinham entre 15-24 anos. No caso de Sergipe, eram ao redor de 4 mil homens entre 15-24, para um total de homens maiores que 14 anos de 12,2 mil.

[16] Este número se refere ao 1º. Encontro de Jovens Agricultores do Submédio São Francisco, promovido por Koinonia e pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, 31 de maio de 2004, Paulo Afonso.

[17] As cidades analisadas aqui são: PE – Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Petrolândia, Tacaratu, Cabrobó, Orocó, Petrolina e Sta. Ma. Boa Vista. BA – Curaçá, Juazeiro, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas. AL – Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas. SE – Poço Redondo, Canindé do São Francisco e N. S. da Glória.

É uma presença significativa, especialmente no segmento de 19-24 anos. Entre os 15-18 eles estão, também, em grande parte, estudando, e no caso do ensino médio, saem da própria cidade ou da área rural *compulsoriamente*, dada a inexistência da oferta desse ensino nas zonas rurais. Em alguns casos, há a oferta de transporte público das prefeituras para esse deslocamento. Aos 18 anos, um contingente desses jovens prestam serviço militar, devido o alistamento compulsório.Restam poucas alternativas não compulsória para esses jovens. A possibilidade de alistarem-se como eleitores a partir dos 16 é, talvez, uma dessas poucas alternativas.

Vejamos o caso das mulheres jovens trabalhadoras rurais. O contingente total de mulheres, nos quatro estados e nas cidades consideradas é de 60.947 trabalhadoras rurais. A cidade que tem o maior contingente é Juazeiro, 6.673, e a que tem o menor é Delmiro Gouveia, 351. O contingente de meninas até 14 anos, ocupadas na agricultura é de 9.524. Portanto, havia 51,4 mil trabalhadoras maiores que 14 anos, e ao redor de 10 mil jovens trabalhadoras entre 15-24 anos. A ocupação da mão-de-obra feminina nas atividades agrícolas principais, na agricultura familiar, em especial, sempre foi menor que a masculina.

A agricultura familiar, como espaço da construção da cidadania, se é restrito para o conjunto dos trabalhadores rurais, o é para os jovens, e mais ainda para as mulheres (Gouveia: 2003, 44). Cristina Buarque especula que a agricultura familiar é uma instituição feminina, que brota nos vazios dos latifúndios. Não se trata de desconsiderar a questão, porém, precisamos ir além e verificar que a agricultura familiar, a atividade camponesa na unidade familiar de produção, é um dos espaços de construção de estratégias de sobrevivência.

Em se considerando o SMSF, temos que considerar o fato de existir essa ocupação de jovens rurais, rapazes e moças. Notamos, também, que a ocupação da mão-de-obra feminina é menor. Sem o apoio de pesquisas, indicamos que um dos motivos pode ser a questão sucessória e patrimonial. Apenas muito recentemente as mulheres passaram a poder ser as titulares da propriedade fundiária e ter acesso ao crédito rural. Isso ainda precisa ser verificado quanto aos impactos na sociabilidade camponesa. Além disso, em relação à juventude rural, é ainda mais recente o acesso ao

crédito e, até mesmo, a viabilização de construção de um patrimônio a partir de uma associação de jovens produtores – por meio do polêmico projeto *Primeira Terra*.[18]

3.4. Representação social dos jovens sertanejos camponeses nordestinos a partir do 1o. Encontro de Jovens Agricultores, 2004, Paulo Afonso.

Partilharemos aqui aqueles elementos que as jovens e os jovens agricultores destacaram das condições de vida que enfrentam. São informações obtidas no 1º. Encontro de Jovens Agricultores do Submédio São Francisco, que foi co-promovido por KOINONIA e pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF, em maio de 2004. Eram 23 rapazes e 5 moças, que se declararam como agricultores, entre 63 jovens rurais, de dezessete cidades do SMSF[19]. Desses jovens agricultores, 24 tinham entre 16-25 anos. Havia dois rapazes agricultores com 15 anos de idade – o que contraria as normas do *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*.[20] Dezoito deles estudam, três pararam de estudar e onze concluíram o segundo grau, dentre os jovens agricultores. Seis deles são filiados a STR´s, seis a associações, seis a cooperativas e sete a grupos eclesiais. Em relação às condições de vida e trabalho disseram o seguinte:

[18] A polêmica é devida ao fato da origem dos fundos desse crédito serem provindos do Sistema Banco Mundial. Esse crédito, ao que indicam os setores que antagonizam o projeto, teria um formato semelhante ao Cédula da Terra que gerou uma solicitação, por parte da Sociedade Civil, de Instalação de um Painel de Inspeção do Banco Mundial.

[19] Todas dentre aquelas já citadas no grupo das 26 do PNUD.

[20] Permanece uma questão complexa a participação da mão-de-obra infanto-juvenil nas unidades de produção familiar. É sabido que o processo de socialização no mundo rural implica na participação da família nas atividades agrícolas. Outrossim, é sabida a exploração de empresas agrícolas da mão-de-obra infanto-juvenil em atividades específicas, como no corte dos cachos de uva. A questão da exploração, superexploração e auto-exploração do trabalho no modo do Capitalismo agrário precisa ser discutido mais amiúde. Isso não tem condições de ser feito aqui.

Quadro 5 – Juventude rural do SMSF

CONDIÇÕES DA JUVENTUDE TRABALHADORA RURAL DO SMSF			
O que produz? Como produz? Pára quem trabalha?	Quanta ganha e o que faz com o que recebe?	Se tem notícia de uso de drogas por trabalhadores rurais? Quais? E plantio? O que isso causa?	Quais sonhos tem como trabalhador rural, para você, para o mundo rural, para o Brasil e para a Terra?
- Produz na área irrigada: amendoim, feijão, milho, arroz, fruticultura (manga, goiaba, coco, banana, melancia, pinha, uva, maracujá, melão) legumes (cebola, tomate, abóbora), sementes; - Produz na área seca: feijão, mandioca, milho, verduras; usam muito sistema de cisternas e poços artesianos; Na área seca: criam caprinos e ovinos e, tem pequenas experiências de produção de avestruz. Como produz: de forma irrigada e usam agrotóxicos e muitas vezes sem proteção; uma pequena parte planam orgânicos; Trabalha para: maioria autônomo e agricultura familiar; alguns são diaristas; produzem com o modelo adotado pela agroindústria, para ter mercado; investe pouco na agricultura de subsistência.	- Ganham por produção, portanto, a renda varia muito; Alguns tem renda mensal de R$ 300,00 Ex: como o preço da unidade varia de 0,10 a 0,15: dependendo da produção a renda aumenta; - Quem trabalha por diária ganha de R$ 8,00 a 15,00 por dia; Média renda familiar: R$ 500,00 mês; Renda individual: R$ 150,00 a 400,00 mês; Usa dinheiro para: compor renda familiar, vestuário, diversão;	Sim. Há notícia de drogas em todos os lugares Drogas são: lícitas: cigarros e álcool, em grande quantidade; Ilícitas: maconha, cocaína e em alguns casos, lança perfume, cinza de cigarros e raspa de unha. Prejuízos: desmoralização dos vizinhos pela polícia, violência para quem trabalha, perca de terras e bens, suicídios, homicídios, medo, prostituição, criminalização de jovens rurais, gravidez precoce, dependência química, má reputação da região, desinteresse pela agricultura (por não gera renda como a maconha), desagregação familiar, desinteresse e problemas no trabalho.	- O grande sonho é plantar, viver no campo. Para isto, quer ter terra, crédito, água, crédito, condições de produção e, até, produzir organicamente; - Ser grandes produtores Ser empresário (1 pessoa); ser músico (1 pessoa) Acabar com as discriminações existentes entre os jovens rurais e urbano; Conscientização do próprio agricultor de buscar uma forma de desenvolver a terra o que ele mesmo tirou (recuperar a terra e produzir orgânicos).

Estas reflexões permitem formular algumas opiniões sobre essas juventudes rurais do SMSF. Em primeiro lugar, no que se refere à territorialidade, podemos falar de um *continuum* histórico e cultural, marcados pela longa tradição (Canudos, Cangaço) e pela tradição mais recente (as lutas dos barrageiros, Sobradinho e Itaparica). A presença das usinas hidrelétricas de Itaparica e Xingó, de empresas agroindustriais da fruticultura e pequenos agricultores irrigantes, bem como uma agropecuária daquele semi-árido, são o entorno sócio-econômico. Esse é o contexto comum no qual estão essas moças e rapazes.

Além disso, tem que se considerar a realidade educacional da região. Como foi visto, ela tem uma dificuldade em receber esse contingente infanto-juvenil. Ao passo que as moças e rapazes vêem na rede de ensino público, e na educação, uma oportunidade para a formação em competências significativas para a vida no mundo rural. Essa juventude afirma em encontros que quer permanecer na atividade rural e na região – o mesmo, como se pode verificar dos relatos, não se dá nas atuais entrevistas.

Efetivamente, o que Abramovay nota em relação ao Oeste Catarinense, sobre o envelhecimento e masculinização das áreas rurais, parece ser o caso do SMSF. Efetivamente, é necessário discutir o processo de empoderamento de gênero para poder apreciar de melhor modo a questão. Não faremos isso nesse espaço. Indicamos a necessidade desse estudo. Isso precisa ser, futuramente, objeto de investigações. Porém, cabe ressaltar que para os jovens rurais de hoje a permanência no campo é uma opção razoável, ainda que possa ser fruto de constrangimentos sócio-econômicos.

Finalmente, dois últimos pontos. O primeiro, referente à pluriatividade. Não temos condições de afirmar que ela se apresente, no SMSF, quer como complementar, quer como fonte principal de renda. O que, sim, podemos afirmar é que ela existe. É uma forma de ação econômica de rapazes e moças, e compõe a renda familiar. Ao que parece, a renda familiar de rapazes e moças é dependente da renda dos pais. É uma renda transferida de pais para filhos. Como observava Abramovay, em relação ao Oeste Catarinense, é uma gerontocracia da figura paterna. Isso implica em outras discussões, como aquelas referentes ao processo sucessório, às relações de poder no conjunto familiar da unidade de produção, etc.

O ponto final, dessas considerações, diz respeito ao papel mobilizador, que, naquela região, tem cumprido o movimento sindical rural, na figura do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O processo de reprodução social do campesinato está se mostrando gerador de alternativas. Alternativas em relação ao modelo produtivo hegemônico, com a discussão sobre produção orgânica e desenvolvimento rural sustentável, e alternativa ao modelo de ocupação do campo, fundamentado nas grandes propriedades e na monocultura. O que esse sindicalismo rural do Pólo Sindical coloca em questão é a possibilidade de Reformas Agrárias, a partir dos interesses das famílias das camponesas e camponeses. Isso tudo articulado à discussão sobre a convivência com o semi-árido. Enfim, é com muito orgulho e cheio de esperança que nos sentimos parte desse processo histórico de lutas camponesas no Submédio São Francisco.

4. Juventude camponesa sertaneja do SMSF e o plantio da maconha

Nossa análise oferece uma leitura das práticas sociais e das representações sociais dos jovens camponeses sertanejos nordestinos, da região do SMSF e sobre eles. Procuramos, em especial, identificar as leituras que são feitas dos jovens que não estão diretamente envolvidos com o cultivo da cannabis sativa na região sobre aqueles que estão, bem como o contrário. Além disso, procuramos identificar algumas leituras que são feitas por atores estratégicos, como juízes, professores e sindicalistas. Compreendemos que a construção de políticas públicas que visem criar ações de prevenção e alternativas para a juventude rural naquela região precisa de um acurado reconhecimento da situação atual.

Para tanto, procuramos observar nos diferentes discursos desses atores a configuração que permeia as redes de solidariedade que se constroem para tornar possível a atividade do plantio da maconha naquela região. Como foi identificada em seções anteriores, a precedência histórica da atividade do plantio de cannabis sativa associada a sua ampliação em escala comercial terminaram por se tornar uma significativa alternativa econômica. Por outro lado, como a presença deste cultivo historicamente nunca teve uma presença muito perceptível naquela região, sempre limitada a determinados setores populacionais e de uso comum e regular sem vínculo direto a atividades criminosas, parece-nos que sua eliminação é impossível e sua erradicação será sempre parcial.

Por outro lado, como a seguinte análise corrobora, a intensificação de ações policiais repressivas ao invés de coibir a produção agrícola da cannabis sativa, acentua as ações violentas regionais. O produto direto é uma ampliação de homicídios de jovens na região. Sem dúvida, há que se compreender o processo de construção social do trabalho perigoso e identificar suas linhas limites com o trabalho decente. Como se sabe, estes são dois conceitos em construção a partir da OIT que tem por significado, o primeiro, aquelas atividades que representam risco à integridade física ou moral dos trabalhadores. Por outro lado, trabalho decente é todo aquele que permite a sobrevivência digna dos trabalhadores.

O objetivo da análise é identificar como se dá o ingresso do jovem no cultivo da cannabis sativa, quais as formas de associação de trabalho possíveis ocorrem, como se

reproduz esta atividade laboral e quais riscos implicam o envolvimento juvenil nesta atividade. Para que se construa tal análise o elemento comparativo será de fundamental importância. O ator social que possui elementos comparativos mais importantes é aquele jovem sertanejo nordestino que labuta em condições consideradas não-perigosas, e que no limite poderiam ter a atribuição de trabalho decente.

A análise será conduzida da seguinte maneira. Para cada um dos pontos apresentaremos descrições e interpretações das práticas e representações sociais. Procederemos ainda uma discussão sobre o fenômeno da violência gerada em meio à atividade investigada. Finalmente, concluiremos com algumas condensações interpretativas sobre o fenômeno. Esperamos com isto oferecer um mapa das situações geradoras e dos processos sociais decorrentes ao envolvimento de crianças e jovens com o plantio da maconha no Submédio São Francisco. Nossa convicção é que sem um conhecimento detalhado das situações políticas públicas preventivas ou reparativas serão inócuas ou inúteis.

4.1. Condições de vida e trabalho do jovem camponês sertanejo do SMSF

4.1.1. Práticas sociais dos jovens camponeses sertanejos nordestinos do SMSF

4.1.1.1.Ingresso

Na vida camponesa a atividade laboral geradora de ingressos, ou seja, o trabalho no modo de produção capitalista, é atividade masculina. A célebre divisão sexual do trabalho entre o homem provedor e a mulher reprodutora pareceria se perpetuar no modo camponês de produção. Porém, as atuais condições de vida e trabalho mostram que cada vez menos aquela divisão sexual, que garantia ao homem o espaço público do trabalho e à mulher os cuidados domésticos da reprodução da existência encontram-se cindidos. Isto se confirma na constatação da vida camponesa na região do SMSF. Neste ponto precisamos identificar o processo de socialização registrado pelos jovens camponeses e suas distinções – ou indistinções – no que tange ao aspecto de gênero.

Como nos diz Dubar, a socialização é o meio por qual o indivíduo estabelece sua identidade pessoal e de grupo. Ou seja, há uma divisão interna à identidade que é o que sou para mim e para o outro. Por isto a identidade é construída permanentemente, ela não é dada. No diz ainda:

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. (Dubar: 2005,136)

A socialização como processo potencializador da formação da identidade precisa ser compreendida nesta tensão entre o indivíduo e o grupo, a comunidade, a classe social. Trata-se de uma tensão ou contradição interna do próprio mundo social. Não é, portanto, necessariamente ou essencialmente um resultado do funcionamento psíquico ou do inconsciente dos indivíduos.

Podemos verificar que o jovem camponês sertanejo nordestino do SMSF identifica o ingresso no mundo do trabalho como atividade que o faz parte da família camponesa, ou seja, é elemento lúdico, é elemento de participação na vida familiar:

> Entrevistador: Conta aí de novo então. Dos 7 aos 10 anos você diz: eu gostei. Como é que era? Gostava mesmo porque?
> Entrevistado: Eu gostava porque não entendia muito bem das coisas. Aí eu achava que era diversão ir para a roça todo dia assim. No início ficava tudo brincando mesmo.
> (Jovem, 21 anos, Orocó)

Entrevistadora: Você trabalha desde quanto tempo?

> Entrevistado: Eu comecei a trabalhar com 12 anos.
> Entrevistadora: 12 anos. Mas você ia antes para a roça?
> Entrevistado: Ia.
> Entrevistadora: Para acompanhar seus pais?
> Entrevistadora: Com 6 anos mesmo? Já ia para a roça? O que é que você fazia nessa idade quando ia para a roça?
> Entrevistado: Ah, a [incompreensível] a gente trabalhava.
> (Jovem, 20 anos, Orocó)

> *Entrevistadora: Mas vamos começar do começo. Você começou a trabalhar com... Quando você era uma criança você ia para a roça com os seus pais?*
> *Entrevistadas: Ia.*
> *Entrevistadora: Desde quantos anos?*

Entrevistada: 7 anos.

Entrevistadora: Com 7 anos você já ia para a roça? E lá você fazia o que?

Entrevistadas: Eu apanhava feijão... limpava a enxada. Se fosse preciso, eu já limpava. E apanhava melancia [incompreensível].

Entrevistadora: Mas era mais trabalho ou era mais diversão, brincadeira de criança?

Entrevistada: Eu não sei. Acho que para a gente era os dois. Sabe, porque diversão nossa, demais. O trabalho que deveria ser valorizado é trabalho do agricultor. Porque às vezes, na maneira que a gente vai trabalhando, mesmo por brincadeira, mais a gente vai crescendo naquilo. A gente vai aprendendo. Então, a gente, tudo nessa vida a gente tem que por em prática. Eu creio que não adianta é, como se diz, até eu estudar uma determinada disciplina e não praticar. Eu vejo essa questão. Pelo menos na forma do trabalho na roça. Se nós não colocamos em prática, nós não vamos aprender nunca a trabalhar, né.

(Jovem, 17 anos, Rodelas)

Entrevistador: – vocês trabalharam alguma vez com seus pais?

Entrevistada1: – Sim.

Entrevistador: – Fazendo o que?

Entrevistada2: – Plantando feijão, mandioca, cuidando dos animais... Só não cortamos cana.

Entrevistador: – A partir de qual idade?

Entrevistada1: - Nascemos fazendo isso.

Entrevistada2: – Quando eu nasci minha mão me levava para a roça pequenininha, eu ajeitava o fogo para fazer comida, mas de roça mesmo eu acho que comecei com uns dez anos.

Entrevistador: – E você ?

Entrevistada1: - Com uns Nove anos.

Entrevistada2: – Aqui a gente começa bem cedo, eu acho que é por curiosidade.

Como se pode notar pelos relatos a socialização na família camponesa tem o trabalho agrícola como uma de suas dimensões. Isto é uma observação recorrente dos sociólogos rurais. Apenas notamos que esta atividade é autocompreendida de forma lúdica. Ou seja, op início do envolvimento infantil com a vida de trabalho dos pais camponeses sertanejos nordestino identifica nesta atividade infantil uma *brincadeira*. Poderíamos nos deter numa reflexão sobre o papel social desta brincadeira. Porém, nosso foco é notar como se dá o ingresso na atividade laboral..

Nossos relatos revelam algumas questões importantes sobre o trabalho de crianças na cultura sertaneja camponesa nordestina do SMSF. Primeiro, a partir dos 6 ou 7 anos as crianças acompanham os pais para a roça, para a atividade de plantio/colheita. Ao que se pode perceber dos relatos este acompanhamento não interfere propriamente na atividade produtiva. Então, porque acompanhar? Primeiramente, porque na atividade produtiva na família camponesa toda a família está envolvida. Ou seja, a mulher está com o companheiro na atividade laboral. As crianças

seguem os pais porque não tem com quem ficar. Além disso, elas seguem os pais para poder *reproduzir socialmente* o modo de produção camponês.

Em segundo lugar, nota-se que este momento da infância é comum para ambos os sexos. Não há uma divisão sexual da infância em relação ao momento no campo. Meninas e meninos vão com os pais para a roça a partir dos 6/7 anos. A representação que se faz daquele momento mistura a noção de trabalho e diversão. Trata-se de um momento no qual havia trabalho (limpar, colher, etc), mas o ritmo marcado é o da brincadeira. Não era o ritmo do esforço, da repetição, da obrigação, características estas, como veremos que fazem parte do momento de ruptura etária. Naquela ocasião de ruptura termina a brincadeira e começa o **trabalho**.

4.1.1.2. Ruptura etária

De certa forma, poderíamos afirmar que o processo de formação é um elemento constituinte da socialização camponesa sertaneja nordestina do SMSF. Este momento parece incluir uma etapa de *sensibilização* para o trabalho. Porém, mesmo naquela etapa que o trabalho/brincadeira ocorre, há uma identificação da *dureza* deste trabalho:

> Entrevistador: Mas também você disse que tinha, que ia estudar e que era difícil estudar fazendo isso...
> Entrevistado: Era.
> Entrevistador: Mesmo sendo uma diversão?
> Entrevistado: Era porque a gente ia para a roça e tinha que vim na hora certa para ir para a escola. Estudava de manhã, ia de manhã. Aí levantava cedinho, ia para a escola, aí quando vinha, ia para a roça.
> Entrevistador: Aí você disse que depois dos 11 até hoje, que você está com 21, aí é um tormento o negócio de ir para a roça.
> Entrevistado: É.
> Entrevistador: E é o tormento porque?
> Entrevistado: Porque esse negócio na roça é ruim mesmo. A gente trabalha de sol a sol todo dia, todo dia, todo dia.
> (Jovem, 21 anos, Orocó)

O que se nota é a identificação da vida difícil. O processo de trabalho já é percebido, mesmo nas condições lúdicas, como uma tarefa dura. No mínimo esta identificação da dureza é reforçada pelas dificuldades do trajeto cotidiano para a escola. Por outro lado, fica o registro de uma valorização do processo de escolarização. A vida camponesa não se dá em descompasso ou com o descuro da escolarização. A escolarização, ao que parece, é parte integrante da composição do ethos camponês sertanejo nordestino que se perfila nos relatos de nossos informantes. Porém, o trabalho

agrícola é um *tormento*: "esse negócio na roça é ruim mesmo. A gente trabalha de sol a sol todo dia, todo dia". Dubar, ao discutir a socialização e formação da identidade por meio das profissões identifica que isto depende sempre da "construção conjunta da profissionalidade dos indivíduos" (Id. Ibid., 213). E que:

> O processo de **formação** inicial e contínua das competências por meio da articulação das diversas fontes destas: saberes formalizados, habilidades, experiência (Id.Ibid.,213)

Ou seja, a formação de competências e habilidades é um processo. Ocorre como elemento criador de identidade social do indivíduo. No caso da criança camponesa sertaneja nordestina parece que vale a analogia com o processo de formação profissional identificado por Dubar.

Porém, neste processo, há uma identificação de um período etário no qual se dá um corte entre o momento da brincadeira e o do trabalho. Esta é uma situação descrita pelos entrevistados:

Entrevistadora: – E quando você começou a trabalhar mesmo, foi com 10 anos... E você fazia o que?

> Entrevistado: - Eu trabalhava aqui na roça mesmo, desmatando para plantar, cultivar depois.
> Entrevistadora: – Trabalhava com a enxada então. E plantava o quê?
> Entrevistado: – Antes era feijão, (...)
> Entrevistadora: – E quanto tempo? Entre plantar, colher...
> Entrevistado: – Tudo era quatro meses.
> Entrevistadora: – E que horas você chegava na roça?
> Entrevistado: – 13:30, 14hs.
> Entrevistadora: – Então tirava este período para almoçar, tomar banho, dar descansada.
> (Jovem, Orocó, 21 anos)

> Entrevistadora: Já brincava, já trabalhava um pouco, limpava. E quando é que você começou a trabalhar mesmo?
> Entrevistada: De verdade.
> Entrevistadora: De verdade?
> Entrevistada: Meu Deus. É, por volta dos 14 anos. Porque, foi assim, aqui não tinha, como se diz assim, uma facilidade de a gente sair ou ficar aqui mesmo para estudar. Era assim: primeiro, eu quando entrei na escola foi com 6 anos porque a minha mãe foi professora 28 anos. Então, eu fiz da alfabetização até a 4ª série. Então esse tempo, vamos dizer, dos 6 até os 14 anos eu estudava aqui em casa com a minha mãe. Então, na maneira que a gente estava em casa, estava na roça. Estudava e trabalhava. Então quando eu [incompreensível] 13 anos, aí [incompreensível]. O trabalho já é uma aula. Agente está aqui crescendo, né. Então é a fase que a gente trabalha mais, eu creio que seja dos 14 anos até ....
> (Jovem, Rodelas, 18 anos)

> Entrevistadora: E quando é que você começou a trabalhar mesmo?
> Entrevistado: Com 12 anos.

Entrevistadora: Com 12 anos você já começou a trabalhar. E você gosta de trabalhar na roça? Gostava de trabalhar?
Entrevistado Rodrigo: É, gosto, assim, porque não tem outra maneira.
Entrevistadora: É? E hoje, você gosta de trabalhar?
Entrevistado: Trabalho, mas se tivesse outra coisa para a gente fazer era melhor.
Entrevistadora: Então. E qual o horário que você vai trabalhar na roça?
Entrevistado: De 7 horas à 11. E de 1 (13:00h) às 4 (16:00), 5 (17:00) horas.
Entrevistadora Priscila: E você já trabalhou com diária?
Entrevistado: Já.
Entrevistadora: Com quantos anos você trabalhou com diária?
Entrevistado: Com 14 anos.
Entrevistadora: De 14 até quantos anos que você trabalhou com diária?
Entrevistado: Assim, a gente trabalha de bico, fazendo bico de diária, assim.
(Jovem, Orocó, 17 anos)

O que se pode notar é que entre 10 e 12 anos os pré-adolescentes e adolescentes migram de um campo de autopercepção de brincadeira para outro de trabalho. Para o segundo há uma demarcação de horário, obrigação, desgaste. Há uma marcação de ritmos. Isto vale para homens e mulheres. Há ainda a exploração do trabalho infantil em roça de terceiros como meio de levantar recursos – *fazer um bico*. Nesta passagem entre pré-adolescência e adolescência o jovem faz um *rito de passagem* da infância na roça, na qual se socializa como parte da família camponesa, na condição de filho ou filha aprendiz, para a condição de filho ou filha que **trabalha para complementar a renda familiar**. Este trabalho não os desliga do mundo escolar. Vale ressaltar uma vez mais que o mundo da educação está valorizado nestes relatos.

Trabalho e atividades perigosas: agrotóxico, transporte, doenças, morte, afogamento

O mundo lícito da agricultura inclui o trabalho infanto-juvenil nesta dupla condição. Primeiramente, como visto, trata-se de processo de socialização, mecanismo de inclusão social da criança e do jovem na família camponesa, na competência social do trabalho agrícola. Trata-se de uma dura inserção. A percepção relata deste mundo do trabalho revela a dureza deste cotidiano que implica em muitos sacrifícios. É uma rotina na qual o espaço da diversão e do trabalho se confunde, e que depois esta dinâmica suprime a diversão e a encobre com a atividade pesada do cotidiano. O cansaço impera, a dificuldade com os deslocamentos se torna mais explícita, a questão do transporte escolar fica evidenciada.

Entrevistado: - Muitos trabalham aqui, outros trabalham lá na fazenda que é grande.

Entrevistado: - Aqui é assim, a gente quase não tem renda.

Entrevistador: – Quando você vai para a diária para arrumar mais dinheiro, você quer arrumar mais dinheiro para quê?

Entrevistado: –É por que às vezes eu quero comprar uma roupa, um calçado, ir para uma festa, comprar material para mim.

Entrevistador: – Quanto é que eles pagam em uma diária?

Entrevistado: – Toda diária que eu vou são dez reais, de dez para cima. Para lá eu nunca vou por que lá é mais barato.

(Jovem, 17 anos, Lameirão/Delmiro)

Entrevistado: – Teve um período que era de manhã, outro a tarde e outro a noite.

Entrevistadora: – você terminou o primeiro grau?

Entrevistado: – Terminei.

Entrevistadora: – E como é que era para você trabalhar na roça e estudar?
Entrevistado: – Me sentia muito cansado.

Entrevistadora: – E qual era o horário?

Entrevistado: – Do cansaço?

Entrevistadora: – Não, da escola. Você falou que trabalhava de manhã, as vezes de tarde. E você faltava por causa do cansaço?

Entrevistado: – Não. Eu parei durante um tempo e depois eu voltei e terminei.

Entrevistadora: – E como é que você ia para a escola?

Entrevistado: – De ônibus.

Entrevistadora: – E era ônibus da escola mesmo?

Entrevistado: – Da ???

Entrevistadora: – Quanto tempo de viagem?

Entrevistado: – Era uns quarenta minutos.

Entrevistadora: – Quarenta e ir e quarenta para voltar. Que horas você chegava em casa.

Entrevistado: – 11:30, 12hs, as vezes chegava até de madrugada porque o ônibus as vezes quebrava, cheguei até 3 horas da manhã.

Entrevistadora: – Você sempre estudou a noite mesmo quando criança?

Entrevistado: – Não, foi a partir do ensino fundamental que eu passei a estudar a noite.

Entrevistadora: – Aí você fez, a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª e segundo grau a noite. E de 1ª a 4ª série, você fez em que horário?

Entrevistado: – Fazia de manhã.

Entrevistadora: – E como é que você ia para a escola?

Entrevistado: – Eu ia a pé porque era na vila mesmo que eu morava que era a escola.

Entrevistadora: – E depois da escola você vinha para roça, passava em casa almoçava e vinha? E você saia da escola que horas?

Entrevistado: – 11:30.

(Jovem, Orocó, 17 anos)

Entrevistador: E aí você ainda disse que foi um tormento pior porque você estudou uma boa parte do tempo de manhã. E aí o que é que tinha?

Entrevistado: E aí depois eu passei a estudar a tarde e ia para a roça de manhã.

Entrevistador: Depois você falou que esse seu trabalho na roça depois que você passou a estudar em 2003, passou a ser o dia inteiro, em 2 jornadas?

Entrevistado: É, de manhã e a tarde.

Entrevistador: E você trabalha de diária?

Entrevistado: É na maioria das vezes é diária.

Entrevistador: Na maioria das vezes lá na roça do pai.

Entrevistado: É. Tem dias que eu a semana quase toda vou para a roça do pai de diária. Quando pinta uma diária, diária. Depois vou para o pai. Meu pai não tem diária.

Entrevistador: E aí você disse que a diária é bom porque te dá o dinheiro?

Entrevistado: É [Incompreensível].

Entrevistador: Sei. Foi mais ou menos isso que a gente tinha falado antes e perdeu a gravação. Eu só vou pedir mais uma vez para você pensar um pouco no tempo que você usa para trabalhar para a gente entender um pouco como é que é essa situação do jovem que está na roça, labutando. Você estava falando das conversas que você tem com seus irmãos, mas conversas que os jovens tem entre si sobre o trabalho na roça. Conta um pouco disso.

Entrevistado: [Incompreensível] que conversa é essa, porque por aqui ninguém que trabalha na roça gosta de trabalhar e assim, mesmo assim, a roça não dando ou fica pior da gente trabalhar. Porque trabalha, trabalha e a roça nunca dá.

Entrevistador: Explica isso um pouco...

Entrevistado: A maioria das vezes perde a roça. Outras vezes vende barato e o dinheiro não dá para nada, mal para pagar as despesas.

Entrevistador: Você tinha falado também dá situação atual do cultivo da cebola e do arroz.

Entrevistado: Porque tem que nesse tempo que fez agora a cebola praticamente a gente perde 90% aqui da cebola. Do arroz nem tanto porque no plantio do arroz é tabelado. Mas o preço lá em baixo. Aí ninguém compra. Aí tem o debate de praga também [Incompreensível]. Fica ruim. (Jovem, Orocó, 21 anos)

O que se pode notar é que o trabalho implica em uma rotina pesada. O principal efeito é o cansaço físico e a dificuldade de acompanhar os processos de escolarização. Verifica-se também que a agricultura familiar no SMSF utiliza de modo intensivo os agrotóxicos. Isto é feito sem o necessário equipamento de proteção individual, que é extremamente desconfortável para a região. Há uma cultura do uso do agrotóxico. A mistura é feita diretamente com as mãos. Em geral, são os rapazes quem fazem a preparação do produto a ser aplicado. Há uma série de diferenciações no trabalho agrícola entre homens e mulheres – como por exemplo a colheita da melancia em alguns lugares ser considerado trabalho masculino, pelo peso do produto. No entanto, a diferença mais marcante é esta referente ao agrotóxico. Registre-se, também que na região de Alagoas, próximo à Hidroelétrica de Xingo, se relatou do perigo de afogamento porque passam os jovens pescadores. Perigo este que aumentou com a barragem devido a maior profundidade das águas do rio São Francisco após esta construção. Enfim, são estas as principais características do trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar, de caráter camponês, no sertão nordestino do SMSF.

A questão do uso de agrotóxicos e seus efeitos para a saúde dos jovens apareceu várias vezes, um destaque interessante é a seguinte conversa com um grupo focal em Santa Maria da Boa Vista:

Entrevistador- Vocês usam agrotóxico, e quem prepara?
Entrevistado – Meu pai.
Entrevistador- Vocês usam luva?
Entrevistado – Agora que eu estou usando.
Entrevistador- E máscara?
Entrevistado – Não... as vezes quando dá pego aquela descartável.

Entrevistador- E o borrifador, você mesmo põe nas costas e faz? Quantos litros mesmo?
Entrevistado – 20 litros. As vezes derrama nas costas também.
Entrevistador- Já teve doença de pele por causa disso?
Entrevistado – Não.
Entrevistado1 – Comecei uma campanha lá que era para olhar quantos por cento as pessoas tinham de veneno no sangue. Teve um menino que foi proibido, o veneno derramou nas costas dele e ele ficou com 7% de veneno no sangue, e ficou proibido de manejar, ele tinha 20 anos, mas ele hoje continua.
Entrevistador- Você começou a ir para roça com quantos anos ? E fazia o que?
Entrevistado1 – 11 anos, eu sempre ajudei meu pai, carregava as coisas, plantava, e continuo assim. Hoje trabalho, estudo, saio de manhãzinha para a roça e saio de lá 10:30.
Entrevistador- Como é a jornada de trabalho de vocês?
Entrevistado1 – Para quem estuda a jornada é 5hs da manhã, e já acordei 4:30 para estudar para a prova, e ficava na roça até 10:30, as vezes chego em casa e não dá nem tempo de almoçar porque da roça até aqui são meia hora a pé, tomo banho e 11:30 se você não tiver almoçado não dá tempo. Aí faz um lanche ou então só vai jantar a noite.
Entrevistado2 – Eu também acordo as 5hs da manhã para ir para roça, 5, 5:30.

Entrevistador: E quem mistura o agrotóxico para colocar no burrifador?
Jovem GF: Meu pai...
Entrevistador: E ele (o pai) usa luva?
Jovem GF: Não
Entrevistador: Ele não usa luva!? O seu pai...
Jovem GF: Ah...
Entrevistador: Fala...
Jovem GF: [risos]
Entrevistador: Por que ta rindo? Tem que botar a luva! Mas, vem cá, ninguém usa luva para mexer com o agrotóxico?
Jovem GF: Não...
Alguns jovens (não identificados): Alguns usam...
Jovem GF: Todo mundo usa...
[Incompreensível! Os jovens falaram juntos.]
Jovem GF: Meu pai não deixa a gente mexer com o veneno, o agrotóxico...
Entrevistador: Não deixa?
Jovem GF: Quando tem que envenenar, eu mesmo que boto o veneno (o agrotóxico) na bomba e enveneno.
Entrevistador: É mesmo!? É mesmo, rapaz?!
Jovem GF: Sem luva e sem nada!
Entrevistador: Mas... Peraí! Deixa eu ver e entender... Quem você ta dizendo que não deixa você mexer, Jovem?
Jovem GF: Meu pai...
Entrevistador: Seu pai não deixa você mexer, não! Quem é de menor ele não deixa mexer no veneno?
Jovem GF: Só os mais velhos! Quando não tem ninguém em casa, ele chama alguma pessoa na rua e vai...
Entrevistador: Interessante a providência do seu pai! Interessante! Mas você disse que... Ele faz diferente de você, Jovem. Como é que você faz?
Jovem GF: Eu... Quando é para envenenar (agrotóxico): feijão, amendoim... O rapaz me chamou para envenenar (passar o agrotóxico). Aí eu fui envenenar mais ele. Aí, eu mesmo é que boto e quando acaba a minha bomba, eu boto mais veneno (agrotóxico) e volto para envenenar. Ele fica...
Entrevistador: Mas você usa uma luva? Alguma coisa?
Jovem GF: Não! É no copinho! É assim mesmo... Bota no copinho, bota a água dentro e depois quando termina, a gente lava a mão. E termina de envenenar...
Entrevistador: Tu é doido!
Jovem GF: Agora, só não pode botar na boca.
Todos: [Risos]
Entrevistador: É?! Mas na boca dos outros que vão aquele negócio, você deixa?!

Jovem GF: Deixo!
Todos: [Risos]
Entrevistador: E você... mistura o veneno?
Jovem GF: Misturo.

O uso de agrotóxicos é percebido como nocivo, porém é observado como parte integrante da prática agrícola. Não há um questionamento sobre os efeitos nocivos à saúde humana dos produtores e consumidores. Ao contrário, os efeitos nocivos à saúde são incorporados e naturalizados. Isto permite indicar quem alguém até ficou doente com o uso, porém depois continuou a usar. É parte integrante da rotina no trabalho agrícola. Não está desconectado dela.

4.1.2. Representações sociais do trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar no sertão do SMSF

Temos um modo de ver o jovem agricultor que os estudantes rurais – até certo ponto, como vimos, eles mesmos trabalhadores rurais, vêem este jovem camponês sertanejo nordestino. Temos ainda algumas leituras elaboradas pelos adultos sobre esta juventude. Não podemos deixar de lado, e talvez devamos primeiro recorrer a ela, à própria representação social que de si fazem estes jovens agricultores. Iniciaremos explorando as visões que se tem sobre, para depois explorarmos as leituras que são construídas pelos próprios atores. O limite entre ator e não-ator no caso de jovens estudantes das zonas rurais e jovens agricultores é muito tênue, quase inexistente. Porém, é significativo.

Uma imagem que os estudantes têm do trabalho agrícola é que, embora cansativo, duro, ele tem um papel pedagógico. Este papel é sobretudo sanativo – quase poderíamos dizer que a percepção dos estudante é que a atividade laboral na agricultura reduz danos. Ela impede que os jovens tornem-se perniciosos, sobretudo que se alcoolizem e usem drogas:

> ENTREVISTADOR: Me diz uma coisa vocês gostam do trabalho? GRUPO FOCAL: Não, ninguém gosta, a gente tem que trabalhar porque só tem ele (nessa parte junto com a entrevista tinham muitas vozes de criança o que dificultou o trabalho) ENTREVISTADOR: Não gostam de trabalhar na roça? GRUPO FOCAL: Ninguém gosta, mas é melhor do que não trabalhar, porque pelo menos a gente tá fazendo alguma coisa, que vai fazer diferença para você, para melhor, porque a gente quer ter uma profissão, às vezes não têm aquele estudo. Aquela pessoa que quer ter uma profissão e não é dedicada com aquele estudo, ter uma faculdade, um doutorado, pelo menos estudar até certo ponto que dê uma profissão que goste e trabalhar só com ela. Mas cada um quer ter uma profissão, às vezes trabalham na roça porque precisa e não porque gosta. Eu acho que a pessoa que estuda, fica mais esperta, principalmente, na roça porque não tem outro trabalho e eu acho complicado isso. ENTREVISTADOR: Então vocês não gostam de trabalhar na roça, se tivesse outro trabalho vocês não queriam ficar

> na roça. GRUPO FOCAL: Não. Depende, eu estou estudando para fazer um concurso e tal, se eu passar eu não fico na roça não. ENTREVISTADOR: Por que o trabalho é pesado é isso ou não, por que ganhe pouco e trabalha pesado? GRUPO FOCAL: Porque trabalha muito e ganha pouco, porque é pesado demais. ENTREVISTADOR: Qual seria a solução para vocês, para que as pessoas pudessem viver da roça, que as pessoas precisam para viverem bem da roça? GRUPO FOCAL: Eu acho que ninguém quer só viver da roça, ás vezes está porque depende daquela pessoa, mas acredito que só ficando lá, eles não querem ficar só ali, eles querem batalhar para conseguir outras coisas melhor outra vida melhor. Eu acho que ninguém quer só viver da roça, a gente ta aqui porque a roça é o jeito de viver. ENTREVISTADORA: Então estudar significa sair da roça? GRUPO FOCAL: É. ENTREVISTADORA: Por que a roça não tem valor? GRUPO FOCAL: Porque a gente ganha pouco na roça, muito pouco, como é que a pessoa vai manter um estudo, como é que a pessoa vai poder viver melhor. As pessoas que não tem muito recurso ficam na roça mais para sobreviver, se a pessoa arruma um projeto ou associação que não trabalhe muito e que trabalhe meio período e o pessoal tivesse meio período para descansar e para estudar, aí mudaria um pouco também né. Mas é bom também trabalhar na roça, para não ir para a cidade e não arrumar emprego e ficar vagabundeando, assim evita de usar drogas, beber, e aqui serve de ocupação, porque o jovem na cidade sem ter nada o que fazer só vai beber, usar drogas e só vai dar isso.

A permanência no trabalho da agricultura não é desejada. Ao contrário, a escolarização é compreendida como uma oportunidade para escapar às agruras do trabalho agrícola. Porém, há o contraditório: ele é pesado demais, porém evita o uso abusivo do álcool e de outras drogas. No mais, isto é o senso comum: mãos desocupadas, cabeça vazia, oficina do Diabo. É um repertório recorrente no meio popular, reforçado pela institucionalidade escolar e cria uma institucionalidade do desprezo da atividade agrícola, do caráter dignificante deste trabalho.

O trabalho na roça e a vida roça tem sua contradição na apreciação que os jovens estudantes camponeses fazem desta atividade:

> Entrevistador- O que tem de pior na roça?
> Entrevistado- Enxada.
> Entrevistado 2- Veneno.
> Entrevistado 3 –Já teve algumas pessoas que tentaram empréstimo com o banco para comprar aquele carrinho de coco. Tem gente que queria para plantar feijão, milho, mas o dinheiro tem que ser investido com coqueiro ?
> Entrevistador- E o que tem de melhor?
> Entrevistados (coro) - O ambiente daqui.

Percebe-se a identificação da atividade, dura, pesada e perigosa, como um risco à vida e à segurança do jovem camponês sertanejo nordestino do SMSF. Além disso, destaca-se a compreensão da exigência entre o crédito rural e a atividade agrícola a ser desenvolvida. Não há liberdade de empreendimento para o agricultor. Quanto a isto cabe esclarecer que a política creditícia dos bancos na região, especialmente o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, incluem a exigência normativa da cultura a ser explorada, porém não inclui a assistência técnica e extensão rural necessária para o cultivo. Ou seja, obriga-se o agricultor a aderir a determinada cultura e não o forma para isto. Além

disso, um efeito secundário desta política de crédito é que interfere no preço de mercado da cultura de modo depreciativo. Em geral, esta política de crédito ocorre após análise de mercado e identificação da lucratividade da cultura. Então, por um período estimula-se (ou obriga-se?) à ação continuada naquela cultura. Como resultado há um aumento de oferta do produto. Reza a lei do mercado que quanto maior a oferta, menor o preço: é este o resultado.

O que temos? Uma identificação do trabalho juvenil como uma atividade penosa, que segue o mesmo curso dos pais. Trata-se de uma pena de destino. É como se no leque de opções de futuro disponíveis aos jovens o trabalho agrícola se apresentasse como uma *derrota*:

> Nono jovem (Cícero): Porque a pessoa não vai viver direto na roça, não!
> Entrevistador Atílio: Hum...
> Nono jovem (Cícero): Um dia a pessoa sai da roça, porque tem que sair mesmo.
> Entrevistador Atílio: Quem, aqui, acha que tem que sair da roça mesmo?
> Todos: Eu...
> Nono jovem (Cícero): Deixar a roça para as máquinas...
> Jovem (não identificado): Não um tempo! Porque a roça é muito sofrido.
> Décimo segundo jovem (Jeferson): Trabalha muito e ganha pouco.
> Entrevistador Atílio: Vamos ouvir um pouco ali... Como é seu nome mesmo?
> Quarto jovem (Jéferson): Jéferson
> Entrevistador Atílio: Vamos ouvi-lo ali um pouco. Fala aí, Jéferson. Como é que é isso...
> Quarto jovem (Jéferson): A gente trabalha, mas trabalhar para ganhar da pessoa né?!
> Entrevistador Atílio: Sim...
> Quarto jovem (Jéferson): Se a gente for da roça, arrumar um emprego porque ficar só para estudar não dá. E se a gente pegar uma faculdade não vai ter dinheiro para ir pagando as mensalidades.
> Nono jovem (Cícero): Não pode deixar a roça não!
> Entrevistador Atílio: Não entendi o fim da história. Deixa a roça ou não deixa a roça?
> Nono jovem (Cícero): Não deixa a roça!
> Entrevistador Atílio: Dá um tempo só?
> Nono jovem (Cícero): Dá um tempo só...
> Entrevistador Atílio: Dá um tempo até se formar melhor e tal.
> Nono jovem (Cícero): Trabalhando e estudando até conseguir um emprego.
> Entrevistador Atílio: É uma opinião meio que diferente dos outros, né?!
> Nono jovem (Cícero): É...
> Entrevistador Atílio: Como é que é a sua opinião? Como é que é mesmo o seu nome?
> Oitavo jovem (Uedson): Uedson
> Entrevistador Atílio: Como é que é? O que a escola tem a ver com o seu trabalho de agricultor? E se você considera que isso vai ficar na agricultura ou não?
> Oitavo jovem (Uedson): A gente tem que trabalhar para roça. A gente tem que estudar para sair da roça. Porque hoje nós somos alunos e se a gente se formar. Aí, a gente pode fazer um curso, pode ser um técnico e a gente já vai para roça para dar ordem pros trabalhadores. Se a gente se formar em técnico agrícola, a gente pode ir só para passar ordem.
> Entrevistador Atílio: O negócio é mandar! Então quem estuda manda. É isso... Como é que é mesmo o seu nome?
> Terceiro jovem (Jailson): Jailson
> Entrevistador Atílio: Jailson, quem estuda manda?
> Terceiro jovem (Jailson): Depende...
> Quem estuda manda?
>
> - Mais ou menos;

Entrevistador Atílio: Conta aí... Como é que é isso daí...
Terceiro jovem (Jailson): O cabra estuda para se formar em alguma coisa... Para ter um emprego ou alguma coisa assim.
Entrevistador Atílio: E volta para agricultura?
Terceiro jovem (Jailson): Quem sabe é a pessoa!
Entrevistador Atílio: O que você sabe de você?
Terceiro jovem (Jailson): Que eu trabalho e estudo. Estudo para ser alguém...
Entrevistador Atílio: Quando você se formar e for alguém, você vai ser alguém na roça ou fora dela?
Terceiro jovem (Jailson): Fora dela.
Entrevistador Atílio: Fora dela...
Entrevistador Atílio: Aqui vocês acham que é possível para um jovem agricultor se alguém na roça?
Nono jovem (Cícero): Não.
Décimo jovem (Laedson): Na roça...
Décimo segundo jovem (Jeferson): Na roça a pessoa tem que trabalhar senão morre de fome.
Entrevistador Atílio: Então não dá para ser alguém! O que quê é ser alguém?
Primeiro jovem (José Carlos): Se a pessoa tiver muita sorte, muita sorte e a usar a cabeça dá! Comprar o veneno mais barato ao invés do mais caro, e que tenha o mesmo efeito. Usar outras coisas lá... Se a pessoa tiver sorte e experiência. Acerta...
Décimo jovem (Laedson): E acerta em uma roça de cebola. À R$ 40.00 até dá...
Jovem (não identificado): Perder uma roça de cebola à R$ 1.00, não paga nem os sacos. O saco que enche com as cebolas.

Este trecho de diálogo é um dos mais instrutivos sobre a representação social que jovens camponeses sertanejos nordestinos estudantes têm sobre o trabalho na roça. Vamos destacar apenas três aspectos. Primeiro, o trabalho na roça não é para quem estuda. Estudar, se formar, é criar um mecanismo de oportunidade para sair da roça. Porque? Porque a roça é desgastante, é lugar para *trabalhar senão se morre de fome*. Ou seja, na roça o esforço físico é uma necessidade brutal e atende quase exclusivamente as necessidades fundamentais.

Em segundo lugar, o trabalhador rural, o camponês, é um não-alguém. Ser alguém é estudar para poder sair da roça. É uma opção pessoal ficar ou não na roça. Porém, se há o desejo de ser alguém, isto não pode incluir a roça. Podemos verificar nas falas dos professores como isto é reforçado. Interessante que os professores são, em muitos casos, filhos de agricultores e, em vários casos, também agricultores. Entretanto, a relação trabalho rural/escolarização é notada como uma oposição, na maior parte dos relatos – é quase uma surpresa a identificação que faz o jovem sobre o auxílio que a escolarização traz para o exercício *correto* da atividade agrícola.

Em terceiro lugar, indica-se que o trabalho agrícola acentua-se a questão do retorno financeiro da atividade agrícola. Esta é, talvez, a principal causa para a rejeição deste percurso de vida. Não se deseja reproduzir os padrões de vida dos pais. Por outro lado, há uma valorização da vida na roça, como um modo de viver bem.

4.2. Condições de vida e trabalho do jovem camponês sertanejo plantador de cannabis sativa no SMSF

4.2.1. Práticas sociais dos jovens camponeses sertanejos nordestinos envolvidos com o plantio de cannabis sativa no SMSF

4.2.1.1. Ingresso na atividade do plantio da maconha – faixa etária

Como é a vida na atividade do plantio de cannabis? Há muitos aspectos que nossa investigação nos revelou. Primeiramente falemos sobre o ingresso na atividade, com qual idade e de que maneira se introduz um jovem na atividade do plantio?

> Entrevistador Atílio: Este é um trabalho sobre cultivo ilícito. Você já trabalhou no plantio de maconha?
> Entrevistado Plantador: Já
> Entrevistador Atílio: Com que idade? Com que idade começou a trabalhar?
> Entrevistado Plantador: Quando eu tinha 12 anos é que eu conheci a primeira roça.
> Entrevistador Atílio: Para trabalhar?
> Entrevistado Plantador: Certeza!
> Entrevistador Atílio: Como é que você foi? Quem levou você?
> Entrevistado Plantador: Assim... acho que ninguém incentiva ninguém. Às vezes vê e quer fazer. Não é obrigado a fazer, mas aí é aquela coisa e entrei...
> Entrevistador Atílio: Você viu seus amigos indo trabalhando?
> Entrevistado Plantador: Isso é muito comum em muitos lugares por aí.
> Entrevistador Atílio: E aos 12 anos, quando você começou a trabalhar, quanto era a diária?
> Entrevistado Plantador: Não. Eu comecei a trabalhar era a minha roça mesmo....
> Entrevistador Atílio: Era a sua roça. E o que você fez?
> Entrevistado Plantador: Eu não esperava, até hoje. Eu não espero por ninguém. Eu ajo por mim mesmo.
> Entrevistador Atílio: Qual o tamanho da roça?
> Entrevistado Plantador: Coisinha pequena! Só para me manter mesmo...
> Entrevistador Atílio: E o que é uma roça para se manter?
> Entrevistado Plantador: 200 covas, 300 covas.

Como identificamos, e esta fala mais ou menos revela as situações genéricas, é na forma opcional que o adolescente adere ao cultivo. Neste caso específico, o agente já era um jovem camponês sertanejo, agricultor. Plantava cebola. Ele reconhecia áreas de cultivo da maconha, sabia onde elas estavam e tinha autonomia para negociar o próprio cultivo, uma terra pequena para *se manter*.

> Entrevistador Atílio: E porque que você acha que algum jovem desse que você conhece foi trabalhar no plantio da maconha?
> Entrevistado: Eu acho que assim, é coisa do pai que não ensina as coisas direito para o filho se ele ta na roça assim [Incompreensível] deixa os filhos aí, por conta.
> Entrevistador Atílio: Deixa por conta?
> Entrevistado: Outros leva até os filhos mesmo para a roça.
> Entrevistador Atílio: Ah, os pais levam os filhos para a roça de maconha?
> Entrevistado: Sim.

Entrevistador Atílio: Então você falou de 2 casos: os que deixam os filhos por conta e os que ...
Entrevistado: Foi Não. O 1º é o pai que...
Entrevistador Atílio: Como é que é isso. Conta esses casos diferentes. Eu queria entender aí esses 2 casos diferentes agora. Como é que é que o pai que deixa o filho por conta e o filho acaba no indo para o plantio da maconha e como é que é o pai que já leva o filho e ensina a trabalhar no plantio da maconha?
Entrevistado: Esses que deixa o filho por conta é porque vão para a roça e deixa os filhos aí, jogado. Sem, como é que se diz... Se você tiver um filho e ir para a roça , aí o filho não quer ir, aí ele deixa aí jogado e o filho fica aprontando tudo. Até que termina. E aí quando cresce já não tem mais jeito.
Entrevistador Atílio: Mas aí quem é que convida esse garoto, ou essa garota, para ir para o plantio da maconha?
Entrevistado: Isso é os que tiver grandinho, aí vão também.
Entrevistador Atílio: Os grandes? Como é que é isso: os grandes e os pequenos? Qual é a idade desses que estão indo plantar maconha?
Entrevistado: Outro dia desses aí. Tem vezes assim que vem tudo pertinho da gente. Aí, o jovem vê que dá dinheiro aí vai plantar também.
Entrevistador Atílio: Mas quem é esse pequeno e quem esse grande? Qual é a idade desse pequeno e qual é a idade desse grande?
Entrevistado: Assim, tem um maior. Aí vê o de maior se dando bem e vai plantar também.
Entrevistador Atílio: E o de menor tem quantos anos?
Entrevistado: Ah, a idade certa assim, o de menor tem de 15 para baixo. Deve ter uns 15.
Entrevistador Atílio: E o outro caso agora, o do pai que ensina? Como é que é?
Entrevistado: Tem muitos pais que já cresceram assim dentro das roças, cresceram plantando assim... Aí vem em cima assim, diz que é bom e não sei o que, que só incentiva os filhos a ir plantar maconha e depois não tem mais jeito.

Entrevistador Atílio: Você falou que começou com 12, você conhece o caso de pessoas que tenham começado mais cedo? Hoje, de crianças que vão trabalhar na roça?
Entrevistado Plantador: Já...
Entrevistadora Priscila: Com quantos anos?
Entrevistado Plantador: Conheço criança de até 10 anos que trabalha dentro de roça, até de 9 anos. Que, às vezes não trabalha, mas que acompanha o pai.
Entrevistador Atílio: Com quantos anos?
Entrevistado Plantador: Com 9, 10 anos...
Entrevistador Atílio: Acompanhando o pai...
Entrevistado Plantador: Às vezes que acompanha até o pai. E vai mesmo...

O ingresso pode ocorrer, também, a partir da vida familiar. O pai é um plantador de maconha e conduz o(s) filho(s) a área de plantio. Identifica-se que, em geral, o ingresso como plantador se dá ao redor da adolescência. Muito embora, se fale também da presença de crianças mais novas. Esta fala acima indica que a atitude dos pais é fundamental para o ingresso na atividade do cultivo da maconha, quer na forma do estímulo direto, quer na forma da indiferença e da falta de cuidado. Nestes casos o ingresso pode ser até a partir dos 9 ou 10 anos, acompanhando ou não os pais.

4.2.1.2. Atividade de cultivo e retorno econômico

O processo produtivo implica numa ação contínua de reclusão espontânea na área de plantio, em geral pequenas porções de terra que dão um lucro relativo maior que as atividades lícitas na região:

> Entrevistador Atílio: Uma atividade dessa dá quanto? É quanto por mês? É por mês? Por colheita?
> Entrevistado Plantador: É por colheita.
> Entrevistador Atílio: A colheita demora quanto tempo?
> Entrevistado Plantador: cinco meses, seis meses...
> Entrevistador Atílio: Cinco meses até a florescência. Não são três meses?
> Entrevistado Plantador: Tem gente que tira com três meses, mas se você quiser tirar uma coisinha boa. Você vai tirar com seis meses. É a mesma coisa que um produto de uma empresa, você tem que tirar uma coisa boa.
> Entrevistador Atílio: Aí você tirou, depois de seis meses, dá quanto?
> Entrevistado Plantador: Vai depender da colheita que você faz. Vai depender da qualidade da colheita que você faz...
> Entrevistador Atílio: Uma boa colheita dá quanto? De quantas covas, que você disse? De 30?
> Entrevistado Plantador: De 300 covas... Dá mais ou menos uns R$ 2.500.00, por aí.
> Entrevistador Atílio: Depois de seis meses. Isso dá o equivalente à R$ 400.00 por meses.
> Entrevistado Plantador: Mais ou menos.
> Entrevistador Atílio: É uma atividade bem melhor. Porque se você fosse trabalhar em uma diária de R$ 12.00, você não ia ganhar isso por mês.
> Entrevistado Plantador: Mas não dá para manter isso. Rouba agente não vai né?! Então tem que procurar aquela coisa que vai atingir ninguém, que não vá prejudicar ninguém. Agente sabe que tem vizinho que denuncia agente, que prejudica agente, mas agente não prejudica ninguém. Agente está no nosso canto quieto, tentando tirar nosso produto. Agora eu não to plantando mais, mas eu já plantei. Já plantei mas não planto mais. Mas no meu ponto de vista é isso.Ninguém ali faz mal a ninguém.
> Entrevistador Atílio: Quando você plantou, aos 12 anos, a roça era sua também?
> Entrevistado Plantador: Era...
> Entrevistador Atílio: Você lembra quantas covas foram?
> Entrevistado Plantador: 250 covas.
> Entrevistador Atílio: Mesmo tamanho?
> Entrevistado Plantador: Eu fiz a minha base...
> Entrevistador Atílio: Eu não entendo como se faz a base. Porque eu sei que o lote de irrigação tem 1 ½ de hectare até, acho que nesse projeto aqui, até 4 hectare. 4 hectare não é o maior?
> Jovem informante: Até 6 hectare.
> Entrevistador Atílio: Que é a mais ou menos a média dos outros projetos. E 250 covas eu imagino que corresponda a 1 ½ hectare ou menos.
> Entrevistado Plantador: 1 hectare ou, no máximo, 2 tarefas e ½.. Assim muito ocupado.

> *Entrevistadora –Você foi preso por que? Pelo plantio?*
> *Detento - É.*
> *Entrevistadora – Quanto tempo dura uma ??? de maconha?*
> *Detento - De 3 a 4 meses.*
> *Entrevistadora – Como é que você faz com a terra, você ara a terra, como é esse processo?*
> *Detento - Limpa e planta muda, em 15 dias muda.*
> *Entrevistadora – E quando você muda você faz o quê? Enquanto ela tá em muda você vai preparando a terra também?*
> *Detento – A cova é de 1 metro.*
> *Entrevistadora – E quantos pés você plantava?*
> *Detento - 5, 6 em cada cova*
> *Entrevistadora – E quantos quilos isso dava mais ou menos?*

Detento - De ½ a 1 quilo.
(...)
Entrevistadora – Quando você plantava era só maconha ou tinha outro tipo de plantação?
Detento - Tinha outras.
Entrevistadora – Mas qual o motivo de Ter outras: para disfarçar?
Detento - ???
Entrevistadora – A de cebola dava muito trabalho?
Detento - Precisava de mais tempo.
Entrevistadora – E você vendia ali mesmo? E quando era do patrão era você quem vendia?
Detento - O patrão leva e vende.
Entrevistadora – E a sua como você vendia?
Detento - Sempre aparece um comprador.
Entrevistadora – A primeira foi por necessidade e continuou plantando por que?
Detento - Fui me acostumando com essa vida, e dá dinheiro.
Entrevistadora – Quanto é um quilo de maconha, do jeito que você plantava?
Detento - 130 reais o quilo.

Portanto, trata-se de atividade lucrativa, que ocupa pouca extensão territorial. O papel dos plantadores é fazer valer a produção. Eles plantam, colhem e vendem. Esta venda local não é a distribuição para fora da área de produção. Muito embora, também é possível que o plantador seja o responsável pelo processo de distribuição.

4.2.1.3. Cultivo da maconha e segurança do plantador

A atividade do cultivo é leve. Não se usa agrotóxicos. Não se enfrenta o transporte perigoso. O que se enfrenta como risco de morte é a disputa entre grupos de plantadores e a repressão policial:

Entrevistador Atílio: Quando você planta um hectare de banana, por exemplo, você chega a venda de uma carrada, acho que, à R$ 2.500.00, mas aí é um hectare e ½. Você está tirando R$ 2.500.00 em um tamanho menor. Agora, me diz uma coisa, esse tipo de atividade você tem alguma sensação insegurança? Você tem algum tipo de medo?
Entrevistado Plantador: Se eu já tive medo? Medo é uma palavra, que até um certo tempo, eu não conhecia o que era medo. De um certo tempo para cá eu vim pensar o que é direito e o que não é na vida. E tem coisas que você tem medo.
Entrevistador Atílio: Medo de quê?
Entrevistado Plantador: Medo de a polícia entrar lá dentro e te pegar. Tem vezes que mata. Por isso aí sempre tem aquela sensação de insegurança, na dúvida.
Entrevistador Atílio: Comparativo com isso, quando você fazia com 12 anos de idade, você fazia sozinho ou tinha mais gente cultivando?
Entrevistado Plantador: Ah! Tem mais gente por perto.
Entrevistador Atílio: Quantas pessoas cultivam?
Entrevistado Plantador: Vai depender do tamanho né?
Entrevistado Plantador: O meu... só o meu.
Entrevistador Atílio: Mas gente cultivando em outras áreas?
Entrevistado Plantador: em outras áreas.
Entrevistador Atílio: Para atividade de cultivo, tem alguém que tenha que ficar armado?
Entrevistado Plantador: Com certeza! A pessoa mesmo, normalmente o trabalhador é quem fica.
Entrevistador Atílio: E a prensagem da maconha? Você mesmo é quem faz?

Entrevistado Plantador: É agente mesmo é quem faz. Agente está trabalhando começa e termina lá, o que for. O que tem que fazer é o trabalhador é quem faz.
Entrevistadora Priscila: Mas essa proteção que você faz na roça, você está protegendo contra quem?
Entrevistado Plantador: Contra os ladrões, só contra os ladrões mesmo, porque contra a polícia agente não vai reagir. Têm muitos caras que passam pela roça e vêm a roça. Tem vezes que não mexem, mas tem uns que querem roubar. Porque vale dinheiro, vale ouro!
Entrevistadora Priscila: Quem quer roubar, quer roubar para vender ou para usar?
Entrevistado Plantador: Às vezes até para vender e para usar. Para usar não, quem roubar quer vender. Quem quer usar chega junto da gente e pede. Aqueles que usam não tem vergonha de chegar junto da gente e pedir, para quem já conhece e sabe que mexe com aquilo.
Entrevistador Atílio: Nesse tipo de roça que você fica lá com arma, tomando conta da roça, você tem que ficar direto lá seis meses?
Entrevistado Plantador: Com certeza! Mas, às vezes você ....
Entrevistador Atílio: Como é que você fica direto lá seis meses? Um horror! (risos)
Entrevistado Plantador: Não! Você coloca na cabeça de entrar e sair. Você decidido. Uma roça desse não é brincadeira. Você entrar decidido.
Entrevistador Atílio: Como é que é o trabalho?
Entrevistado Plantador: É só molhação, podação, adubação...
Entrevistador Atílio: Vamos começar do início. Você foi lá e vai plantar. Tem que comprar a semente.
Entrevistado Plantador: Você semeou e depois de um mês você muda, depois de 25 dias. E, depois de mudar, com um mês você dá a primeira poda. Mais um mês você dá a segunda poda. No outro mês você dá outra poda. Tem gente que tira na terceira poda. Mas tem gente que só tira da quinta pra frente.
Entrevistador Atílio: Aí você vai ficando lá direto.
Entrevistado Plantador: É...
Entrevistador Atílio: Tem que fazer um acampamento? Tem que ficar lá direto?
Entrevistado Plantador: Tem que fazer um acampamento com barraca, com tanto de lona ou até mesmo de palha. Até mesmo de pau ou varra, que tira do mato mesmo.
Entrevistadora Priscila: Você como lugar?
Entrevistado Plantador: Agente comia no lugar mesmo, quando agente plantava.
Entrevistador Atílio: Já tem levar a comida para lá mesmo? Ou tem alguém que compra comida?
Entrevistado Plantador: Agente mesmo manda alguém buscar ou agente vêm.
Entrevistadora Priscila: Você não saí de meia hora? De uma hora e fica fora?
Entrevistado Plantador: Fica! Às vezes agente termina de molha, vai dar um passeio na rua e volta. Agora sempre tem um lá dentro...
Entrevistador Atílio: para olha?
Entrevistado Plantador: Certeza!
Entrevistadora Priscila: Ah... porque o vizinho olha a sua, já que você planta sozinho?
Entrevistado Plantador: É compartilhação! Porque nesse jogo aí tem que ter união entre os amigos, os trabalhadores que plantam. Quem planta é quem perde.
Entrevistador Atílio: Os que plantam todos são usuários?
Entrevistado Plantador: Nem todos. Muito deles plantam pelo dinheiro mesmo. Nem todos...
Entrevistador Atílio: Os que plantam tem envolvimento com assaltos?
Entrevistado Plantador: Esses aí... quem plantam essas coisas aí.. que plantam maconha muito deles aí ex-presidiários até já foram assaltante. Mas muito deles aí são trabalhadores mesmo. Só faz trabalhar.
Entrevistador Atílio: Aí fica lá seis meses, dá uma saída para respirar – um passeio na rua...
Entrevistado Plantador: Às vezes saí final de semana. Dá uma molhadinha e saí...
Entrevistador Atílio: E fica alguém lá para dar segurança da área do plantio. Como é a sua jornada de trabalho?
Entrevistado Plantador: É muito difícil você dormir. Dorme com um olho aberto e o outro fechado. É um cochilo. Acordou e tem que estar ali.

4.2.2. Representações sociais do trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar qualificada como ilícita no sertão do SMSF

4.2.2.1. Reconhecimento do plantio de maconha e a resistência em falar do tema

O plantio é reconhecido como uma realidade em quase todos os municípios que realizamos entrevistas e grupos focais. Apenas em Itabi, em Sergipe, e Salgado, município de Alagoas, não houve qualquer referência ao plantio. Pessoas entrevistadas afirmaram desconhecer qualquer existência de plantações de maconha nos limites dos municípios. No caso de Itabi, acreditam que, por não haver projetos de irrigação, apesar da localização próxima ao Rio São Francisco, seria difícil a existência deste tipo de plantio.

Na sub-região de Petrolândia/Jatobá, incluída no chamado Polígono da Maconha, já foram encontradas roças da erva, no entanto, acredita-se que o plantio não seja intenso, ou, pelo menos, não ocorra de forma tão intensifica e institucionalizada como em outros municípios. Isso pode significar que estes municípios sejam uma expansão ou signifiquem "municípios franjas" das atividades. Ou seja, não vinculado prioritariamente às atividades, mas que podem ser utilizados "marginalmente" ou intensificado em momentos de dificuldades ou de maior repressão. Segundo relatos de uma autoridade local:

Olha... Se prega muito que Petrolândia estaria dentro do Polígono da Maconha. Essa questão do rio São Francisco facilitando o plantio da maconha. Hoje eu digo que, nós temos aqui, casos de tráfico de drogas. Mas eu não poderia afirmar a existência maior, nesta região, tal como ocorre em Floresta, em Cabrobró, em outras cidades, em outros municípios. No Sertão do Submédio de São Francisco. Eu não poderia dizer para a Sra que Petrolândia tem um índice elevado de tráfico de drogas. Quanto a questão dos agricultores... Não em princípio... vez por outra, aqui nesta região, se declara, de um modo geral, eles se declaram como agricultores. E, em alguns casos, é possível que agricultores estivessem envolvidos... estivessem envolvidos em fatos delituosos. Mas dizer para você que fulano foi... Teve um caso aqui... Foi pego uma roça de maconha aqui. No período que eu estou aqui eu ainda não peguei... não presidi nenhum processo

onde tenha havido nenhum plantio de maconha. Houve tráfico de venda de papelote de maconha. Houve tráfico de pessoas que estavam transportando maconha, em um veículo, nas rodovias aqui da região. Mas não de plantio em si. Eu nunca tive casos ...de plantio de maconha ou outra coisa do gênero.

Abordar a temática é uma situação sempre delicada para a maioria das pessoas. Há o receio de que as declarações desencadeiem comprometimentos ou passe a impressão de que suas falas representem algum tipo de delação. A dissimulação e o emprego de informações vagas sobre o assunto foi atitude recorrente. Não foi incomum, no trabalho de campo, os longos silêncios quando o assunto vinha à baila. Nos grupos focais muitos jovens aludiam à temática de maneira insinuada. A referência era quase sempre indireta, de já ter ouvido falar ou, geralmente, se remetiam a situações nas quais havia sempre atores envolvidos aos quais não tinham maior intimidade ou conhecimento. Assim, o cuidado com o que se relata a um grupo de pessoas não conhecidas ou de contato fortuito representa uma atitude de segurança consigo e com sua integridade física e pessoal.

> *Para mim não porque eu nunca vi, graças a Deus um pé de maconha, já teve caso das pessoas plantarem mais muito distante, a policia já passou por aqui mas eu acho ótimo, porque tem mais segurança. (Jovem de Rodelas)*
>
> ***Na minha região tem, mas a gente não vê porque fica o dia todo trabalhando, mas a gente sabe que tem. (Jovem de Belém do São Francisco)***
>
> *Lá em Pedra Branca tem e bastante. Mas ninguém sabe quem é não. (Jovem de Rodelas)*

Com outros entrevistados a situação era análoga. Quando se aludia ao tema da freqüência do plantio, de convivência de pessoas envolvidas com o cultivo da Cannabis, eram comuns citações de circunstâncias em que não havia informações muito precisas, mas com a evidência de algum tipo de ciência sobre o assunto. Isso significava ser detentor de subsídios advindo de algum tipo de experiência com a temática, mas exprimia-se o cuidado em não se comprometer com suas declarações. Os relatos expressavam afinidade no cotidiano com o plantio e suas conseqüências, direta ou indiretamente, demonstrando como a institucionalidade do cultivo e as diversas ações a eles relacionadas tinham influência no comportamento das comunidades locais. Tal atitude era compreensível, pois a atividade do plantio por ser ilegal demanda determinados comportamentos que garantam não exposição a riscos por parte daqueles

envolvidos como o uso da violência para a não delação. Esta postura era disseminada para pessoas que mesmo não envolvidas ou tendo qualquer relação com a prática convivem com pessoas que plantam e são reconhecidas como tal. Assim, sabe-se que não se deve abordar o assunto sob pena de sofrer algum tipo de sanção de grupos que possam agir de forma violenta para defender seus interesses e negócios com o plantio de Cannabis.

> *Assim, a gente se preocupa porque a gente mora vizinho, né, ao projeto, e a gente vê muito falar do plantio. Só que eu tenho fé em Deus. Eu confio em Deus, né?. (moradora de Santa Maria da Boa Vista)*
>
> *A gente sabe que existe, mas não se mete. Ouve falar, mas procura não se envolver com essas coisas. A gente ouve falar de pessoas que estão plantando, mas a gente procura desviar da conversa. (Morador de Orocó)*
>
> *Na minha região tem, mas a gente não vê porque fica o dia todo trabalhando, mas a gente sabe que tem. (jovem de Floresta)*
>
> *Eu não posso falar, porque eu tenho medo. Aqui(apontando)... eu não sei onde é, mas aqui em cima, dizem que tem gente que planta droga, tem uma pessoa que disse que aí pra trás tem um cultivo de drogas. (Moradora de Delmiro Gouveia)*

Apesar de inibições e receio de abordagem do assunto, não foram poucos os agentes que se colocaram à disposição para narrar suas experiências de contato com o tema, seja por conhecer ou reconhecer pessoas em situação de envolvimento com o plantio, ou por já ter se envolvido direta ou indiretamente em atos ou ações vinculadas à atividade ilícita. Muitos relatos de jovens e outros atores demonstram conhecimento sobre aspectos variados como a forma do plantio, o ciclo do cultivo, as estratégias dos plantadores para esconder a plantação e fugir ao assédio e perseguição das polícias, rotinas e comportamento de conhecidos que estão inseridos no cultivo ilícito. Nesse sentido, criam mecanismos para o convívio com a situação que permita se resguardarem de alguma forma.

4.2.2.2. Observações sobre a ocupação fundiária com o plantio da maconha

Algumas descrições sobre as estratégias criadas pelos plantadores para não ocorrer o flagrante do plantio ilícito. Nas agrovilas, nunca plantam em áreas coletivas; tentam plantar na caatinga, nas áreas destinadas à proteção ambiental; podem plantar em sua área de cultivo. Podem, também, muitas vezes, cultivar a erva em áreas que não

pertencem ao seu cultivo, que concerne a outros agricultores. Geralmente, quando se opta por esta estratégia, o plantio é feito em áreas limítrofe às suas. Ou seja, o plantador faz o cultivo em áreas de seu vizinho, em uma parte próxima ao limite de seu terreno.

Já plantaram três roças perto de (do nosso) lote.. E já ia dando problema! (...)Aí pensa que a roça é do dono do lote. Mas quem plantou foi (outra) pessoa e puxou a água do lote. Tem uns lotes que são descartados, aí, eles pegam. Vai água pra lá, mas ninguém planta mesmo. Aí, ele vai faz um buraco no cano e do buraco eles colocam uma mangueira. E leva água para dentro do mato e planta. (Jovem de Rodelas)

> *Eu acredito que depois daquela invasão do Exército, onde foi feito o combate completo contra o plantio da maconha, a coisa acabou e abafou muito e hoje existe, mas é bem mais escondido, porém eu não posso dizer que não existe. Eles encontram meios de produzir isso, no meio da caatinga ficando difícil de descobrir. É a tendência da juventude hoje. Sendo que plantando na terra, pela lei, se for descoberto perde a terra. Nunca vi nenhuma desapropriação por este motivo. Nunca fizeram mas seria bom. Agora, o que fazem é plantar na terra dos outros ameaçando que se falar morre. (Morador de Salgueiro)*

O recurso de plantar em terras alheias, nas partes onde o dono não cultiva qualquer tipo de lavoura, ocorre como estratégia dos plantadores para fugir do flagrante e evitar que suas terras sejam desapropriadas em caso de confirmação do cultivo por parte de ações policiais. Houve referência sobre invasão de terras por parte de grupos ligados ao plantio de cannabis, que alguns indicam bandos, máfias ou bandidos. A invasão ocorreria em terras consideradas estratégicas em que o dono era constrangido à aceitação da situação sob o risco de sofrer graves represálias. Em alguns relatos fala-se em pagamento aos proprietários, mesmo quando o roçado é feito de forma compulsória. Em outras declarações há alusão de expulsão de terras, de ameaças veementes, num processo que reproduz ações concernentes à estrutura agrária brasileira, com forte concentração fundiária e de atos de expulsões dos pequenos agricultores por grileiros e latifundiários.

No caso específico do cultivo de maconha não se pode falar em latifúndio, logicamente, pois, por ser ilícito, não convém haver plantio em áreas muito grandes para não facilitar a descoberta e posterior repressão. Todavia, o conflito e violência por causa da terra estão presentes. Apesar disso, no entanto, não se pode falar que o aliciamento de pessoas para o plantio é, necessariamente, violento. Casos de expulsão de agricultores de suas terras não constituem a tônica da atividade. A adesão ao plantio

pode ser um longo processo que envolve outros elementos que iremos discutir mais adiante.

4.2.2.2.1. Ocupação fundiária para o plantio da maconha por meio de ações violentas

As ações violentas, contudo,são atribuídas a grupos que possuiriam maior poder de articulação e se encontrariam mais bem armados, agindo de forma mais violenta contra agricultores que não estão inseridos nos plantios. Estas ações colocam determinados agricultores em situações extremadas, ameaçados por grupos invasores voltados ao plantio por um lado e, por outro, os expõem a sérios riscos de verem sua terras flagradas em plantio por ações policiais e, conseqüentemente, a serem presos, responder processos e com possibilidades de perda de sua terra.

> *Entrevistador: Então tem um esquema por trás, que não querem plantar nas suas terras, plantam na dos outros que se for pego....*
>
> *Morador de Salgueiro: Já está acontecendo que muitos que vê o plantio nas terras deles são ameaçados, abandonam a terra e vem para a cidade, e se a terra for descoberta eles são presos mesmo sem fazer nada. Então esse esquema mafioso arrumou um jeito de plantar e sobreviver.*

Essa tática passou a ser empregada mais constantemente com o aumento da repressão ao plantio na década de 1990 com as operações Mandacaru, Asa Branca e outras por parte das Polícias Federal e Militar, principalmente no Estado de Pernambuco. Relatos de pessoas mais velhas, que convivem com a questão do plantio há mais tempo, na região, convergem no sentido de reconhecer mudanças no comportamento dos plantadores advindo da intensificação da repressão ocorrida nos últimos anos. A maior repressão, afirmam alguns entrevistados, levou ao aumento da violência. Anteriormente, relatam, o plantio era disseminado, era comum, afirmam, observar plantações perto de estradas e em áreas mais próximas de cidades e povoados.

Estou aqui há 14 anos e vivi o período mais vivo do plantio e eu me lembro dos primeiros anos que vinha visitar essas comunidades, não se via motos, mas em 2 ou 3 anos já se tinha em tudo o que era casa, eram os jovens que conseguiam pois o sonho era plantar, vender a maconha e comprar a sua moto, tinha transporte tranqüilo, eles sobreviviam. Então se percebia que era tão normal, isso, que os jovens perguntavam se era pecado isso, era coisa comum. Eles iam na Igreja fazer a primeira comunhão e se confessar. Eu perguntava se não tinha outra saída, como plantar feijão, mas não tinha

água por exemplo. Com a maconha só se precisava de um pouco d`água e para feijão como é que faz, quantos hectares tem que plantar sem água. Então era uma coisa tranqüila, não havia perseguição porque o comércio era bem protegido e as pessoas bem protegidas. Aqui veio um cara do Comando Vermelho do Rio de Janeiro que foi preso aqui, não sei como se chama, mas foi preso aqui, alugou uma casa aqui e era o cabeça de tudo é só ir na casa saber quem a alugou, quem era o cara, para descobrir a máfia que tem por trás, porque a CPI tinha a finalidade de pegar peixes grandes. "Queremos deputados!", Aí era Ibope, a CPI não pegou a máfia. Na minha previsão não melhora não. As coisas vão piorar. Eu acho que vai aumentar e tomara que não entre outro tipo de droga. Porque, infelizmente, não se tem política que resolve esse drama da nossa juventude. (Autoridade Religiosa da Região)

A violência não se remetia apenas às atividades do plantio, ou melhor, da segurança do plantio e do escoamento da produção. Não foram poucos os relatos que identificam os assaltos nas várias rodovias estaduais e federais que cortam e interligam os municípios com a atividade de cultivo da cannabis. Reconhecem que, nos últimos anos, esses assaltos que ocorriam em qualquer hora do dia, com freqüência elevada e de forma sistemática diminuíram com o maior patrulhamento. Contudo, eles ainda acontecem, agora em números mais reduzidos e geralmente, praticados à noite quando há menos patrulhamento e em regiões mais ermas. A vinculação do plantio com assaltos a ônibus, vans, caminhões de transporte, carros de passeios é feita, principalmente, porque há a associação do aumento dos assaltos a períodos posteriores a repressões mais intensificas ao plantio por parte das polícias. Também, a maior presença de armamentos mais poderosos como fuzis, submetralhadoras, pistolas modernas, é atribuída às atividades de plantio. Há o reconhecimento de que a intensificação do cultivo desencadeou a vinda desses armamentos à região.

Muitos moradores, jovens ou não, temem viver esta situação.O medo de assaltos, de sofrer alguma violência nas estradas é bastante evidenciado em suas falas e significa um dos aspectos que faz com que o plantio seja uma prática desaprovada. Com esta afirmação, quer se dizer que o plantio tem vários aspectos, alguns bastante rejeitados pela população em geral, como a associação da região como local de "maconheiros", que faz crer que todos os agricultores da região estejam envolvidos. Ou seja, a própria condição de ilicitude já é bastante para a sua total condenação. Agricultores, cuja vida é

marcada pela dificuldade de sobrevivência, com o enfrentamento constante com uma política agrária que os excluem de programas e créditos governamentais; de luta por melhores condições de vida em uma região de seca, não gostam de vislumbrar a possibilidade de que possam ser confundidos, por alguma razão, como plantadores de maconha.

De outra forma, também há as constantes operações policiais que expõem à população à violência oficial e extra-oficial dos órgãos de contenção e repressão, que iremos aprofundar mais adiante. Medo de ter sua terras serem invadidas por plantadores, entre outras conseqüências. No entanto, no cotidiano, o medo de sofrer alguma violência advinda de grupos armados nas estradas se destaca, ainda que, como afirmamos acima, os assaltos tenham diminuído nos últimos tempos. Algumas pessoas entrevistadas viveram situação de assalto.

Foi assim. Eu tava voltando da escola, nós vínhamos na estrada naquela subida lá de carro, eles já tinham parado foi dois carros com cerca de 38 alunos, eles colocaram pedra porque não tinham terminado ajeitar aquela ladeira, não deu espaço para os carros passarem e correr, aí aconteceu... Na hora eu não chorei. Ele falou para aí, para o carro, o motorista falou : Não, como é que eu vou parar esse carro aqui, porque se eu colocar o carro aqui vai matar todo mundo, aí eu vinha perto do motorista e o assaltante falou: e você desça e eu falei não vou, ele falou então ninguém se mexa porque senão eu mato todo mundo, as minhas amigas chorando e eu falei gente tenha calma, porque minha mãe fala para ter fé em Deus, porque eles não vão fazer nada, nada com a gente, eles disseram assim: quem chorar vai ser o primeiro que vai levar e foi que as meninas começaram a chorar, eu falei não vai fazer nada com a gente, porque nós viemos da escola e nem tenho dinheiro para o lanche, então eles levaram alguns relógios, mas não pegou muita coisa não e meu relógio eles não levaram. (Jovem de Delmiro Gouveia)

4.2.2.2.2. Os jovens camponeses sertanejos nordestinos afetados pela violência relacionada ao plantio da maconha e a relação entre o plantio da maconha e a inserção de jovens neste processo produtivo

Quanto aos atores mais atingidos, os jovens são reconhecidos em várias falas como as principais vítimas da institucionalização do plantio de maconha na região. A falta de oportunidades de trabalho e renda; a necessidade de sobrevivência; a suposta "facilidade" que o plantio oferece, pois é um cultivo de ciclo curto, que dá um retorno

financeiro maior que outros tipos de roçado; a avidez por consumir determinados produtos como roupa de grife, tênis; a possibilidade de comprar motos, tanto para explorar comercialmente moto-táxis, como para ter maior mobilidade, foram motivos elencados pelos entrevistados, como cardinais para a implicação de jovens com o plantio da maconha, habitando suas práticas discursivas sobre o plantio e suas conseqüências no cotidiano da região..

A compra de motos, segundo alguns depoimentos, principalmente em Salgueiro e Floresta, é vista como atividade privilegiada no destino de recursos financeiros levantados com o envolvimento com o plantio de cannabis sativa. A motocicleta, que viabiliza maior mobilidade em uma região onde praticamente não há transportes coletivos, significaria um elemento importante de status social para aqueles que a possuem, possibilitando ao jovem participar de festas em outras cidades e outras atividades tipicamente juvenis. No entanto, é prudente não associar a prática da atividade à necessidade de consumo, sob o risco de reproduzirmos um olhar baseado na teoria da frustração, em que atividades ilícitas são vistas como recurso à incapacidade de se conseguir, por meios considerados lícitos, objetos e bens que a sociedade valoriza, estimula o uso e cujo acesso é restrito. Existem outros elementos como o processo de socialização e subjetivação a determinadas práticas que podem empurrar o jovem a determinadas atitudes vinculadas às práticas ilícitas. São, também, esses atores as maiores vítimas dos homicídios na região e são os que mais lotam as cadeias na época nas operações de repressão ao plantio.

Todavia, não são os jovens os que são reconhecidos como as únicas vítimas da existência do plantio na região. Há nos discursos e na experiência a idéia de que todos os moradores de agrovilas e a população em geral das cidades da região sofrem algum tipo de dano por causa da existência do plantio.Todos estão expostos à violência da polícia, das ações de repressão; se vêem constantemente ameaçados pela violência do bandos que atuam com maior ou menor freqüência;

A convivência cotidiana com a questão do plantio fomenta práticas discursivas sobre o envolvimento com o uso e com o plantio de maconha. Alguns jovens não-plantadores admitiram que ao saber que algum amigo, colega ou conhecido das agrovilas ou comunidade está envolvido de alguma forma com o plantio ou atividades correlatas, evita a convivência com medo de ser confundido como plantador de cannabis e perde o respeito na comunidade.

> Ser amigo é ruim pela própria comunidade, pois as pessoas acham que você está envolvido e começam a ser afastar. Você passa a ser rejeitado e não é respeitado mais. As pessoas acham que você também está envolvido. (Jovem de Orocó)

4.2.2.3. Observações sobre os comportamentos de jovens plantadores e de jovens usuários de maconha

Os discursos diferenciam o comportamento de jovens envolvidos no plantio daqueles que usam. Essas falas buscavam justificar ou explicar que o envolvimento com a maconha na região ocorre por meio destas duas práticas. Essas duas atividades podem ser mais bem ou mal vista por atores não envolvidos nesta atividade de acordo com a experiência que tem com usuários e cultivadores de maconha. Por vezes, o envolvimento com o plantio era visto como mais perigoso e que as pessoas ao se tornarem plantadores se tornam mais arredias, se afastando do convívio com as outras pessoas dos assentamentos ou das agrovilas.

> Desde o momento que se sabe que a pessoas está envolvido, acaba se afastando. O tratamento é diferente. A gente tem um pouco de medo, porque a pessoa pode fazer, não direto para a gente, na comunidade em geral. (Jovem de Orocó).

> *É normal! Eu tenho conhecido que freqüenta a minha casa. Quando a gente sabe que ele está plantou, a gente fica meio assustada. A gente não sabe do que a pessoa é capaz! (Jovem de Floresta)*

> *Entrevistado: Eu acho assim, que se eu tiver algum amigo que eu souber que ele está plantando, eu não vou ser mais, não vou me aprochegar com ele do jeito que era. Mas também não vou descartá-lo porque ele está fazendo aquilo. Mas, e até porque, hoje quando tu... é pego alguém, até quem está por perto é suspeito.*

> *Entrevistador: Ah, é? Deixa eu lhe falar: se você tem o seu lote e ali perto do seu lote tem alguém plantando dentro do lote, quando a polícia chega, todo mundo que está em volta... Entrevistado: É suspeito (Morador de Orocó)*

Em outras falas, era corriqueira a referência de que o plantador era uma "pessoa comum", compreendendo tal expressão, sujeito que não possui hábitos que se diferencie da maioria das pessoas ou apresente comportamento violento ou desrespeitoso em público. Pessoa com a qual havia a possibilidade de relação, mesmo resguardando o fato de ser plantador. Há, nesses casos, o reconhecimento de que o plantador desenvolve a atividade ilícita devido à falta de oportunidade de emprego e renda, situação de dificuldade muito similar à vivida por aqueles que não aderem ao plantio.

> Tem gente que planta, mas é pessoa comum. Ele planta por necessidade, porque não consegue sobreviver com outras roças. Mas trabalha como outro qualquer, não é um bandido e não está roubando. (Jovem de Belém do São Francisco)

O plantador de maconha é visto por muitos como um trabalhador que está inserido em uma rede criminosa. Isto significa o reconhecimento de que sua atividade é laboral, requer um esforço, investimento, dedicação e conhecimento de técnicas de plantio. Não é um malandro, nem um aproveitador. Deste ponto de vista, o plantador se diferencia de determinados criminosos que subtraem de outras pessoas seus bens, como ladrões e furtadores ou de outros que ameaçam a integridade física e moral de outrem como estupradores e arruaceiros. O tipo de plantador que não ameaça outros, mas apenas cultiva uma planta proibida em sua roça ou como meeiro, é visto por muitos como um trabalhador que, sem opções ou por querer ganhar um pouco mais, lança mão deste recurso. Não significa o desconhecimento desta atividade como ilícita ou ilegal, mas compreender que entrar no plantio representa um prejuízo maior para quem planta do que uma ameaça a todos.

> Entrevistador: Você sabe que esta região é do polígono, o que você acha do plantio de maconha nessa região? Qual é a sua opinião?
> Entrevistado: Que não existisse aqui .
> Entrevistador: Aqui no seu município, em Orocó?
> Entrevistado: Não, em todo o Brasil.
> Entrevistador:Mas você sabe que existe...
> Entrevistado: Sim, aqui no município? Sim sei que existe.
> Entrevistador: Mas o que você acha do plantio, acha certo, acha errado?
> Entrevistado:Bom, é errado.
> Entrevistador: Mas por que é errado?
> Entrevistado: Errado é que o cara, ele quer plantar para ganhar dinheiro, para se sustentar. Já o usuário ele usa para fazer alguma vingança ou ato criminal, outros usam só por esporte mesmo, mesmo isso não sendo esporte usar droga. E por assim vai.
> Entrevistador: Você se acha ameaçado, você já se sentiu ameaçado?
> Entrevistado: Não.

Há determinadas diferenças sobre as representações do usuário de maconha na Região. As práticas discursivas por ora representam o usuário como sujeito que ao utilizar a droga perde o controle de sua consciência, sendo capaz de praticar atos extremamente violento e/ou criminoso, mesmo quando não presenciou ou teve qualquer experiência. Em outras, o viciado é alguém que apenas fuma seu cigarro, mas não molesta ninguém.

> Entrevistador: E ele era violento na comunidade?
> Entrevistado Era não. Violento não. Fumava mesmo só...
> Entrevistador: Então como é que é essa violência? Porque você acabou de falar de um cara que fumava e não era violento.
> Entrevistado: É assim, porque tem gente que fuma só por vício mesmo.. Fuma, só para suprir sua necessidade lá na hora e depois... normal de novo.
> Entrevistador: E quem é que são os violentos mesmo? Como é que é essa coisa de violência?

> Entrevistado: Os violentos são esses que fuma e tem ambição. Aí vão roubar. Mas quem não tem ambição e fuma não vai prejudicar também.

No entanto, também é comum que o usuário e o plantador sejam vistos como tendo os mesmo objetivos, já que o plantador seria também um usuário. Neste caso, ele se beneficiaria duplamente do plantio, como usuário para fins próprios e de uma cultura de baixo custo e de retorno mais compensador do que de outros cultivos com o da cebola.

Uma das conseqüências da região se converter na principal área de plantio de maconha do Brasil, é torná-la alvo de constantes incursões e operações das polícias civis, militares e, principalmente, federal na busca da erradicação e repressão ao plantio. No entanto, a mera repressão não tem atingido sua meta principal: livrar toda a região do plantio de maconha. Entre 1999 e 2004 há uma queda na quantidade anual de pés de maconha destruídos em todo o Nordeste, e também no Polígono da Maconha. Esta queda foi gradativa. Enquanto em 1999 se erradicaram 3,45 milhões de pés na região, em 2003 foram 1, 85 milhão e em 2004, .Na última operação da Polícia Federal ocorrida entre maio e julho (confirmar dados) de 2005, somente em quatro dias de operações foram destruídos meio milhão de pés. Neste mesmo ano, em todo o Nordeste, até maio, foram erradicadas 1,12 milhões de pés em quase 30 mil plantações. Na ocasião, em entrevista à Agência Brasil[21], o assessor de imprensa da superintendência da PF em Pernambuco atribuiu o crescimento à falta de continuidade de ação repressiva nos dez meses anteriores. Segundo a mesma fonte, a maior apreensão foi em 1998

Apesar de toda a repressão a erradicação é uma realidade distante. O que acontece é uma imigração temporária ou aumento da área de plantio para outro estados e regiões circunvizinhas para a retomada em momentos mais propícios. As ações da polícia assustam os moradores, As ações são vistas, muitas vezes como truculentas.

> –Nas nossas terras lá houve um comentário de um vizinho lá que plantava , falaram com a policia aí foram lá e não encontraram. A denuncia era com o vizinho, mas entraram na nossa casa. O que eles encontraram lá e quebraram tudo, não encontraram nada e saíram quebrando tudo, Eu acho que isso foi errado da policia, quebraram tudo na nossa casa. (Morados de Sana Bárbara)

> -Pessoas de fora, de outra região, foram plantar lá dentro da mata, mas para a policia chegar lá tinha que passar por aqui. As pessoas que tinham que acordar cedo para ir para a roça, ficavam com medo de encontrar com a policia. (Morador de Cabrobró)

[21] PF Destrói quase meio milhão de pés de maconha em Pernambuco (Agência Brasil-Radiobrás, 31/07/2005)

Ou seja, para as pessoas a ação policial é arbitrária. Coloca-se a necessidade de um maior planejamento da própria operação policial para minorar suas conseqüências desumanas para a população local.

4.3. Análises sobre a violência relacionada ao plantio da maconha

Até 1997 o governo federal, em sucessivas administrações, gastara 1,3 bilhão de dólares com Itaparica. Segundo um Grupo de Trabalho do próprio governo, Itaparica foi o maior investimento no interior do Nordeste brasileiro. Até 1999, apenas 35% dos projetos de reassentamento irrigado estavam em funcionamento. Mesmo com essa situação adversa, os trabalhadores rurais de Itaparica foram responsáveis, em 1996, por 20% da produção nacional de tomate – num acordo com a agroindústria *Etti*. Chegamos a 2005 com mais de 1,5 bilhão de reais gastos apenas com a (in)conclusão do reassentamento de Itaparica. O Pólo Sindical permanece exigindo os direitos dos trabalhadores, conquistados há quase 20 anos, com promessas afirmadas pelo governo federal, secundadas pelo Banco Mundial, e até hoje não cumpridas.

Toda essa história já seria trágica. Entretanto, há um dado fundamental que ainda não foi acrescida nessa dinâmica. Quando em 1986 os trabalhadores rurais elegeram áreas para o reassentamento, já era do conhecimento do governo federal, com informações oferecidas pelo *DEA*, que aquela era uma região muito importante para a produção da maconha. O maior investimento público no interior do Nordeste se deu na região da maior produção de maconha. Isso alimentou um caldo de cultura da violência que já, à época, possuía duas semânticas: a semântica tradicional e a semântica moderna. Com essa estrutura interpretativa estamos construindo tipos ideais para compreender comportamentos violentos no sertão.

Do lado tradicional, temos que a região do sertão é cercada por uma história de ações violentas de resistência dos sertanejos, diante dos desgovernos e das ausências de políticas públicas, e ações violentas entre os sertanejos, marcadamente por *questões de honra*. Questões de honra, no sertão, estão marcadas por pelejas interfamiliares com ou sem envolvimento de questões agrárias. As ações violentas de resistência têm características de reconstruções sociais ante situações de injustiça, tais foram, por exemplo, o caso de Canudos, e do Cangaço, reconhecidamente uma estratégia de *banditismo social*. No caso das ações violentas entre os sertanejos temos as, assim

chamadas, brigas de família. Nelas, muitas vezes, o objetivo inicial da disputa se perde, e permanece apenas aquele ranço quase eterno e inapelável – recentemente houve no sertão de Pernambuco a algumas tentativas de apaziguamento.

Do lado moderno, temos a violência do Capitalismo agrário que aparece como uma estrutura de subordinação do pequeno produtor, do camponês. Mesmo aqui a complexidade do processo exige que façamos uma distinção entre a violência provocada por ações ou omissões do Estado e aquela provocada por ações de agentes ilegais. Especialmente esse último caso tem se manifestado mais recentemente. Essa ação violenta provocada pelo mundo do crime se organiza a partir da construção das estruturas de insumo de produção de substância psicotrópica qualificada como ilícita e da construção de estratégias de distribuição dessa produção.

Essas duas semânticas, tradicional e moderna, se articulam. A produção de uma violência fatal, que utiliza membros de famílias em litígio como *pistoleiros de aluguel*. A vida humana passa a não valer coisa alguma, na medida em que ela se oponha às ações violentas ou às ações produtivas promovidas pelos agentes das ações violentas. O caso é ainda mais complexo na medida em que admitimos serem tais fatos produtos de opções estratégicas, ou, ao menos, acentuados por opções estratégicas governamentais. Isso fica ainda mais evidente quando observamos que este não é um fenômeno localizado, mas se apresenta em outros quadrantes nos quais essas condições sociais se manifestam. Senão, vejamos a descrição da situação no Marrocos e comparemos ao que se passa no Submédio São Francisco. Ao falar dos anos de 1990, após demonstrar que a cultura da cannabis é tradicional na região, que os camponeses encontram nela uma cultura lucrativa, e que entendem que é um direito trabalhar, afirma-se:

> É necessário acrescentar que as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial, das quais é promotor o governo marroquino, e que foram amplamente implementadas, tiveram conseqüências econômicas e sociais muito graves para os pequenos produtores. Estes últimos precisaram encontrar uma alternativa. Existe um paralelo entre a aplicação de políticas neoliberais, o empobrecimento dos camponeses e o desenvolvimento da cultura da *cannabis*. Assim, a região do Rif não é suficiente para a sobrevivência dos seus habitantes, o kif *(cannabis)*, que pode ser cultivado com ou sem irrigação, aparece como uma instância de salvação para uma população perdida. É uma cultura que lhes permite sobreviver, defender a vida... E isto não apenas pela facilidade de sua cultura, mas pela massa de mão-de-obra que drena, como constatamos em recentes pesquisas (1995) (Ouazzani: 1996, 118)

A ação do Banco Mundial, conjuntamente a políticas públicas de ajuste, numa região como o Rif, no Marrocos, marcada pela seca, permitiu o crescimento do plantio da *cannabis*. E isso com uma absorção de mão-de-obra muito grande, em cidades de

500 habitantes, de 100 a 150 pessoas estavam envolvidas com este plantio (Ouazzani: 1996,118). Não temos esses dados objetivos sobre o Polígono da Maconha. Porém, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério Público do Trabalho, 5ª. região, considerando apenas as cidades de Pernambuco – aquelas do *Polígono da Maconha* reformatado (Belém do São Francisco, Cabrobó, Caraibeiras, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Lagoa Grande, Orocó, Petrolândia, Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu), existem 40 mil pessoas trabalhando no plantio da maconha, sendo 10 mil adolescentes e jovens. A maior dessas cidades tem uma população que não chega a 40 mil pessoas. Nossa atual pesquisa estima um contingente aproximado de 29 mil trabalhadores rurais.

O fato é que as ações do Banco Mundial na região parecem, como no Marrocos, ter deixado a população refém dessa estratégia de sobrevivência. Senão, vejamos. O Pólo Sindical, em 1997, exigiu do Banco Mundial que se fizesse presente por meio do Painel de Inspeção, averiguando como não foram usados socialmente os recursos que tinham tal fim. O Banco, em decisão apertada, decidiu por não instalar o Painel, mas se comprometeu acompanhar as ações do governo federal para a conclusão do reassentamento. Em 1997, fatidicamente, uma das mais expressivas lideranças sindicais locais, Fulgêncio Manoel da Silva, é assassinado por se opor às pressões dos produtores de substância psicotrópica qualificada como ilícita para que os agricultores que não estavam interessados cedessem suas terras para o plantio de maconha.

Isso não sensibilizou naquele período o governo federal, ou o Banco Mundial. Parlamentares haviam identificado, antes da morte de Fulgêncio, que o Polígono da Maconha era uma área de produção afiliada a uma rede de negócio de substância qualificada como ilícita, que parecia ter tentáculos estendidos até o Rio de Janeiro, com o Comando Vermelho, que seria uma espécie de comando geral para os *Comandos Caipira*. Até o ano de 1999, conforme se comprometera com o Banco Mundial, o governo brasileiro não concluíra o reassentamento de Itaparica. Ao invés disso, por meio do Grupo Executivo para o Reassentamento de Itaparica, construiu uma alternativa interessante para trabalhadores rurais que tinham conquistado o direito de ter terra irrigada para produzir: pagou indenizações para que esses trabalhadores se retirassem das terras que conquistaram. Os valores pagos eram suficientes para compras de imóveis residenciais nas cidades, mas não para a aquisição de terras para a produção.

Entre 1997-1999 aumenta o índice de homicídios de jovens na região do Submédio São Francisco. A cidade de Floresta permanece tendo as mais altas taxas, embora Petrolândia esteja em fase de ascensão do número de homicídios. Até o ano de 2001, foram indenizados quase 500 famílias, e tituladas 620 famílias, restando das 6.900 famílias que foram reassentados 2.743 a receberem esses *benefícios*, conforme a CHESF. Em 2002, o Orçamento da União prevê gastar mais de 121 milhões de reais com a conclusão do reassentamento de Itaparica. Até o momento, 200 famílias do projeto Jusante, no município de Glória, na Bahia, querem não esse *benefício*, mas o reassentamento irrigado que conquistaram em 1986. O problema maior é que, mesmo em áreas onde já se está produzindo, sobretudo fruticultura, o GERPI está propondo esse *benefício* às famílias reassentadas. Parece que falta aos tecnocratas do GERPI o mínimo de sensibilidade para associar o *benefício* ao terror da ação violenta moderna, estatal e criminosa, que está alimentando.

4.3.1. Para uma análise da situação

Apenas para recordar e reforçar, o plantio de drogas ilícitas é uma atividade produtiva camponesa. Sem associar essa discussão ao vilipêndio dos direitos dos trabalhadores rurais no Capitalismo, especialmente em se tratando dessa dívida social brasileira de longa duração, torna-se incompreensível qualquer análise. A produção de drogas, em si, não geraria violência. O que gera violência é a estrutura agrária, a ausência de políticas públicas agrícola e agrária, a situação de subordinação capitalista do campesinato. Ademais, é em função da repressão que há uma incidência maior de violência, ao menos como a temos constatado na região do Submédio São Francisco.

O ainda atual arcabouço legal que lida com o tema da repressão ao tráfico de drogas, especialmente a lei 6398/76, a lei 10.409/02 e a Política Nacional Antidrogas tratam o trabalhador rural, quem cultiva ou semeia drogas ilícitas, quem produz drogas ilícitas, como traficante, submetido à pena de detenção – sendo três anos a mais severa sanção prevista em relação ao *crime hediondo do tráfico de drogas*. Efetivamente, para a lei, o trabalhador rural é um criminoso que faz parte da cadeia produtiva e comercial ilícita, sendo, portanto responsabilizável perante a sociedade, o Estado, a Justiça.

O usuário, a outra ponta do processo produtivo, recebe, após diversos apelos da sociedade civil, um tratamento legal diferenciado. O usuário é, de fato ou potencialmente, um dependente químico. Não obstante as críticas apresentadas pelo Juiz

Maierovitch, no artigo *solidariedade autoritária* (revista Carta Capital), foi reconhecidamente um avanço na legislação, o que permitiu o abrandamento da pena aos usuários (a justiça *terapêutica*), o tratamento da adicção como um caso de saúde pública e a descriminalização do usuário. Muito embora o projeto de lei em discussão crie a figura nefasta, do ponto de vista dos direitos humanos, do *usuário difusor*.

Até o momento, nada foi feito para pensar a situação do trabalhador rural plantador de drogas ilícitas. Apenas para propiciar uma revisão rápida de informações que obtivemos com esta atual pesquisa passemos em vista o seguinte conjunto de questões:

> Como é a estrutura organizativa do plantio de maconha?
> Quem é esse plantador no Brasil?
> Quantos são? Crianças e adolescentes trabalham plantando drogas?
> Qual a forma de recrutamento desse plantador?
> Ele é o dono da propriedade na qual se planta droga ilícita?
> Qual o impacto sócio-econômico do plantio de droga ilícita?
> Qual a área agricultável, no Brasil, para o plantio de drogas ilícitas?
> Existe alguma outra política além daquela de *erradicação das áreas de plantio*? Qual resultado apresenta?

Respondendo rapidamente às questões:

- Como é a estrutura organizativa da área de plantio?

Há alguém, ou um grupo, que é o financista de todo o processo (urbano e rural), a quem não se chega por meio desta pesquisa. Este é o responsável pelo processo de planejamento e remanejamento de atividades. Não há indícios de uma estrutura de planejamento. Parece mais um conjunto de ações sem vínculos diretos. No plano local imediato o que temos: um gerente, no caso do Submédio, podendo ser os líderes das famílias tradicionais litigantes divulgadas pela mídia. Estes têm relações de mando para com os seguranças, transportadores e trabalhadores rurais, aqueles lhes devem obediência. Os seguranças e transportadores são pessoas armadas. Eles asseguram o processo de colheita, retirada do produto e sua entrega aos postos de distribuição – principalmente nas capitais do NE, mas também há abastecimento para RJ e SP. Algumas vezes os próprios trabalhadores rurais cumprem a função de segurança.

- Quem é esse plantador no Brasil?

A atividade de plantio da *cannabis* ocupa, sobretudo, pequenas propriedades. Os plantadores são pequenos proprietários e assalariados, que se mantém na atividade do plantio quase exclusivamente. Ou seja, trabalhador leva enxada, e devido a ilicitude da planta, as disputas de outros plantadores, leva arma. De fato, nas áreas de plantio, a observação mostra que as armas permanecem nas mãos dos jovens e adultos

responsáveis pela segurança e pelo transporte. Ao plantador cabe o cuidado com o cultivo e a eventual troca de lugar das mudas.

- Quantos são? Crianças e adolescentes trabalham plantando drogas?

Segundo as informações do MP de PE, apenas na região do Submédio são 40 mil trabalhadores rurais envolvidos no plantio de drogas ilícitas, entre estes estão 10 mil crianças e adolescentes. Pelos dados que obtivemos nossas estimativas são próximas. Pode haver um total de 29.636 trabalhadores no plantio da maconha no Nordeste. É possível que mais da metade destes tenham entre 12-17 anos. Um dos elementos que explica esse grande número é o retorno econômico. A diária de um trabalhador rural na colheita da cebola, por exemplo, é em torno de R$ 7,00; para o plantio da cannabis é de R$ 50,00. Esta vantagem econômica torna o risco de ser preso menor. Uma outra explicação para o grande número de envolvidos é a auto-explicação para a atividade: o trabalhador envolvido afirma que a atividade de plantio da maconha é trabalho como qualquer outro trabalho agrícola. Aliás, os companheiros do entorno confirmam: o plantador é do "bem", os do "mal" são os que organizam a segurança e a distribuição, os que matam. Porém, quando o trabalhador é preso ele é "homilhado", diante de si, da família e da comunidade ele é criminoso. O crime é constituído pela detenção, não pelo ato de plantar. Esta distinção, aparentemente simples, é o que explicaria, também, este grande número de trabalhadores envolvidos. Isto porque os trabalhadores rurais são, em geral, moralistas-legalistas. Para eles o envolvimento com o crime desqualifica a pessoa. Isso, de certa maneira, como que confirma o discurso dos que estão envolvidos diretamente com o plantio de drogas.

- Qual a forma de recrutamento desse plantador?

Na região do Submédio, as entrevistas com pessoas que já estiveram plantando maconha e com trabalhadores rurais, autoridades eclesiásticas e parlamentares nos fez perceber pelo menos duas formas de aliciamento. A primeira delas, e a minha impressão é que seja a mais comum, é pela via amistosa. Os gerentes se achegam amistosamente porque são pessoas da própria região, alguns seguranças vêm de outras áreas. O fato é que sempre existem pessoas de outras áreas do País onde existe área de plantio. Isso mostra uma conexão entre o plantio e a distribuição em grandes capitais nordestinas e no Sudeste e Sul do País. Os plantadores, que ingressam nessa modalidade, podem sair quando desejam. De fato, entrevistamos trabalhadores rurais que informaram ter

plantado cannabis e ter deixado de plantar sem sofrer ameaças. Nesta modalidade incluem-se os trabalhadores que buscam se agenciar para o plantio.

Uma outra modalidade é pela coação, o assassinato de Fulgêncio se deu porque ele denunciou que havia um grupo exigindo que trabalhadores rurais plantassem maconha para ele. Esta coação é pela demonstração de força do grupo que gerencia o processo. Eles colocam os seus seguranças em condição de usar letalmente a força. Durante a campanha de 1996, em Santa Maria da Boa Vista, durante os comícios do deputado Fernando Ferro na região, houve várias demonstrações de força do grupo dos plantadores de maconha para demonstrar que "ali quem manda são eles".

- Quem planta é o dono da propriedade na qual se planta droga ilícita?

Como foi observada anteriormente na maior parte dos casos o trabalhador rural é um assalariado. O dono da terra, em geral um pequeno produtor, não sabe do uso da propriedade para um fim ilícito. Até mesmo, ele pode indicar que foi ameaçado para abandonar a propriedade.

- Qual o impacto sócio-econômico do plantio de droga ilícita?

O impacto social mais evidente é a elevação dos níveis de violência. Durante o período de plantio, nas estradas, se mantém o clima de violência para diminuir a intensidade no uso das rotas do tráfico. Durante o período da repressão e erradicação das áreas de plantio há uma migração do crime, levando os seguranças, transportadores e gerentes a outras atividades criminosas que não o plantio e o transporte do produto. Assim, aumentam os crimes contra as pessoas e o patrimônio. Este é um dos fatores que torna a cidade de Floresta a portadora de um das mais altas taxas de morte por causa externa de jovens de 15-24 anos, 175/100 mil habitantes. Porém, segundo Antonio Maia a economia do plantio da maconha faz circular no SMSF R$ 100 milhões/ano.

- Qual a área agricultável, no Brasil, para o plantio de drogas ilícitas?

Não sabemos ao certo. Podemos especular sobre o tema. Nossas estimativas para a situação nordestina a partir dos dados atuais correspondem a, pelo menos, 608,4 ha. Entretanto, não há clareza se o total apreendido pode realmente corresponder a 3 ou 10 por cento do total produzido. Segundo o Cebrid há um mercado de consumo da ordem de 6,9% da população brasileira usa maconha na vida – não se trata de uso crônico ou

abusivo. Talvez, este dado implicaria na necessidade de maior extensão de plantio para o abastecimento do mercado consumidor. Para esta análise atual desprezamos este dado.

- Existe alguma outra política aplicada atualmente para as áreas de plantio de maconha além daquela de *erradicação das áreas de plantio*? Quais resultados apresentam?

A Operação Mandacaru procurou enfatizar outras políticas como crédito especial para o pequeno produtor, desapropriação de propriedades para Reforma Agrária, Inteligência Fiscal... Os resultados foram funestos. Durante o governo Lula não se produziu nenhuma política direta. Como indicamos no final da pesquisa há outras possibilidades de ação governamental para além da erradicação – ação do Estado esta que, aliás, se iniciou em 1938...

4.3.2. Por uma análise da sociabilidade da violência

Uma observação preliminar que se impõe é sobre o trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar. O tema da erradicação do trabalho infantil é uma conquista muito grande da sociedade civil para toda a Humanidade. Entretanto, é muito oportuno lembrar que o trabalho infantil a ser erradicado é aquele considerado perigoso para o desenvolvimento da pessoa humana na sua integralidade. Em assim sendo, aquele trabalho que é elemento de socialização, construtor de uma sociabilidade integradora, e que respeita as diferentes etapas do desenvolvimento humano, que não usurpa a infância, mas que lhe assegura os melhores meios de desenvolvimento, este trabalho não pode nem deve ser considerado, e nem é perigoso. Sem querer entrar em polêmica indico que o trabalho infantil e juvenil na pequena agricultura familiar não é perigoso.

Uma segunda observação preliminar que se impõe é relacionada ao plantio de drogas ilícitas. Segundo informações divulgadas pelo Ministério Público, são 10 mil crianças e jovens envolvidas neste plantio. Apenas esta informação já tornaria extremamente importante um levantamento mais detalhado da situação. A necessidade desse empreendimento investigativo está diretamente relacionada à construção de políticas públicas que pretendam, efetivamente, assegurar a essas crianças e jovens direitos que lhe são roubados por um envolvimento numa atividade ilícita que tem, como principal pressão de ingresso, o fator sócio-econômico.

Podemos afirmar a existência de três correntes formadoras de sociabilidade infanto-juvenil a partir do plantio de drogas ilícitas, segundo as observações que colhemos na região. Essas seriam: primeira, sociabilidade do trabalho; em segundo lugar, sociabilidade da violência; em terceiro lugar, sociabilidade da resistência (ao envolvimento no plantio de drogas ilícitas). Essa tipologia apenas é ilustrativa da situação que encontramos na região, precisamos sempre recordar a observação metodológica weberiana, tipos ideais refletem a realidade, mas não são jamais encontrados em sua forma pura na realidade. Em assim sendo, ao propormos estes tipos de sociabilidade apenas estamos registrando dimensões da socialização que ocorre em função do plantio de drogas ilícitas. Não se trata, pois, de uma discussão geral sobre socialização e sociabilidade, mas da discussão sobre a sociabilidade que se afirma a partir de uma situação concreta.

Como foi argumentado ao longo do texto, é no conjunto das relações da pequena agricultura familiar que se inscreve o plantio de *cannabis*, ao menos no Submédio São Francisco. Na agricultura familiar a participação das crianças e jovens na atividade produtiva é um elemento constante. Esta dinâmica corresponde à construção da socialização fundamental de crianças e jovens na família e na comunidade. No plantio de *cannabis*, em geral, ao menos nas observações que temos, as crianças e jovens vão com os pais para o cultivo e colheita. Na maioria dos casos, são meninos, maiores de oito anos. Não temos registros de meninas.[22]

Há, porém, um outro ingrediente que se associa a essa dimensão tradicional do trabalho. Trata-se da *compulsão ao consumo*. O registro que temos é que os jovens se integram à atividade de plantio com o fito de obter dinheiro para comprar tênis e roupa "de marca", poder sair com mulheres, para namoro e intercurso sexual, e ter recursos para comprar uma "moto". Essas ambições são, também, fruto da exposição aos meios de comunicação social. Essa informação é, sobretudo, valorizada por informantes privilegiados, como o Bispo de Floresta, por exemplo. Essa é uma situação semelhante à dos jovens nas áreas urbanas. Como ficou claro numa exposição feita no Museu da República, no Rio de Janeiro, na qual, numa redoma encontrava-se um tênis *Nike* e noutra uma metralhadora AR-15, sem nenhuma explicação adicional, mas de fácil poder simbólico associativo.

[22] Essas informações foram obtidas com o grupo focal em 2001, confirmadas pela reportagem de Sérgio Ramalho, Jornal O DIA, de 2001.

Segundo as informações que colhemos, pelos próprios jovens, a principal via de arregimentação da mão-de-obra para o plantio de drogas é amistosa. Isso porque são amigos, parentes ou "conhecidos" os que arregimentam. Evidentemente, a fase do plantio e colheita, fase produtiva, é atividade laboral. Os jovens que ingressam, em geral, ingressam com os pais ou familiares, tios ou primos mais velhos por exemplo. No caso da inexistência de coação, a atividade laboral é maior no período da colheita e prensagem – em alguns casos ela é realizada na própria área de plantio. Isso não quer dizer que não existam jovens cumprindo com a atividade de segurança, e, por conseguinte, armados. Porém, há uma clara distinção entre os jovens que estão na atividade de plantio e os que estão na área de segurança, sobretudo pelo uso de armas e pela procedência dos últimos. Todos, porém, pertencem à mesma classe social.

Os contratantes são "agentes invisíveis". Os gerentes arregimentam localmente os trabalhadores, lhes pagam, mas aqueles que são os provedores dos recursos são desconhecidos. O fato desses jovens trabalharem numa atividade produtiva que é lucrativa permite haver maior circulação de recursos em atividades de entretenimento, tais como bares, bailes e "bregas" – prostíbulos. Esses, porém, não são os principais recursos e há uma certa atividade financeira nas cidades do Submédio que não corresponde à principal atividade produtiva que é a fruticultura e a agricultura de subsistência. Tais não são os recursos provenientes dos ganhos dos trabalhadores rurais, e das crianças e jovens camponesas, envolvidos no plantio de drogas ilícitas.

Podemos concluir que a sociabilidade do trabalho no plantio de drogas ilícitas tem, em semelhança com a socialização pelo trabalho na agricultura familiar, o caráter de ser uma atividade masculina e não coercitiva. Porém, diferente dela, pelo caráter lucrativo que apresenta, permite aos jovens, sobretudo, ambições e desejos e a compulsão capitalista para o consumo, com graus de satisfação relativos, maiores que a satisfação daqueles que estão envolvidos com atividades laborais lícitas na mesma região. Uma última palavra sobre essa sociabilidade do trabalho, não há, conforme observamos até o momento, castigo ou punição para aqueles que simplesmente deixam de participar daquela atividade laboral do plantio, colheita e prensagem de *cannabis*. Entretanto, não podemos deixar de observar, como feito acima, que há também contratação por meio de constrangimento e recurso da violência física – apenas não temos registro que este seja o principal caso, embora tenhamos o registro da letalidade disso, tal foi o assassinato de Fulgêncio, que denunciava a pressão feita por

narcotraficantes para que camponeses deixassem o plantio lícito e ingressassem no ilícito.

Sobre a sociabilidade da violência temos que advertir que não é a principal questão em relação ao trabalho produtivo em si. Como foi observado acima, também se impõe a distinção das duas semânticas, aquela da violência tradicional e moderna. Nesse caso específico, do envolvimento infanto-juvenil com o plantio de drogas ilícitas temos que observar, uma vez mais, que criança e jovem em atividade laboral não anda armada. Aqui temos três situações para os que estão no plantio, colheita e prensagem do ilícito. Na primeira, eles são vítimas da violência moderna, sobretudo da ação repressora do Estado, que quando não os elimina fisicamente, como faz em alguns casos de confronto com os seguranças – sendo os trabalhadores rurais "baixas insignificantes", os detêm e submete às sanções do Estatuto da Criança e Adolescente.

No caso de serem detidos e submetidos às sanções do ECA, são retirados de suas regiões de origem. Perdem o contato com os familiares e a atividade agrícola, são desaculturados e deslocados compulsoriamente. Esta é uma violência cultural que não é discutida. Depois ficamos apenas reformulando os nossos indicadores sociais sobre a evasão do homem do campo.

Na segunda, são vítimas da violência tradicional. O processo de repressão ao plantio, a *erradicação*, implica em aumento dos crimes contra pessoas e patrimônio no momento seguinte. Isso é um dos fatores de elevação da taxa de mortes de causa externa de jovens de 15-24 anos na região. Assim, esses jovens, antes ativos, são eliminados – os que estavam no plantio, colheita e prensagem de *cannabis* e outros. Uma hipótese para este fato é que, para manter, de um lado taxas de lucro relativas, e de outro, para chamar a atenção para outras atividades ilícitas, liberando a atenção referente ao plantio, passam a ser estimulados por quem lucra com o efeito dessas ações, esse novo modelo de ação. O grau de letalidade, neste caso, não parece ser considerado. Porém, repito a primeira afirmação: isso está relacionado à ação policial de erradicação. Para esta atividade cumpre um papel importante, naquela região, a violência tradicional ali instalada.

Isso gera a terceira dimensão da sociabilidade da violência, é que os jovens são, também, em muitos casos, os atores da violência. Isso porque, como o ECA lhes atribui uma imputabilidade distinta daquela do adulto, mas também os qualifica como agentes

do crime – são *infratores*, lhes torna um agente privilegiado, para os "comandos" de ações como homicídio. Isso explica porque o assassino de Fulgêncio, à época, era um jovem de 17 anos.

Toda essa sociabilidade da violência, como a situação do plantio de drogas ilícitas, somente pode ser compreendida com uma certa anuência dos aparelhos de repressão. Não há nenhum levantamento sobre os níveis de corrupção. Porém, há várias conversas locais que dizem que políticos da região pagam advogados para liberar narcotraficantes da prisão, há denúncias do uso de ambulâncias da CODEVASF para o transporte de maconha para Recife, etc. Essa sociabilidade da violência é, também, uma decorrência da ausência do Estado de Direito naquela região.

4.3.3. Considerações finais sobre o efeito da política de erradicação como mediação para superar a socialização violenta

A primeira observação que podemos fazer é que não há solução de continuidade na política de drogas do governo brasileiro. Na verdade, desde a primeira proibição ao uso do pito de diamba, durante a Regência Tríplice, no Império, por meio de uma lei municipal do Rio de Janeiro, a mesa intenção classista e racista desse proibicionismo brasileiro persiste. Os criminalizados eram os afrodescendentes, os trabalhadores, os escravos. Essa criminalização das classes subalternas persiste. São os jovens pobres das periferias urbanas e rurais, das classes subalternas, que optam por uma atividade econômica que viabiliza projetos de vida. Em muitos casos, aceitam o risco de morrer.

Seguramente, o problema latino-americano não é aquele do circuito produtivo e comercial de drogas. A violência embutida nesse circuito é uma hipérbole da violência da desigualdade gerada pelo Capitalismo na região. Não é por acaso que o Brasil, campeão em desigualdade social, é, também, campeão em morte de jovens por homicídio em centros urbanos. Por isso mesmo, está claro que não é a militarização uma boa política pública em relação às drogas. Há que se discutir porque esse modelo de intervenção estadounidense está reforçado nas políticas regionais e nacionais.

No caso da Bolívia, Peru e Colômbia isso é muito claro. Praticamente 2/3 dos investimentos militares dos Estados Unidos em toda a América Latina são destinados a esses países. O Brasil recebe uma contribuição em dinheiro militar americano muito pequena. É verdade, como demonstrou José Arbex, que o Drug Enforcement Agency tem investido em equipamentos, e pagamento de pessoal, para a Polícia Federal brasileira, ao arrepio da Constituição Federal do Brasil. Porém, ainda que se considerem

esses investimentos, o impacto econômico deles na economia brasileira é muito residual.

Talvez, a melhor hipótese explicativa da política de drogas do governo Lula seja a da correlação de forças. Combater a política da guerra às drogas dos Estados Unidos tem um custo muito maior que o benefício político e econômico que traria ao governo Lula. Combater as políticas econômicas, os subsídios, isso é dever de um governo que quer manter uma economia de livre mercado, e aprofundar efeitos positivos de uma política econômica de recorte neoliberal e neo-socialista – se é que uma combinação como essa possa existir. Porém, uma ação em relação à política de drogas que desafie um postulado fundamental do governo de Washington, isso seria demais. E qual é esse postulado?

É a doutrina de segurança que está construída a partir de Reagan que recebe uma nova contribuição de George W. Bush Jr. A doutrina dos conflitos de baixa intensidade que cooperam agora com a doutrina da guerra preventiva. Trata-se de uma forte justificativa para a continuidade de operações militares na região. Os investimentos militares vão de bases de radares, a maioria na Colômbia e no Peru, até a presença de 10.500 efetivos, principalmente no Caribe e na América Central. O Comando Sul pretende por meio do seu teatro estratégico de cooperação para a segurança (Theater Security Cooperation Strategy) " criar e/ou melhorar relações de defesa e capacidade de associação, incluindo inter-operalidade e promoção da cooperação regional para responder a uma série de desafios transnacionais que confrontam a região".

Essa cooperação logística dos Estados Unidos pretende manter a presença e a hegemonia do Grande Irmão do Norte. Seguramente, o que está em disputa é qual o modelo de sociedade que se pretende fazer valer. E o núcleo central dessa discussão é o papel do sacrifício em favor de um determinado modelo. Uma questão escapa a essa análise que é a do custo de vidas humanas desse processo permanente de criminalização e militarização no tratamento da questão das drogas. Ao avançar num projeto como esse o que se está ganhando mesmo?

Em nome da modernização capitalista, para que a mão-de-obra possa estar apta a servir aos interesses do Capital – tais como economia de mercado e democracias domesticadas – se afirma a necessidade de controlar vertical e autoritariamente o consumo de drogas. Determinados industriais de algumas drogas já ocuparam um espaço público que lhes assegura, e aos seus produtos, alguma aceitação. O esforço das indústrias de bebidas alcoólicas e de tabaco para que a disseminação dessas drogas não

sofra interrupção é imenso. Porém, sob essa lógica o controle da oferta e a redução da demanda de drogas consideradas "maléficas" podem gerar sacrifícios humanos. São, porém, sacrifícios necessários para que a modernização capitalista ocorra. Sem esses fica sob risco a própria possibilidade da consubstanciação da civilização mundial sob a égide do modelo "liberal" do Capitalismo Ocidental.

Cria-se uma lógica aparentemente redentora das políticas públicas proibicionistas militarizadas. Para este discurso as drogas são corruptoras da vontade humana, são um malefício à saúde. Aqueles que estão no seu circuito produtivo são detratores dos direitos humanos. Então, essa lógica Ocidental apresenta sua face *sacrificialista*: em nome dos direitos humanos **sacrifiquemos** os direitos humanos desses detratores. Seria assim um Anti-sacrifício, um ato de necessidade. Por isso, tudo é lícito. É lícito corromper camponeses para entregar companheiros, amigos, familiares ao aparelho repressor do Estado. É lícito torturar. O sacrifício humano se tornou uma norma.

É moralmente justo interromper esse genocídio? Devemos interrompê-lo? O que vai acontecer se deixarmos de pagar a Dívida Externa? Se deixarmos de manter o Proibicionismo? Se punirmos os que fazem guerras à revelia do direito internacional? "Temos uma moral que exige sacrifícios humanos, e o Ocidente não tem intenção de violar esta sua moral. (...) Nossos bancos não realizam também eles este sacrifício trágico quando cobram a dívida externa do Terceiro Mundo, e aceitam ser acusados de não encontrar nenhuma compreensão para a necessidade moral que os obriga a cometer o genocídio? São eles os que têm o drama trágico da alma, **e não aqueles que têm que morrer em conseqüência.**" (Hinkelammert, F.: 1995, 37-38).

No Brasil, entre 1979-2001 quase 600 mil pessoas foram assassinadas. O simples enunciado dessa frase é aterrador. E muitas vezes o que se argumenta é: então, vamos definir guerra por meio do número de mortes violentas, e vamos considerar que o Brasil está em guerra. A guerra é uma situação de exceção. A ordem está suspensa. É permitido matar o inimigo. Porém, quem é o inimigo? O inimigo é o jovem pobre, da periferia e da zona rural: é ele o inimigo. Esse sacrifício humano em nome de uma ordem a ser estabelecida pelo banimento da circulação de determinada substância parece já ter ido longe demais. Até quando a lógica sacrificialista do proibicionismo poderá se sustentar?

5. Considerações conclusivas e recomendações

Nossas investigações nos conduziram a uma compreensão mais acurada da realidade infanto-juvenil no cultivo de cannabis sativa na região do Submédio São Francisco. Há alguns resultados inequívocos que podemos partilhar nesta conclusão. Precisamos tratar aqui destes resultados que demonstram que a questão da cannabis sativa é um elemento da cultura e da história daquela região. A única política pública que o Estado oferece ao tema, nos últimos 67 anos, é a erradicação das áreas de cultivo. O tempo e o resultado desta ação pública nos levam a avaliar pela sua inadequação. A única política séria em relação a esta questão seria construir mecanismos para o cultivo legal, e criar controle social para os diferentes usos deste produto, inclusive o uso recreativo.

Porém, considerando o atual marco legal é necessário que leiamos estas conclusões sem destempero. O resultado da pesquisa é a constatação de termos, por um lado, crianças e jovens que ingressam para o cultivo da cannabis, enquanto, por outro lado, participam da agricultura camponesa por obrigação. Um quadro comparativo poderia ser o seguinte:

Jovens camponeses da agricultura lícita	Jovens camponeses da agricultura ilícita
Ingresso desde a tenra idade acompanhando pais	Ingresso desde a tenra idade acompanhando pais
Após 10/14 anos o trabalho é uma obrigação, uma afaina quase insuportável	Os adolescentes ingressam voluntariamente por interesse econômico e de status social
Utiliza-se agrotóxicos (sobretudo homens)	Não se usa agrotóxicos, usa-se armas
Não há ingresso econômico significativo na atividade com os pais, ou se ganha por produção ou diária na colheita, as diárias variam entre R$ 7 e R$ 20	Há ingressos significativos, se dono da plantação pode fazer em três meses, numa área de 1,5 ha R$ 2.500, na colheita pode receber diária entre R$ 50 e R$ 200
Há perigo no transporte, uso de agrotóxico	Há perigo no uso de armas, morte por grupos em disputa ou por policiais
Conciliar a educação é difícil	Conciliar a educação é difícil

Podemos elencar os seguintes principais resultados de nossa pesquisa:

Relativo ao reconhecimento das condições de vida e trabalho de crianças e jovens no plantio da cannabis sativa na região do SMSF, temos as seguintes constatações:

1. O ingresso na atividade laboral de crianças e jovens se dá, em geral, em companhia dos pais. Não há relato de trabalho forçado infantil. A idade de ingresso de crianças é semelhante o do modo camponês de produção (agricultura familiar), e pode ser a mais tenra idade, até 8 ou 9 anos.

2. O ingresso e a permanência de jovens na atividade agrícola do plantio de maconha pode ocorrer a partir dos 12 anos de idade. Neste caso o ingresso e permanência são *voluntários*, isto é, obedece à eleição do leque de oportunidades do agente. Praticamente não há presença feminina no cuidado direto da área de plantio. Existe alguma presença feminina na colheita. A atividade da colheita arregimenta mais pessoas que o cuidado de áreas de plantio.

3. Os motivos principais para o ingresso e permanência são a questão financeira (a comparação entre a lucratividade desta atividade agrícola com outras), o *status* que o agente jovem passa a ter (de um lado é estigmatizado, de outro é *desejado*, em especial pelo sexo oposto), os recursos permitem compra de mobilidade (aquisição de motocicleta), o elemento do risco também é um componente da eleição afetiva (a *adrenalina*).

4. A atividade de cultivo dura em média de três a quatro meses. Durante este período o plantador permanece na área em semi-reclusão voluntária. Na área ele acampa, come caça ou encomenda alimentação fora da área. Em geral numa mesma propriedade existe mais de um plantador. A responsabilidade dos plantadores são por pequenas áreas de cultivo. Os plantadores adquirem os insumos de *gerentes do plantio* ou de *donos de territórios de plantio*. Estes lhes vendem as sementes ou fazem um contrato de comodato (lhes dão as sementes contra pagamento conforme a produção). Durante aqueles meses ficam expostos às intempéries. Não podem dormir tranqüilamente, em especial quanto mais próximo da colheita, devido as ações de outros plantadores concorrentes e do aparelho de repressão do Estado. Um dos relatos mais contundentes da arbitrariedade das operações policiais foi de uma área de plantio, durante a colheita. Nela estavam 22 trabalhadores, na maioria jovens. Na noite em que a polícia chegou, ela entrou atirando. Três morreram, os outros 19 escaparam, todos feridos.

5. Até onde os relatos alcançam os plantadores trabalham usando armas, mesmo os mais jovens. Segundo os informantes o objetivo das armas é a

proteção da área de plantio contra trabalhadores concorrentes. Ainda conforme os informantes, não adianta armas no confronto com a polícia. Diante da polícia a atitude comum é a fuga ou a rendição.

6. Até onde as nossas estimativas podem chegar não temos um quadro exato das proporções. Se aceitarmos as estimativas de Loïc Wacquant que as detenções de criminosos equivale entre 3-10% dos operadores do crime, e aplicarmos o mesmo para a quantidade de pés de maconha apreendidos, e se considerarmos como média a relação 100 mil pés/1,5 ha; e considerarmos que para cada área plantada há um responsável e cada 1,5 ha implica em 22 trabalhadores para a colheita, teríamos a seguinte estimativa para o Nordeste considerando os pés de maconha apreendidos pela Polícia Federal de janeiro a maio de 2004, e assumindo que a maior parte desta apreensão corresponde ao SMSF:

Tabela 5 – Apreensões da Polícia Federal

Total apreendido	Área equivalente	Responsáveis pelas áreas (faixa de número de indivíduos)	Total de trabalhadores na colheita (faixa de número de indivíduos)
1.126.926 pés	67,6 ha	67-134	1452-2904
Total não-apreendido estimado	Área equivalente	Responsáveis pelas áreas (faixa de número de indivíduos)	Total de trabalhadores na colheita (faixa de número de indivíduos)
10.142.334 pés	608,4 ha	608-1216	13376-26732

Fonte: DPF, 2004. Estimativas dos totais feitas por Jorge Atílio S. Iulianelli baseada na proporção de 10% de crimes que não chegam ao sistema penal.

7. Podemos falar num total estimado entre 14828-29636 trabalhadores rurais envolvidos nesta atividade no Nordeste se consideramos que as operações da Polícia Federal atingem 10% do total da área de plantio. Fato é que a Polícia Federal apreendeu em todo o País, entre janeiro e maio de 2005, 1.127.474 pés de maconha em 35.383 plantações. O que ratifica que as áreas de cultivo são de diminuta agrimensura.

8. A atividade do cultivo rende na diária da colheita entre R$ 50 a R$ 200 (a cebola é de R$ 7 a R$ 12). O plantador de maconha, que ocupa 1,5 ha pode tirar até R$ 2.500 em três meses, o de banana, ocupando 3ha, em seis meses, pode tirar o mesmo – se tiver boa produção.

Em relação às representações sociais sobre juventude, violência, trabalho camponês, droga, crime, plantio da maconha que as crianças e jovens envolvidos com o plantio de maconha possuem, destacamos:

1. Para os jovens plantadores de maconha a juventude camponesa sertaneja nordestina vive uma vida muito sacrificada, com preços de colheita para os produtos lícitos aviltantes, sem atenção das autoridades públicas, especialmente em relação à cultura e lazer. Por outro lado, identificam na escola um elemento importante para a formação das pessoas. Para eles, os jovens camponeses sertanejos os vêem como uma ameaça, porém conseguem manter bons círculos de relacionamento e amizade – *até mesmo com os policiais*.
2. Em geral o plantio de maconha não implica em consumo recreativo da maconha, conquanto não o exclua.
3. Segundo eles, a atividade do cultivo de maconha é trabalho e não crime. O interesse é *poder trabalhar em paz*, ou seja, sem o perigo da disputa dos grupos e das operações policiais. O que querem é ganhar seu dinheiro.
4. Existem indicações de presença de crianças a partir dos oito anos de idade. A maior parte dos trabalhadores no plantio da maconha é masculina. Indica-se a existência de plantadores de mais de 60 anos de idade, cujos os pais e os avós teriam sido plantadores de maconha – o que confirma as informações históricas de fontes secundárias.
5. Há indicações que a atividade gera ações violentas. Há indicação de ex-presidiários atuando no plantio e de existirem ações como assaltos, furtos para a manutenção dos trabalhadores do plantio no período de entressafra.

Relativo às representações sociais que os jovens camponeses sertanejos nordestinos trabalhadores rurais, as autoridades públicas locais e a mídia regional têm das crianças e jovens envolvidas com o plantio de cannabis sativa, indicamos que:

1. Há um alardeamento **amedrontador** da figura dos jovens que estão na atividade do plantio de maconha por parte da mídia e dos agentes operadores da lei – do aparelho repressivo do Estado. Divulga-se que estes jovens são usuários abusivos de maconha, que realizam ações criminosas contra a pessoa e a propriedade (assaltos, roubos de carga e de automóveis nas estradas, etc).

2. Para os jovens camponeses sertanejos trabalhadores rurais há duas representações básicas. Os que plantam maconha, na construção específica desta atividade, são considerados **trabalhadores, pessoas normais, conhecidos, amigos**. Porém, na medida em que são detidos pela polícia, ou mesmo perseguidos nominalmente, eles passam a ser considerados **criminosos, máfia, do mal, gente má, perversos**.

3. Não há consenso entre os sindicalistas sobre o que são os que plantam maconha. Há quem afirme serem **trabalhadores, camponeses** e quem os identifique como **máfia, controlados pela máfia, parte das brigas de famílias.**

4. Para os operadores da lei, o aparelho repressivo do Estado, também não há consenso. Há quem afirme que esta é uma atividade importante para a economia dos municípios e existem os que identificam na aplicação da lei existente o único recurso possível.

Em relação às propostas de políticas públicas destacamos o seguinte:

1. As ações preventivas devem possibilitar a **discussão do atual marco da política nacional de drogas**. Esta atual política e o marco legal que a provê deixam algumas possibilidades para **tratar da especificidade das crianças e jovens envolvidas no plantio de cannabis**. Primeiro, em relação aos que estão nesta atividade por fins econômicos e de necessidade, cabe a alternativa do **excludente jurídico**. Para crianças e adolescentes, cabe o recurso de **medidas sócio-educativas ao invés da aplicação da medida de privação de liberdade**, que desterritorializa as crianças e adolescentes, afastando-os dos pais.

2. É necessário que se estabeleçam **políticas agrárias e agrícolas** que atendam aos camponeses sertanejos nordestinos como um todo. Faltam estas políticas. O **acesso ao crédito fundiário e ao crédito agrícola** permanece burocrático, e as medidas que facilitariam o acesso de mulheres e jovens às linhas do Pronaf têm uma série de inconvenientes jurídicos, tais como a necessidade não inadimplência de maridos ou pais, conforme o caso, para a obtenção de crétidos, que são, em muitos ou na maior parte dos casos impeditivos a estes créditos.

3. É necessário que se estimule a **universalidade do acesso à escolarização**. Em relação à questão escolar há quatro medidas prioritárias:

a. **regularização do transporte escolar**, ainda feito em muitas daquelas cidades por caminhões pick-up, que colocam em risco a vida dos estudantes – e esta é uma ação financiada pelas prefeituras;

b. é necessária uma **política de valorização da presença dos professores em salas de aula nas comunidades rurais** – não há nenhum estímulo particular para esta presença e isto decorre em uma ausência constante de professores;

c. é necessário valorizar **iniciativas de modificação da pedagogia da educação do campo**, neste sentido, no semi-árido deve-se valorizar as iniciativas Rede de Educadores do Semi-Árido Brasileiro (Resab);

d. é necessário estimular o **uso do espaço escolar para atividades extra-escolares**, sobretudo desportivas, para isto precisa que sejam construídas **quadras abertas e cobertas**, devido ao intenso calor e ao sol do sertão.

4. Há um conjunto de políticas existentes para a juventude rural que precisam urgentemente se **fazer presentes na região do Submédio São Francisco**, tais como:

a. Primeiro Emprego

b. Primeira Terra

c. Crédito Agrícola para Jovens (Pronaf Jovem)

d. Segundo Tempo (Política do Ministério do Esporte)

e. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

f. Baú de Leitura

Algumas destas políticas já estão na região, porém não tem a extensão necessária para acolher o contingente infanto-juvenil.

5. Em relação às crianças e jovens que atuam no plantio da maconha é necessário que se promova a **erradicação do trabalho infantil**, com a conseqüente **promoção de atividades sócioeducativas e culturais**, facultando-lhes uma formação cidadã.

6. É necessário que se abra na região a discussão sobre o impacto de **medidas comuns entre as prefeituras**, como a **regulação do horário de funcionamento de bares, com medidas de cunho cultural, para que existam alternativas de lazer** para os jovens, e para as pessoas em geral nos municípios.

Há atualmente uma restrição de espaços públicos, equipamentos culturais, bens e serviços culturais. Resta às pessoas em geral, aos jovens camponeses sertanejos nordestinos, em particular, como lazer, o recurso aos bares e à bebida alcoólica. Medidas restritivas ao consumo de álcool combinadas com ações culturais podem ter efeito redutor na violência fútil da região.

7. É preciso que se **equipe as unidades de saúde pública com os instrumentos para redução de danos a usuários abusivos de drogas** na região. Bem como, é preciso que se os **equipe com urgência de kits de testagem de efeitos dos agrotóxicos** para a saúde humana. Deve-se estimular às prefeituras com mais de 20 mil habitantes que requeiram **unidades do CAPES ao Ministério da Saúde**.

Esta pesquisa contempla ainda desdobramentos não planejados. Após a finalização da pesquisa, ciência da comunidade acadêmica da região do SMSF, dos trabalhadores rurais do SMSF e de jovens camponeses sertanejos nordestinos, já estão planejados eventos futuros de discussão e avaliação dos resultados. Isto posto, nos comprometemos a incluir os resultados desta agenda de debates numa nova edição deste relatório, sem nenhum ônus financeiro para os atuais patrocinadores.

Bibliografia

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.* SP: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V. e SPOSITO, Marilia P. (orgs.). *Juventude em debate*. SP: Cortez e Ação Educativa, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.* UNESCO, 1998.

ANDRADE, Renata. Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da Bacia do São Francisco. Recife: IRN/FPDRSF/Rios Vivos, 2002.

ARAUJO, Maria Lia Correia de Participação Política: Entre o Conflito e a Negociação *in* (Org.) ARAÚJO, Maria Lia Correia de; NETO, Magda de Caldas; LIMA, Ana Eliza Vasconcellos. **Sonhos Submersos.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: ed. Massangana, 2000.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do Velho Chico*. SP: Livros da Terra, 1996

BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. RJ: Jorge Zahar, 1995.

BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Atalaia/EDUSP, 1977.

CANGAS, Yanko González. "Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários" (2003), 27p. Disponível na Internet www.iica.org.uy/redlat/publi024.doc

CARNEIRO, Maria José. "O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais" (2004), 18p. Disponível na Internet www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/carne.rtf

CRUZ, Rossana Reguillo. *Emergencia de culturas juveniles: estratégias del desencanto.* Bs.As.: Editorial Norma, 2000.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. SP: Martins Fontes, 2005.

DURSTON, John. Juventud rural en Brasil y México. Reduciendo la invisibilidad, Comunicação apresentada no XX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, agosto, 1997, São Paulo.

FRAGA, Paulo César Pontes. "Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade" In FRAGA, Paulo César Pontes & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. RJ: DP&A, 2003.pp. 117-147.

FRAGA, Paulo César Pontes & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. RJ: DP&A, 2003.

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Os jovens e o Submédio São Francisco: realidades e desafios.* RJ: KOINONIA e PSTRSMSF, 1998.

RJ: DP&A, 2003b. pp. 54-76.

FREYRE, Gilberto e outros. *Novos Estudos Afro-brasileiros* (2º Tomo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. RJ: José Olympio, 1994 – 29ª. edição.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. SP: Global, 2004 – 7ª. edição.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Textos em representações sociais*. RJ: Vozes, 1995 – 8ª. edição.

GOUVEIA, Taciana. "Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras" In Observatório da Cidadania (2003), p. 44-49.

HENMAN, A. & PESSOA, O. *Diamba sarabamba*. RJ: Ground, 1986.

HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a Besta*. SP: Paulus, 1995

IULIANELI, Jorge Atílio Silva. "Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil" In FRAGA, Paulo & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. "Conflitos no campo brasileiro e a economia das drogas: anotações sobre o Polígono da Maconha 1985-2004", In CPT, Conflitos no campo 2004, Goiânia, CPT Nacional, 2004, pp. 70-83.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (coord.). *Uma guerra sem sentido – drogas e violência no Brasil*. Holanda: Transnational Institute, Boletim Drogas e Conflito 11, 2004.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva e RIBEIRO, Ana Maria Motta.. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000a.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. " O gosto bom do bode: juventude, sindicalismo e narcotráfico no Submédio" In IULIANELLI, Jorge Atilio Silva e RIBEIRO, Ana Maria Motta.. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000b.pp. 198-227.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas: uma abordagem a partir da garantia e defesa de direitos*. (2003a) Disponível na Internet no Relajur a partir de http://www.secnetpro.com/celaju2004/ForoBrasil/index.htm

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Análise (curta) dos confrontos recentes do Pólo Sindical do Sumédio São Francisco: quando o inimigo é difuso ou criminoso *in* **Caderno CEAS**, nº 185. Salvador: 2000.

MACEDO, Érika. "Polígono da maconha: exigência do plantio" In *Revista Tempo e Presença* 26 (337), RJ: Koinonia, 2004; pp. 18-23.

MINAYO, Maria Cecília. *Fala Galera*. RJ: Garamond, 1999.

MOSCOVICI, S & FARR, R.M. (orgs.) Social Representations. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

PIERSON, Donald. *O homem do Vale do São Francisco*. RJ: Cia. Editora Nacional, 1956. 3 volumes.

PNUD, *Atlas de Desenvolvimento Humano*. Brasília: PNUD, 2003. (versão eletrônica).

NOVAES, José Roberto. "Trabalho infanto-juvenil" In Revista Tempo e Presença (21)307, RJ: Koinonia, 1999. pp. 21-25

OUAZZANI, Ansaf. "Le kif au Maroc" In *Alternatives Sud* 3(1). Paris: Hartman, 1996, pp.115-126

RIBEIRO, Ana Maria Motta. "Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa" In RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000.pp. 23-59.

_____. Sindicalismo, barragens e narcotráfico *in* (Org.) MOREIRA, Roberto; CARVALHO, José Luiz Flávio de Costa. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro:Mauad, 2002.

ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis*. RJ: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. RJ: Zahar, 1999.

VIANNA, Aurélio Jr. O painel de inspeção do banco mundial para Itaparica *in* (Org.) Flávia Barros. **Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização. A experiência brasileira com o painel de inspeção**. Brasil: Rede Brasil, 2001.

KOINONIA
Presença Ecumênica e Serviço

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco

Resumo Executivo
Abril-Dezembro 2005

Brasil/Rio de Janeiro/Submédio São Francisco/dezembro/2005/
Senasp/Anpocs Conforme Edital de Licitação nº 07/2003

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco.

Equipe

Responsável Técnico
Jorge Atílio Silva Iulianelli

Pesquisador Assistente
Paulo César Pontes Fraga

Assistentes de pesquisa
Maria Priscila Lisa Chagas
Quitéria Maria Ferreira

Colaboradores Técnicos
Priscila Silva
Ana Gualberto
Kátia Silva

Nota de reconhecimento e agradecimento
Esta pesquisa não seria possível sem o apoio do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco e dos jovens que participam do Departamento de jovens daquela instituição.

Agradecimento
A equipe de pesquisa agradece a todas as pessoas que prestaram serviço de apoio na busca de informações nas cidades de Delmiro Gouveia (STR de Delmiro), Água Branca (CPT), Rodelas, Petrolândia, Floresta, Belém do São Francisco, Orocó, Santa Maria da Boa Vista (para este conjunto de cidades, Pólo Sindical SMSF), Salgueiro (Prefeitura de Salgueiro), Conceição das Crioulas/Salgueiro (Quilombolas), Itabi (Associação de Jovens Agricultores).

Patrocinadora da Pesquisa
Senasp/Anpocs, conforme Edital de Licitação nº 07/2003

1. Título da pesquisa

Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco

2. Número do Edital

07/2003, Concurso Senasp/Anpocs

3. Instituição contratada

KOINONIA – PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

4. Responsável Técnico

Dr. Jorge Atílio Silva Iulianelli
trd@koinonia.org.br

5. Equipe Técnica

Dr. Paulo César Pontes Fraga (Pesquisador-assistente)
Quitéria Maria da Silva Ferreira (Assistente de Pesquisa 1)
Maria Priscila Lisa das Chagas (Assistente de Pesquisa 2)

6. Objetivos Gerais

- Identificar a situação e as condições de trabalho de crianças e jovens envolvidos com o narcoplantio de maconha, nos modos camponeses da agricultura familiar e de trabalho assalariado – a iniciar pelo Submédio São Francisco (SMSF).
- Conhecer as representações sociais sobre juventude, violência, trabalho camponês, droga, crime, plantio da maconha que as crianças e jovens envolvidos com o narcoplantio possuem, distinguindo-as pelo classificador gênero.
- Conhecer as representações sociais que as autoridades públicas locais e a mídia regional têm das crianças e jovens envolvidas com o narcoplantio.
- Construir propostas efetivas de políticas públicas, educacionais, culturais, laborais e de saúde, que permitam aos jovens optar por não ingressar nas atividades do narcoplantio do ilícito.

(Projeto aprovado cf. Edital 07/2003)

7. Resultados

A pesquisa foi realizada efetivamente entre maio e finais de outubro de 2005. Os meses de novembro e dezembro foram para a sistematização da coleta de campo e a elaboração do relatório final. Durante os procedimentos preparatórios organizou-se a equipe básica, realizaram-se contatos de campo, elaboraram-se os questionários semi-estruturados para serem aplicados, reordenou-se o núcleo de cidades a serem investigadas devido à operação da Polícia Federal para a erradicação do plantio da maconha, arregimentou-se bibliografia auxiliar. Enfim, os primeiros meses foram de organização material para a execução da pesquisa.

Em seguida, durante os meses de julho e agosto foi realizada a pesquisa de campo. Consolidados os questionários semi-estruturados foram aplicados aos diferentes grupos sociais. Foram eleitos *informantes qualificados* do tema que nos interessa, a saber, a elaboração de políticas públicas para superação dos

riscos envolvidos no trabalho perigoso do plantio da maconha. Houve especial atenção ao segmento infanto-juvenil envolvido nesta atividade. Ainda na ausência de dados mais objetivos estamos falando, conforme a UNDOC de uma área de cultivo da maconha ao redor de três mil hectares, segundo o Ministério Público do Trabalho-5ª. região PE, de 40 mil trabalhadores rurais, dentre os quais 10 mil crianças e jovens, e conforme Maia Gomes, de uma atividade econômica de R$ 100 milhões de reais.

Relativo ao reconhecimento das condições de vida e trabalho de crianças e jovens no plantio da cannabis sativa na região do SMSF, temos as seguintes constatações:

1. O ingresso na atividade laboral de crianças e jovens se dá, em geral, em companhia dos pais. Não há relato de trabalho forçado infantil. A idade de ingresso de crianças é semelhante o do modo camponês de produção (agricultura familiar), e pode ser a mais tenra idade, até 8 ou 9 anos.
2. O ingresso e a permanência de jovens na atividade agrícola do plantio de maconha pode ocorrer a partir dos 12 anos de idade. Neste caso o ingresso e permanência são *voluntários*, isto é, obedece à eleição do leque de oportunidades do agente. Praticamente não há presença feminina no cuidado direto da área de plantio. Existe alguma presença feminina na colheita. A atividade da colheita arregimenta mais pessoas que o cuidado de áreas de plantio.
3. Os motivos principais para o ingresso e permanência são a questão financeira (a comparação entre a lucratividade desta atividade agrícola com outras), o *status* que o agente jovem passa a ter (de um lado é estigmatizado, de outro é *desejado*, em especial pelo sexo oposto), os recursos permitem compra de mobilidade (aquisição de motocicleta), o elemento do risco também é um componente da eleição afetiva (a *adrenalina*).
4. A atividade de cultivo dura em média de três a quatro meses. Durante este período o plantador permanece na área em semi-reclusão voluntária. Na área ele acampa, come caça ou encomenda alimentação fora da área. Em geral numa mesma propriedade existe mais de um plantador. A responsabilidade dos plantadores são por pequenas áreas de cultivo. Os plantadores adquirem os insumos de *gerentes do plantio* ou de *donos de territórios de plantio*. Estes lhes vendem as sementes ou fazem um contrato de comodato (lhes dão as sementes contra pagamento conforme a produção). Durante aqueles meses ficam expostos às intempéries. Não podem dormir tranqüilamente, em especial quanto mais próximo da colheita, devido as ações de outros plantadores concorrentes e do aparelho de repressão do Estado. Um dos relatos mais contundentes da arbitrariedade das operações policiais foi de uma área de plantio, durante a colheita. Nela estavam 22 trabalhadores, na maioria jovens. Na noite em que a polícia chegou, ela entrou atirando. Três morreram, os outros 19 escaparam, todos feridos.
5. Até onde os relatos alcançam os plantadores trabalham usando armas, mesmo os mais jovens. Segundo os informantes o objetivo das armas é a proteção da área de plantio contra trabalhadores concorrentes. Ainda

conforme os informantes, não adianta armas no confronto com a polícia. Diante da polícia a atitude comum é a fuga ou a rendição.

6. Até onde as nossas estimativas podem chegar não temos um quadro exato das proporções. Se aceitarmos as estimativas de Loïc Wacquant que as detenções de criminosos equivale entre 3-10% dos operadores do crime, e aplicarmos o mesmo para a quantidade de pés de maconha apreendidos, e se considerarmos como média a relação 100 mil pés/1,5 ha; e considerarmos que para cada área plantada há um responsável e cada 1,5 ha implica em 22 trabalhadores para a colheita, teríamos a seguinte estimativa para o Nordeste considerando os pés de maconha apreendidos pela Polícia Federal de janeiro a maio de 2005, e assumindo que a maior parte desta apreensão corresponde ao SMSF:

Total apreendido	Área equivalente	Responsáveis pelas áreas (faixa de número de indivíduos)	Total de trabalhadores na colheita (faixa de número de indivíduos)
1.126.926 pés	67,6 ha	67-134	1452-2904
Total não-apreendido estimado	Área equivalente	Responsáveis pelas áreas (faixa de número de indivíduos)	Total de trabalhadores na colheita (faixa de número de indivíduos)
10.142.334 pés	608,4 ha	608-1216	13376-26732

Fonte: DPF, 2004. Estimativas dos totais feitas por Jorge Atílio S. Iulianelli baseada na proporção de 10% de crimes que não chegam ao sistema penal.

7. Podemos falar num total estimado entre 14.728-29.636 trabalhadores rurais envolvidos nesta atividade no Nordeste se consideramos que as operações da Polícia Federal atingem 10% do total da área de plantio. Fato é que a Polícia Federal apreendeu em todo o País, entre janeiro e maio de 2005, 1.127.474 pés de maconha em 35.383 plantações. O que ratifica que as áreas de cultivo são de diminuta agrimensura.
8. A atividade do cultivo rende na diária da colheita entre R$ 50 a R$ 200 (a cebola é de R$ 7 a R$ 12). O plantador de maconha, que ocupa 1,5 ha pode tirar até R$ 2.500 em três meses, o de banana, ocupando 3ha, em seis meses, pode tirar o mesmo – se tiver boa produção.

Em relação às representações sociais sobre juventude, violência, trabalho camponês, droga, crime, plantio da maconha que as crianças e jovens envolvidos com o plantio de maconha possuem, destacamos:

1. Para os jovens plantadores de maconha a juventude camponesa sertaneja nordestina vive uma vida muito sacrificada, com preços de colheita para os produtos lícitos aviltantes, sem atenção das autoridades públicas, especialmente em relação à cultura e lazer. Por outro lado, identificam na escola um elemento importante para a formação das pessoas. Para eles, os jovens camponeses sertanejos os vêem como uma ameaça, porém conseguem manter bons círculos de relacionamento e amizade – *até mesmo com os policiais*.

2. Em geral o plantio de maconha não implica em consumo recreativo da maconha, conquanto não o exclua.
3. Segundo eles, a atividade do cultivo de maconha é trabalho e não crime. O interesse é *poder trabalhar em paz*, ou seja, sem o perigo da disputa dos grupos e das operações policiais. O que querem é ganhar seu dinheiro.
4. Existem indicações de presença de crianças a partir dos oito anos de idade. A maior parte dos trabalhadores no plantio da maconha é masculina. Indica-se a existência de plantadores de mais de 60 anos de idade, cujos os pais e os avós teriam sido plantadores de maconha – o que confirma as informações históricas de fontes secundárias.
5. Há indicações que a atividade gera ações violentas. Há indicação de ex-presidiários atuando no plantio e de existirem ações como assaltos, furtos para a manutenção dos trabalhadores do plantio no período de entressafra.

Relativo às representações sociais que os jovens camponeses sertanejos nordestinos trabalhadores rurais, as autoridades públicas locais e a mídia regional têm das crianças e jovens envolvidas com o plantio de cannabis sativa, indicamos que:

1. Há um alardeamento **amedrontador** da figura dos jovens que estão na atividade do plantio de maconha por parte da mídia e dos agentes operadores da lei – do aparelho repressivo do Estado. Divulga-se que estes jovens são usuários abusivos de maconha, que realizam ações criminosas contra a pessoa e a propriedade (assaltos, roubos de carga e de automóveis nas estradas, etc).
2. Para os jovens camponeses sertanejos trabalhadores rurais há duas representações básicas. Os que plantam maconha, na construção específica desta atividade, são considerados **trabalhadores, pessoas normais, conhecidos, amigos**. Porém, na medida em que são detidos pela polícia, ou mesmo perseguidos nominalmente, eles passam a ser considerados **criminosos, máfia, do mal, gente má, perversos**.
3. Não há consenso entre os sindicalistas sobre o que são os que plantam maconha. Há quem afirme serem **trabalhadores, camponeses** e quem os identifique como **máfia, controlados pela máfia, parte das brigas de famílias.**
4. Para os operadores da lei, o aparelho repressivo do Estado, também não há consenso. Há quem afirme que esta é uma atividade importante para a economia dos municípios e existem os que identificam na aplicação da lei existente o único recurso possível.

Em relação às propostas de políticas públicas destacamos o seguinte:

1. As ações preventivas devem possibilitar a **discussão do atual marco da política nacional de drogas**. Esta atual política e o marco legal que a provê deixam algumas possibilidades para **tratar da especificidade das crianças e jovens envolvidas no plantio de cannabis**. Primeiro, em relação aos que estão nesta atividade por fins econômicos e de necessidade, cabe a alternativa do **excludente jurídico**. Para crianças e adolescentes, cabe o recurso de **medidas sócio-educativas ao invés**

da aplicação da medida de privação de liberdade, que desterritorializa as crianças e adolescentes, afastando-os dos pais.

2. É necessário que se estabeleçam **políticas agrárias e agrícolas** que atendam aos camponeses sertanejos nordestinos como um todo. Faltam estas políticas. O **acesso ao crédito fundiário e ao crédito agrícola** permanece burocrático, e as medidas que facilitariam o acesso de mulheres e jovens às linhas do Pronaf têm uma série de inconvenientes jurídicos, tais como a necessidade não inadimplência de maridos ou pais, conforme o caso, para a obtenção de crétidos, que são, em muitos ou na maior parte dos casos impeditivos a estes créditos.
3. É necessário que se estimule a **universalidade do acesso à escolarização**. Em relação à questão escolar há quatro medidas prioritárias:
    a. **regularização do transporte escolar**, ainda feito em muitas daquelas cidades por caminhões pick-up, que colocam em risco a vida dos estudantes – e esta é uma ação financiada pelas prefeituras;
    b. é necessária uma **política de valorização da presença dos professores em salas de aula nas comunidades rurais** – não há nenhum estímulo particular para esta presença e isto decorre em uma ausência constante de professores;
    c. é necessário valorizar **iniciativas de modificação da pedagogia da educação do campo**, neste sentido, no semi-árido deve-se valorizar as iniciativas Rede de Educadores do Semi-Árido Brasileiro (RESAB);
    d. é necessário estimular o **uso do espaço escolar para atividades extra-escolares**, sobretudo desportivas, para isto precisa que sejam construídas **quadras abertas e cobertas**, devido ao intenso calor e ao sol do sertão.
4. Há um conjunto de políticas existentes para a juventude rural que precisam urgentemente se **fazer presentes na região do Submédio São Francisco**, tais como:
    a. Primeiro Emprego
    b. Primeira Terra
    c. Crédito Agrícola para Jovens (Pronaf Jovem)
    d. Segundo Tempo (Política do Ministério do Esporte)
    e. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
    f. Baú de Leitura

    Algumas destas políticas já estão na região, porém não tem a extensão necessária para acolher o contingente infanto-juvenil.
5. Em relação às crianças e jovens que atuam no plantio da maconha é necessário que se promova a **erradicação do trabalho infantil**, com a conseqüente **promoção de atividades sócioeducativas e culturais**, facultando-lhes uma formação cidadã.
6. É necessário que se abra na região a discussão sobre o impacto de **medidas comuns entre as prefeituras**, como a **regulação do horário de funcionamento de bares, com medidas de cunho cultural, para que existam alternativas de lazer** para os jovens, e para as pessoas em geral nos municípios. Há atualmente uma restrição de espaços públicos, equipamentos culturais, bens e serviços culturais. Resta às

pessoas em geral, aos jovens camponeses sertanejos nordestinos, em particular, como lazer, o recurso aos bares e à bebida alcoólica. Medidas restritivas ao consumo de álcool combinadas com ações culturais podem ter efeito redutor na violência fútil da região.

7. É preciso que se **equipe as unidades de saúde pública com os instrumentos para redução de danos a usuários abusivos de drogas** na região. Bem como, é preciso que se os **equipe com urgência de kits de testagem de efeitos dos agrotóxicos** para a saúde humana. Deve-se estimular às prefeituras com mais de 20 mil habitantes que requeiram **unidades do CAPES ao Ministério da Saúde**.

Bibliografia

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.* SP: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V. e SPOSITO, Marilia P. (orgs.). *Juventude em debate*. SP: Cortez e Ação Educativa, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.* UNESCO, 1998.

ANDRADE, Renata. Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da Bacia do São Francisco. Recife: IRN/FPDRSF/Rios Vivos, 2002.

ARAUJO, Maria Lia Correia de Participação Política: Entre o Conflito e a Negociação *in* (Org.) ARAÚJO, Maria Lia Correia de; NETO, Magda de Caldas; LIMA, Ana Eliza Vasconcellos. **Sonhos Submersos.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: ed. Massangana, 2000.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do Velho Chico*. SP: Livros da Terra, 1996

BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. RJ: Jorge Zahar, 1995.

BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Atalaia/EDUSP, 1977.

CANGAS, Yanko González. "Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários" (2003), 27p. Disponível na Internet www.iica.org.uy/redlat/publi024.doc

CARNEIRO, Maria José. "O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais" (2004), 18p. Disponível na Internet www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/carne.rtf

CRUZ, Rossana Reguillo. *Emergencia de culturas juveniles: estratégias del desencanto.* Bs.As.: Editorial Norma, 2000.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. SP: Martins Fontes, 2005.

DURSTON, John. Juventud rural en Brasil y México. Reduciendo la invisibilidad, Comunicação apresentada no XX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, agosto, 1997, São Paulo.

FRAGA, Paulo César Pontes. "Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade" In FRAGA, Paulo César Pontes & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. RJ: DP&A, 2003.pp. 117-147.

FRAGA, Paulo César Pontes & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. RJ: DP&A, 2003.

FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Os jovens e o Submédio São Francisco: realidades e desafios.* RJ: KOINONIA e PSTRSMSF, 1998.

RJ: DP&A, 2003b. pp. 54-76.

FREYRE, Gilberto e outros. *Novos Estudos Afro-brasileiros* (2º Tomo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. RJ: José Olympio, 1994 – 29ª. edição.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. SP: Global, 2004 – 7ª. edição.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Textos em representações sociais*. RJ: Vozes, 1995 – 8ª. edição.

GOUVEIA, Taciana. "Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras" In Observatório da Cidadania (2003), p. 44-49.

HENMAN, A. & PESSOA, O. *Diamba sarabamba*. RJ: Ground, 1986.

HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a Besta*. SP: Paulus, 1995

IULIANELI, Jorge Atilio Silva. "Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil" In FRAGA, Paulo & IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Jovens em tempo real*. IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. "Conflitos no campo brasileiro e a economia das drogas: anotações sobre o Polígono da Maconha 1985-2004", In CPT, Conflitos no campo 2004, Goiânia, CPT Nacional, 2004, pp. 70-83.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (coord.). *Uma guerra sem sentido – drogas e violência no Brasil*. Holanda: Transnational Institute, Boletim Drogas e Conflito 11, 2004.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva e RIBEIRO, Ana Maria Motta.. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000a.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. " O gosto bom do bode: juventude, sindicalismo e narcotráfico no Submédio" In IULIANELLI, Jorge Atilio Silva e RIBEIRO, Ana Maria Motta.. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000b.pp. 198-227.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas: uma abordagem a partir da garantia e defesa de direitos*. (2003a) Disponível na Internet no Relajur a partir de http://www.secnetpro.com/celaju2004/ForoBrasil/index.htm

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Análise (curta) dos confrontos recentes do Pólo Sindical do Sumédio São Francisco: quando o inimigo é difuso ou criminoso *in* **Caderno CEAS**, nº 185. Salvador: 2000.

MACEDO, Érika. "Polígono da maconha: exigência do plantio" In *Revista Tempo e Presença* 26 (337), RJ: Koinonia, 2004; pp. 18-23.

MINAYO, Maria Cecília. *Fala Galera*. RJ: Garamond, 1999.

MOSCOVICI, S & FARR, R.M. (orgs.) Social Representations. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

PIERSON, Donald. *O homem do Vale do São Francisco*. RJ: Cia. Editora Nacional, 1956. 3 volumes.

PNUD, *Atlas de Desenvolvimento Humano*. Brasília: PNUD, 2003. (versão eletrônica).

NOVAES, José Roberto. "Trabalho infanto-juvenil" In Revista Tempo e Presença (21)307, RJ: Koinonia, 1999. pp. 21-25

OUAZZANI, Ansaf. "Le kif au Maroc" In *Alternatives Sud* 3(1). Paris: Hartman, 1996, pp.115-126

RIBEIRO, Ana Maria Motta. "Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa" In RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ: DpeA, 2000.pp. 23-59.

_____. Sindicalismo, barragens e narcotráfico *in* (Org.) MOREIRA, Roberto; CARVALHO, José Luiz Flávio de Costa. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro:Mauad, 2002.

ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis*. RJ: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. RJ: Zahar, 1999.

VIANNA, Aurélio Jr. O painel de inspeção do banco mundial para Itaparica *in* (Org.) Flávia Barros. **Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização. A experiência brasileira com o painel de inspeção**. Brasil: Rede Brasil, 2001.